



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Cyntia Carolina Beserra Brasileiro**

**MOTIVAÇÕES DO VOTO E COMPORTAMENTO ELEITORAL EM CAMPINA  
GRANDE – ELEIÇÕES 2010**

Orientadora:  
**Profa. Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Christina de Andrade Lima**

**Campina Grande/ Paraíba – Brasil.  
Março 2012.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Cyntia Carolina Beserra Brasileiro**

**MOTIVAÇÕES DO VOTO E COMPORTAMENTO ELEITORAL EM CAMPINA  
GRANDE – ELEIÇÕES 2010**

Orientadora:

**Profa. Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Christina de Andrade Lima**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Campina Grande (PPGCS) na área de concentração Cultura e Identidades, como exigência para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Christina de Andrade Lima.

**Campina Grande/ Paraíba – Brasil.  
Março, 2012.**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG**

B823m Brasileiro, Cyntia Carolina Beserra.

Motivações do voto e comportamento eleitoral em Campina Grande - Eleições 2010 / Cyntia Carolina Beserra Brasileiro. - Campina Grande, 2012.

154 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Christina de Andrade Lima.

Referências.

1. Sociologia. 2. Representações Sociais. 3. Voto. 4. Comportamento Eleitoral. I. Título.

CDU 316(043)

**CYNTIA CAROLINA BESERRA BRASILEIRO**

**MOTIVAÇÕES DO VOTO E COMPORTAMENTO ELEITORAL EM CAMPINA  
GRANDE – ELEIÇÕES 2010**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA E APROVADA EM: \_26\_/\_03\_/\_2012\_**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima  
(Orientadora)

---

Dra. Iolanda Barbosa da Silva  
(Examinadora Externa)

---

Dra. Sandra Raquew dos Santos Azevedo  
(Examinadora Interna)

---

Dra. Maria Lucinete Fortunato  
(Suplente Externa)

---

Dr. Márcio de Matos Caniello  
(Suplente Interno)

**A minha mãe, minha vida.  
A meu pai, minha canção matinal.  
A meu irmão, o “conselho” que me faz  
feliz.**

## Agradecimentos

Este exercício é atravessado por vivências e experiências singulares. É um exercício de conjuntos e é contínuo, por isso, o agradecer é algo que não se encerra aqui. Entretanto, esta é uma oportunidade bela para demonstrar a gratidão a todas as pessoas e instituições que de maneira direta ou indireta fazem parte de minha vida e vivência acadêmica.

Para realizar este exercício contamos com a predisposição de pessoas que cederam espaços, tempo e disponibilidade nas realizações de nossas conversas, entrevistas. E, somente por esta compreensão pudemos avançar na pesquisa e na realização escrita. O meu mais sincero obrigado a todos.

Grata sou ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) pelo interesse a aposta em tratar de uma temática cara ao cidadão campinense. Agradecemos o apoio financeiro da CAPES que nos possibilitou operacionalizar o curso de mestrado e a pesquisa.

Seguidamente, agradeço a todos os professores do mestrado com quem tive a oportunidade de aprendizado e incentivo. Grata por participarem da minha formação: em aulas, em conversas, em dificuldades.

Aos funcionários do PPGCS, sempre dispostos no atendimento e solicitações. Agradeço aqui nas pessoas de Rinaldo, Danielle e Jussara, sempre tão atenciosos.

Aos colegas de disciplinas que vivenciaram, como eu, um momento diferencial em suas vidas. Entre uma disciplina e outra acabamos por aprender outros entendimentos que extrapolaram a proposta de um conteúdo, de uma teoria.

A professora Elizabeth por ter me orientado neste exercício com sua habitual competência e entusiasmo, instituindo em mim o desejo de autonomia no pensar, agir e escrever. Uma orientação como a sua me faz entender que uma ciência que deseja ser social implica muito mais do que relação de construir saber. E por isso, o que eu tenho mais a lhe agradecer é a amizade, o carinho e o respeito que sempre teve comigo em todos os momentos em que nos reunimos.

A Iolanda, pela generosidade e sapiência que sempre demonstrou ao participar e contribuir com nossa temática de pesquisa em diversos momentos.

Grata sou pelas suas preciosas sugestões, contribuições e críticas no desejo de que este exercício se torne maduro. Agradeço alegremente a sua participação na composição dessa banca examinadora.

A professora Sandra Raquew que tão prontamente e gentilmente aceitou em compor a nossa banca examinadora.

Ao professor Márcio Caniello por inúmeras oportunidades de aprendizado no decorrer do curso de mestrado. Agradeço especialmente por ter aceitado ler meus escritos para realização deste exercício desde o primeiro momento, quando tudo ainda era um esboço. Suas sugestões, sua dinâmica, o seu fazer antropológico me encanta e me faz desejosa de conhecer e aprender mais.

A Eulália Bezerra, que não foi colega de disciplinas, mas, sempre anda presente. Agradeço suas leituras, sugestões, indagações e, principalmente, por ligações que não me deixam dormir.

As amigas Leandra, Isabelle e Vanessa. Presentes, ausentes, em trânsito. O agradecimento segue em conjunto, mas, percebo, vivencio e sinto cada uma de vocês de maneira muito particular. Sem elas não faria sentido falar de um curso de graduação em Ciências Sociais, não falaria de um mestrado no mesmo curso e tampouco viveria a amizade que construí ao lado delas. Agradeço de uma maneira muito singela aqui, pois, não há palavras para ser grata às pessoas que me fazem retornar a vida todos os dias.

A minha tia Cristina e sua família pelo aconchego. Fica em mim o desejo de agradecer sempre todo o carinho que sempre me dedicam. A Alena, especialmente agradeço por me ouvir mais de um porção de vezes, sendo paciente e compreendendo o que para muitos não é compreensível.

Aos amigos e colegas do Cariri Paraibano. Os baladeiros Rodrigo e Ítalo. O querido Silvan Borborema que sempre mandou vibrações positivas na escrita deste exercício. A amiga Liliana Soares que segurou na minha mão e viajou comigo para muitos lugares. A Camila e Marcela por me mostrar trilhas paraibanas. A Leonardo, por ser esperança de ver nova vida.

A minha irmã Janielle por esperar de tão longe o nosso 'estar juntas'. Certamente, o meu retorno à casa natal será mais feliz por encontrá-la. Agradeço por não me deixar desanimar um único dia sequer com sua presença constante e com sua fé.

A meus pais, Madsa e Aurélio e meu irmão Ranyere, pois, é neles e por eles que eu começo e termino todos os dias. Não há poesia, não há música, não há gestos que evidenciem a gratidão que tenho por ser agraciada com seus ensinamentos. Lições que nenhum livro contemplou. Guardo de vocês a mais bela experiência de amor.

A Deus, pela graça da vida e de estar aprendendo a vivê-la.

## **RESUMO**

Esta dissertação tem por objeto de estudo a análise das representações que os eleitores constroem acerca do voto: suas motivações e significados, à luz das relações de sociabilidades. O cenário da pesquisa é a cidade de Campina Grande - PB e tem no eleitor os atores que compõem os enredos da disputa eleitoral, selecionados a partir de alguns critérios, quais sejam: classe social, faixa etária, sexo, profissão, escolaridade, ideologia política e capital social. Tomamos como caso para análise a campanha eleitoral de 2010, especificamente a disputa presidencial e do governo do Estado. No entanto, convém assinalar que a política cidadina não se encerra neste período, portanto, o exercício teórico e prático da pesquisa também excede a disputa eleitoral. Pretendemos com esta pesquisa analisar as representações que os eleitores constroem sobre o voto num ambiente permeado por novas maneiras do exercício político. Atentamos para o fato de que a presente pesquisa não pretende oferecer uma análise do que é considerado certo ou errado na prática política, tampouco na escolha do voto, mas acreditamos ser a proposta uma contribuição ao estudo das motivações sobre o voto e sobre o comportamento eleitoral sob uma perspectiva sócio-antropológica.

Palavras-Chave: Representações Sociais, voto, comportamento eleitoral.

## **ABSTRACT**

This dissertation's purpose is to study the analysis of representations that voters construct about voting: their motivations and meanings in the light of the relations of sociability. The research scenario is the city of Campina Grande - PB and it has the voters as actors making up the plots of the electoral contest, selected based on certain criteria, which are: social class, age, sex, profession, education, political ideology and social capital. We take the 2010 election campaign as a case to analyze, specifically the presidential race and the state government. However, it should be noted that the city policy does not end at this time; therefore, the exercise of theoretical and practical research also exceeds the electoral dispute. We intend this research to analyze the representations that build on the voters voting in an environment permeated by new ways of political engagement. We look at the fact that this research is not intended to provide an analysis of what is considered right or wrong in political practice, the choice of voting either, but we believe the proposal is a contribution to the study of the motivations of the vote and the electoral behavior under a socio-anthropological perspective.

Keywords: Social Representations, vote, voting behavior.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. CAPÍTULO PRIMEIRO: CENÁRIOS, ENREDOS E ATORES NA REDE DO FAZER POLÍTICA.....</b>	<b>17</b>
1.1. Tecendo tramas, construindo enredos.....	18
1.2. Entrecruzando enredos e atores.....	25
1.3. Descortinando os cenários.....	33
<b>2. CAPÍTULO SEGUNDO: A DEMOCRACIA NO CAMPO DA CULTURA.....</b>	<b>40</b>
<b>3. CAPÍTULO TERCEIRO: DISPUTA LOCAL NO ÂMBITO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: O AMBIENTE DA CIDADE.....</b>	<b>58</b>
3.1. O “ <i>tempo da política</i> : as facções divididas, os rituais da campanha e a arte de proferir promessas.....	58
3.2. Elementos de campanha: o horário gratuito, as músicas, as imagens e as brigas políticas.....	69
3.3. Fazendo a política: entre os daqui e os de lá.....	76
3.4. As escolhas e motivações no âmbito das relações de dominação.....	88
<b>4. CAPÍTULO QUARTO: CONSTRUINDO O VOTO POR OCASIÃO DE UMA CAMPANHA ELEITORAL.....</b>	<b>100</b>
4.1. O Tempo de tirar proveito .....	100
4.2. O Eleitor e seu comportamento: as variáveis que orientam o voto.....	115
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>.....</b>
<b>8. MAPA DE ENTREVISTAS REALIZADAS DE ACORDO COM OS BAIRROS.....</b>	<b>150</b>
<b>9. QUADRO DE ENTREVISTA – PERFIS.....</b>	<b>151</b>
<b>10. ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>153</b>

*“Voto é planejamento, ele é muito importante, de um em um vai gerando milhões de voto e é a vontade do povo, querendo ou não. Mesmo que você não queira, não queria votar nesse, mas só tem esse, eu escolho esse. O pessoal não sabe, mas foi você que influenciou na decisão do comando do país. No comando do Estado, no comando da cidade”. (Técnico em eletrônica, 24 anos, Bodocongó).*

## **INTRODUÇÃO**

O Eleitor destaca-se num momento eleitoral como aquele que pode fazer a diferença através do seu voto. O voto, pois, é o instrumento que possibilita a este eleitor sonhar com o diferente. O voto implica decisão, promessa, sentimentos, negociações, o voto implica em *ser*. Ser diferença, ser cidadão, ser decisão. E é compreendendo o voto enquanto um dos elementos basilares na constituição e consolidação da democracia que nos voltamos a pensá-lo neste exercício que se inicia.

Na política, a participação e opinião do povo, mesmo quando não é efetiva, sempre foi estratégica. A prática política configura o desejo constante de fazer pensar, fazer ver e fazer sentir. E, é possível observar esse desejo de cativar o eleitor em regimes absolutistas. Maquiavel (1513) já nos delineia este movimento em sua obra “o Príncipe”.

A imagem política, a atribuição de virtudes, os sentimentos já constituíam os elementos usados para atrair os súditos. Os meios para que a realização da prática política que tem como intuito a adesão dos súditos não são os mesmos, mas a sua eficácia não se contesta. O que se estava e até hoje permanece em questão é: como conseguir conquistar aqueles a quem se representa?

A democracia surge, sinalizando uma composição diferenciada, ainda é música a ser trabalhada, ensaiada. Mas, com ela, conquistar e manter a adesão popular passou a ser algo periodicamente marcante, como ocorre nas eleições. E, a medida que novos direitos políticos e civis são conquistados, que novos elementos foram acrescentados à instituição da democracia, tais como: o uso do recurso midiático, a instituição de novas leis eleitorais, a prática política também foi se modificando. E essa disputa pela conquista do eleitor só vem crescendo.

Por esta razão e por ser o voto um elemento fundamental em toda a dinâmica do exercício político que esta pesquisa tem por **objeto de estudo** a análise das representações que os eleitores constroem acerca do voto: suas motivações e significados. Sem eles, ou sem o seu consenso mínimo é impossível governar.

Um dos **objetivos** deste exercício é analisar o voto enquanto representação, privilegiando as relações de sociabilidade e a maneira pela qual se instituiu um *ethos* quando se pensa um modo de ser eleitor e fazer política no Brasil.

O eleitor será apreendido como parte de uma rede social. Esta rede (des) territorializada e simbólica terá como cenário a cidade de Campina Grande, que vive dentro e fora do período de campanha eleitoral uma prática política acentuada.

Privilegiamos inicialmente um recorte temporal que é o tempo da campanha eleitoral<sup>1</sup>, entendendo que o voto, como maneira de expressão de vontades e opiniões, é imprescindível ao modelo democrático e representativo, e passa a ser disputado de forma contundente neste momento ritualístico que é a eleição.

Sim, compreendemos o período eleitoral enquanto um ritual, e no caso específico da eleição de 2010, para os candidatos a governo do Estado, um ritual de comensalidade. Kuschnir (2006) sinaliza estes rituais como 'compensador' do caráter cíclico dos papéis sociais da política<sup>2</sup>.

É nesse tempo que tudo acontece com o objetivo de conquistar a adesão dos eleitores, este é o momento estratégico para o candidato e o eleitor, e o voto passa a ser disputado como um bem, ocupando um lugar primordial nas disputas pela representação política.

Marca-se a importância de destacar a atuação do eleitor nas novas dinâmicas de conquista do voto, as táticas e estratégias que eles desenvolvem e as novas formas de mediações e participação política. Este configura o

---

<sup>1</sup> Disposto no calendário do TSE: <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2010/calendario.html>. A eleição é legalmente pensada antes do ano eleitoral, entretanto circunscrevemos o período da Campanha, desde julho quando começa a ser permitida a propaganda eleitoral até outubro, quando chega o dia da eleição. No caso específico de Campina Grande, eleição que teve segundo turno para o Governo do Estado e se estendeu até o dia 31 de outubro de 2010.

<sup>2</sup> Tanto José Maranhão quanto Ricardo Coutinho assumiam cargos recentes. Este momento da eleição permite que eles afirmem as suas identidades neste momento ritualístico.

**nosso segundo objetivo proposto na pesquisa:** delinear como as práticas de conquista do voto e do eleitor, são construídas através de novas práticas e renovação das antigas.

Entretanto, não circunscrevemos o exercício desta pesquisa e tampouco à prática política somente ao recorte da campanha eleitoral. Destarte, o tempo da campanha surge como o espaço de discussão e compreensão do eleitorado sobre como é vivenciada a política, particularmente em Campina Grande.

O exercício proposto não pretende oferecer uma análise do que é considerado certo ou errado na prática política ou na escolha do voto, mas acreditamos ser a proposta uma contribuição ao estudo das motivações sobre o voto e sobre o comportamento eleitoral sob uma perspectiva diferenciada.

O nosso intento não é fazer um apanhado jurídico e elencar o que deve ser feito, ou que é considerado certo ou errado no processo político, mas, tão somente, analisando as nuances das práticas eleitorais, a exemplo da conquista e escolha do voto, possibilitando ao eleitor que narre suas motivações e preferências na hora de escolher e aderir à campanha de um determinado candidato.

O voto aqui não é pensado pelas supostas ausências: de ideologia, de racionalidade, de organização dos cidadãos, da ausência de participação. Não que estas características não sejam mencionadas, problematizadas. Entretanto, compreendemos que não são autoexplicativas.

Uma pesquisa que volta seu olhar ao eleitor, repousa neste a crença de que é possível pensar e ampliar as explicações acerca dos paradoxos vivenciados na política. Pensar a dimensão subjetiva, a mobilização das relações socioculturais perpassando as práticas eleitorais retira das explicações que versam sobre as instituições toda a justificativa das nuances de nossa prática eleitoral.

Entende-se que ao se buscar compreender as representações sobre o voto, podemos ampliar o nosso entendimento sobre os processos que se desencadeiam do momento de escolha até a chegada deste nas urnas. Configura-se este como **último objetivo** da pesquisa: Interpretar como estas representações são compreendidas e elaboradas no universo e perspectiva dos eleitores.

Começando pelo ponto de vista dos eleitores e compreendendo como estes estruturam e tornam coerente suas explicações do universo político, pretende-se analisar, do ponto de vista sociológico, como os elementos presentes em suas falas nos ajudam a explicar os paradoxos políticos.

❖ Sistematizando este exercício, temos no primeiro capítulo o exercício da pesquisa, objetivando explicitar como compomos os dados de pesquisas e os caminhos percorridos. Ressaltamos este exercício fulcral, pois, consideramos a importância de evidenciar os procedimentos, leituras norteadoras, os fundamentos teóricos da análise e técnicas que embasaram nossos caminhos.

Compreendemos que um estudo sobre a vida política da cidade nos traz uma proximidade, uma relação de valores que nos impulsiona a naturalizar alguns movimentos. Desse modo, situaremos a cidade e a pesquisa realizada de maneira peculiar, não se trata de um grupo específico, mas de um conjunto complexo de pessoas que transitam e ressignificam a todo instante suas dinâmicas de vida. Salientamos ainda o nosso desejo de realizar uma pesquisa etnográfica, proposta instigadora e desafiante.

No segundo capítulo destacamos a democracia como balizadora do processo de conquistas da política brasileira e de como o modelo democrático é rico na composição do comportamento eleitoral. Ao realizar este destaque, discorreremos de maneira sucinta como se deu historicamente à conquista da democracia no país, sinalizando, por conseguinte como o voto foi sendo exercido e realizado até os dias atuais.

O objetivo deste capítulo é ressaltar como tem sido pensada a democracia, especialmente o voto no Brasil, e de como o nosso estudo pretende uma abordagem diferenciada, traz como dimensão diferencial a subjetividade. Trata-se de um estudo sobre o comportamento dos eleitores e, de como estes compõem os significados de suas ações na escolha do voto.

No terceiro tratamos sobre a disputa local experienciada do ponto de vista dos eleitores, como se realiza a dinâmica de conquista de votos, como se mediam as relações entre eleitores e candidatos, as relações que se instauram.

Desse modo, destacamos a disputa pelo poder e representação no centro da democracia representativa e como na arena desta disputa, situa-se o eleitor e seu voto. Destaca-se, pois, o contexto local e a maneira pela qual se

realiza esta disputa, tendo como tempo referencial a Eleição de 2010 vivenciada no Estado da Paraíba e especificamente, na cidade de Campina Grande.

No quarto capítulo tratamos do voto e sua construção enfatizando a disputa na campanha eleitoral. O voto é disputado ambientado num cenários de dádivas e contravenções. Desse modo, o intento deste capítulo é desvendar como o eleitor constrói as motivações e representações do seu voto, como se comporta neste cenário de disputa.

Por fim, este texto congrega um apanhado de situações que dizem respeito à política, não somente em sua forma institucionalizada. A política aparece aqui como exercício de olhar por dentro: ver práticas, interações, relações sociais, identificações, entre outras nuances que compõem o comportamento do eleitor e os caminhos que direcionam este à adesão de uma candidatura, desafio proposto neste trabalho.

“Campina Grande parece que tem 250 mil eleitores, é nada. Mas se meu voto junto com mais duzentos mil votar, aí é outra história”. (Técnico em eletrônica, 24 anos, Bodocongó).

## **CAPÍTULO PRIMEIRO:**

### **1.CENÁRIOS, ENREDOS E ATORES NA REDE DO FAZER POLÍTICA**

Para se refletir sobre uma temática como a política nos voltamos a um conjunto de fatores que nos situa de maneira singular. Há um espaço, um lugar, não necessariamente territorial, algumas vezes simbólico que aqui denominaremos de *cenário*. O nosso cenário, territorializado como a cidade de Campina Grande nos abraça e oferece diversos materiais, histórias e eventos que nos permite criar, reinventar e sinalizar os *enredos* da nossa pesquisa.

O nosso enredo ajudará a desvelar as ações, representações e motivações de *atores*. Estudar a política enquanto situação etnográfica, para além da sua institucionalidade faz-nos pensar que atores partilham de um mesmo tempo histórico, agindo e interagindo com finalidades múltiplas e complexas. Os nossos atores, são os cidadãos que fazem da disputa política no Brasil e especialmente em Campina Grande, uma disputa diferenciada e que têm explicações que nos possibilitam estruturar e apreender os conflitos no mundo da política.

Delinear como se constitui esta temática de estudo talvez seja o exercício mais fascinante na leitura da pesquisa realizada, por isso, talvez o exercício mais complexo e imprescindível. Os caminhos, os desejos, as realizações, as leituras, as diversidades, os encontros, as falas compõem todo o conjunto que tem no seu ápice um texto ‘final’ que jamais se quer esgotado.

É neste *cenário* que iniciaremos a construção deste exercício que buscará a todo o tempo não perder de vista suas tramas, seu *enredo* e que deseja a todo instante ressaltar a importância dos seus *atores*.

## 1.1. Tecendo tramas, construindo enredos.

Tratando-se de política e nos voltando a uma perspectiva que tem no eleitor o ator principal do nosso olhar, corremos o risco acentuado de tomar a fala do outro como a nossa. O nosso pressuposto metodológico de pesquisa traz no seu cerne a sociologia de Max Weber, pois, este tratou de maneira enfática a questão dos juízos e relações com valores nas Ciências Sociais.

Saint-Pierre (2004) em seu “Max Weber: Entre a paixão e a Razão”, volta-se no primeiro momento do livro às discussões do método weberiano. Para tanto, situa o pensador no debate gnosiológico e metodológico na Alemanha, marcadamente na segunda metade do século XIX, que trata do estatuto das Ciências Sociais e a influência de Dilthey, Windelband e Rickert na sua abordagem. As discussões propostas por estes autores tinham como escopo enfrentar o reducionismo que enquadrava as Ciências Sociais, e originam uma oposição ao positivismo e ao romantismo<sup>3</sup>.

Max Weber, não alheio a estas discussões e controvérsias, e atuante em seus trabalhos, percebe a necessidade de precisar as condições de uso dos seus instrumentos, isto é, de estabelecer um método pertinente às ciências histórico – sociais, que almeje os resultados visados e o mais importante: resultados que possam ser comprovados empiricamente, ou seja, válidos.

A Sociologia, no entender de Weber é a Ciência que objetiva compreender de forma subjetiva a ação dos indivíduos, e as mudanças dos tipos de ação. Assim a Sociologia Compreensiva configura

uma apreensão interpretativa do sentido ou da conexão do sentido: a) efetivamente visado no caso individual (na consideração histórica), ou b) visado em média e aproximadamente (na consideração sociológica em massa), ou c) o sentido ou a conexão de sentido a ser construído cientificamente (como “ideal típico”) para o tipo puro (tipo ideal) de um fenômeno freqüente. (WEBER, 1994, p.06).

Cabe assim à sociologia compreensiva e ao pesquisador, compreender de forma interpretativa a ação dos indivíduos dotada de sentido, ou seja, a

---

<sup>3</sup> Ver todo este debate na primeira parte do livro de Saint-Pierre intitulada: “Da esfera Valorativa ao rigor metódico”. In: Max Weber: Entre a paixão e a Razão. 2004.

ação social. Esta ação se dá de forma motivada, de maneira que tanto o agente da ação, quanto o observador possam constituir a razão do comportamento no que se refere ao sentido, proporcionando uma interpretação causal correta das ações, e seus resultados.

Essa abordagem metodológica é uma construção ideal-típica<sup>4</sup>, um método auxiliar, que se torna possível a partir de uma interpretação racional que deve ser explicada causalmente, e somente dessa maneira pode ser estabelecida regras gerais, tornando as relações causais em relações significativas.

Contudo, pondera Weber, esses modos de orientação não são únicos, mas são criados com fins sociológicos, dos quais se aproximam as ações reais, para que haja uma interpretação, tarefa da ciência. À ciência cabe o oferecimento de métodos, instrumentos e treinamento para o pensamento; e por fim objetiva a clareza, como observa Pierucci: “o interesse último da Ciência Social para um ser humano reside em sua contribuição para a luta do indivíduo comum *em busca de clareza*”. (PIERUCCI, 2003, p. 37). O pesquisador (cientista) faz uma Ciência orientada por valores, mas ser objetivo é o exercício que permite que os pesquisadores alcancem a neutralidade.

Weber sustenta que é possível alcançar um conhecimento objetivo dentro das ciências da cultura, contudo os problemas de valores devem ser evitados na busca de realizar um conhecimento científico. Para tanto, deve-se diferenciar juízos de valor e relações com os valores.

Saint-Pierre (2004), ao tratar das relações com os valores, destaca que na proposta epistemológica weberiana não são negadas as relações com os valores. Na realidade, são estas que guiam os interesses dos cientistas na orientação do seu recorte de estudo, ajudando-o a compor o seu objeto de conhecimento. O cientista deve, no entanto, afastar-se dos juízos de valores, ou seja, as pré-noções, as concepções pessoais do mundo; enfatizando que “uma Ciência empírica não está apta a ensinar a ninguém aquilo que “deve”,

---

<sup>4</sup>Em Weber, o principal meio metodológico para estabelecer o significado cultural dos fenômenos é o tipo ideal. Este é uma construção racional e não se encontra no mundo real, aparece como uma exageração de alguns elementos da realidade, esta metodologia racional, para Weber, é algo necessário para que as ciências sociais pudessem ser consideradas racionalistas. O tipo ideal oferece um meio para que os fatos sejam selecionados, e mais, oferece também maneiras de especificar os significados destes. O tipo ideal não é um fim, mas um meio de realizar o método ou a pesquisa e análise.

mas sim e apenas o que “pode” e, em certas circunstâncias, o que “quer” fazer”. (WEBER, 1991, p.7).

O nosso fundamento metodológico na pesquisa atenta, pois, a todo momento para o entendimento de que o pêndulo entre paixão e razão oscila. Os nossos encontros com os depoentes assinalaram esta paixão em meio a um universo que se deseja racionalizado, paixão esta que nos contagiou em diversos momentos.

Contudo, segundo a leitura de Saint-Pierre (2004) Weber ressalta a maneira pela qual a razão, bem como a objetividade se sobreponha. O cientista não está conduzido a produzir um saber valorativo, mas, pode e deve ser capaz, através do método compreensivo, de criar e compreender a realidade.

Nas ciências culturais, o ponto de partida da significação surge de algo que não é racional, da esfera valorativa. Os critérios que permitem selecionar e recortar o aspecto significativo da realidade cultural estão atrelados à importância que o cientista dá a determinado fenômeno (é subjetivo). Compreendemos que a escolha da temática, que a orientação em buscar o eleitor para refletir sobre o voto é algo que nos fascina, mais do que compreender o voto do eleitor sobre o prisma institucional.

Os encontros realizados permitiam que as pessoas narrassem mais do que suas inclinações e adesão à determinados candidatos. O tempo circunscrito à campanha eleitoral é destoante, as músicas, as conversas, os eventos são narrados de maneira apaixonante e isto sempre nos fascinou.

Weber defende que é possível construir conhecimento científico e objetivo, mesmo sabendo haver um componente subjetivo nas ciências da cultura, e isto ocorre através da busca da objetividade e neutralidade científica. Assim, busca-se a objetividade quando se identificam os juízos de valores e os elimina do discurso científico, quando se trata a realidade com explicação de causalidade, estando o fenômeno estudado sujeito à verificação.

Weber propõe promover uma Ciência da realidade, atentando que as Ciências Sociais não conseguem explicar esta realidade completamente, renunciando a abrangência de uma totalidade, portanto, seleciona características particulares que possibilitem explicar certos fenômenos. O método ganha em Weber uma evidência determinante, pois para ele, decorre

daí toda a validade do conhecimento científico, é através da objetividade do método que resulta a confiabilidade do conhecimento construído.

A retomada da discussão da epistemologia e da metodologia nos remete à compreensão da importância das leituras e preparação do pesquisador para imersão no campo. Sabemos das dificuldades inerentes à pesquisa. Estas, revelam que há um esforço nas ciências do homem em orientar e construir metodologias que garantam a objetividade e representatividade da pesquisa.

Assim, nosso primeiro tecido é construído através das abordagens e leituras que nos amparam na composição da pesquisa.

Como construir nossos objetos de pesquisas? Como orientar nossas leituras? Como selecionar perguntas, como fazê-las? São algumas das poucas questões que nos direcionam na pesquisa. Principalmente dada às questões exteriores que se impõe ao pesquisador: o tempo de pesquisa, as condições de execução das atividades e leituras, as temáticas de estudos, pela qual, muitas vezes, se está cheio de paixão e que pode situar o pesquisador num lugar complexo.

Foi basilar as contribuições de Pierre Bourdieu como leitura norteadora, em seu “Ofício do sociólogo”<sup>5</sup> (2007) e “O poder simbólico” (2001) no que se refere à construção do objeto e a necessidade do pesquisador pensar acerca de suas paixões no exercício da pesquisa. Seja no campo (realização da pesquisa) ou na escrita.

Entre muitos dos aspectos que Bourdieu trata nestes livros, a questão da construção do objeto nos chama atenção, como um exercício de ruptura. Segundo ele, o ‘objeto’ é construído, e, por sua vez, não é algo que se encerre logo, pois, como nos ensina ao tratar da pesquisa científica, pondera que esta

é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas. (BOURDIEU, 2001, p. 26-27).

---

<sup>5</sup> Juntamente com Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron. (1930).

Bourdieu atenta-nos para o exercício de suspeição do objeto e do próprio método do pesquisador que deve ir contra a ilusão do que se vê. A prática sociológica, dessa maneira, deseja transpor e distinguir o vulgo, o senso comum, resistindo ao profetismo e previsões.

Se, como observa Bourdieu, o pesquisador exercita-se para não se fundir ao profetismo, também deve exercitar-se para não tomar o discurso do outro (interlocutor) como seu. Não basta escutá-los, fazendo a gravação fiel dos dados e ouvir as razões de suas condutas. Se assim o faz, está simplesmente substituindo suas pré-noções pelas pré-noções dos que ele escuta e estuda. (BOURDIEU, 2007).

Bourdieu (2007) critica o empirismo radical, pois, este sinaliza que o sociólogo 'idealmente' possa se anular como tal. Para ele, esta é uma difícil escolha, pois, nossas técnicas e concepções estão permeadas de pressupostos, pois, para ele a neutralidade é algo a ser pensado na postura do sociólogo, já que o "sociólogo que não submete suas próprias interrogações à interrogação sociológica não estaria em condições de fazer uma análise sociológica verdadeiramente neutra das respostas que elas suscitam". (BOURDIEU, 2007, p. 55-56). Assim, para ter melhor controle da pesquisa é necessário ter consciência das escolhas.

Referenciamos o nosso cenário no espaço urbano, aos estudos urbanos, destacamos a Escola de Chicago que tomou como cerne de discussões os problemas que se apresentam na cidade, sugestionando contribuições quanto aos métodos de pesquisa na cidade e da pesquisa qualitativa.

Neste sentido, percebe-se que houve um esforço das Ciências Sociais na tentativa de compreensão do significado e impactos da Revolução Industrial e das relações urbanas, buscando sinalizar o processo de desenvolvimento da civilização e as características que marcam a cidade, a chamada Grande Sociedade.

Partindo para a compreensão desses novos arranjos há toda uma preocupação com a ordem espacial da vida urbana, já que não se caracteriza mais as sociedades urbanas tendo somente como base relações de

parentesco, porém nos territórios, este como um espaço que se define como complexo e estabelecedor de relações também complexas<sup>6</sup>.

Destacamos também a importância da abordagem antropológica na nossa pesquisa, enfatizando a etnografia como uma maneira peculiar de interpretar a política. Se tomarmos como base à formação da Antropologia e o foco de estudos propostos por esta disciplina, percebe-se que nas primeiras décadas do século XX temos com o inglês Bronislaw Malinowski, um dos primeiros exemplos para pensarmos o exercício antropológico e especialmente o que denominamos trabalho de campo.

Propôs Malinowski (1984) tornar-se nativo, sentir, viver entre eles – o exercício etnográfico – método que para nós se torna cada vez mais caro. A descoberta do outro é o ponto fulcral, entretanto, a descoberta do outro, nesse primeiro momento, faz-se em outros domínios que não são, por excelência, o domínio do pesquisador, ocorre em terras estrangeiras<sup>7</sup>.

É quando estamos no entre-guerras, 1930-35, que antropólogos americanos resolvem se voltar aos estudos do seu País. A exemplo de Margareth Mead e Ruth Benedict, que trataram sobre costumes e padrões de cultura da sociedade americana, tem-se o início do estudo sistemático do país no qual habita o próprio pesquisador.

Tendo em vista toda a discussão que se instaurou na Antropologia e da importância que a etnografia tem nas Ciências Sociais, compreendemos que a política e o estudo sobre a política não pode partir de uma definição externa, mas, como já bem atentou Malinowski do ponto de vista do nativo. E amplia-se o espaço etnográfico, pois, não se trata de etnografar o nativo somente em sua aldeia, mas nos espaços urbanos.

São basilares para nós as contribuições etnográficas de pesquisas realizadas no espaço urbano. Norteia as nossas leituras a pesquisa de Karina Kuschnir (2003) no texto “Uma pesquisadora na metrópole”, ao destacar como o antropólogo atua dentro de sua rede de relações e atentando para que em determinados espaços à pesquisa pode ou não ser favorável.

---

<sup>6</sup> WIRTH, 1970.

<sup>7</sup> No final do século XIX e início do século XX, os estudos dos antropólogos são primordiais para o desenvolvimento das técnicas de pesquisa, as sociedades estudadas pelos antropólogos são consideradas isoladas, de pequenas dimensões e sem escrita, classificadas como “primitivas”, contrastante com as organizações “complexas” das sociedades dos pesquisadores.

Também nos detivemos na leitura de uma pesquisa realizada por Márcio Goldman no texto “Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil”. (2006). Um trabalho inicial dos cultos afro-brasileiros em Ilhéus, mas que ganhou derivação quando trata do exercício da política sob o ponto de vista do Movimento Negro.

Goldman (2006) aponta para a perspectiva de produção de um olhar sobre o nosso sistema político, marcado na luta pela (re) democratização, por práticas não acabadas, contraditórias. No seu entender, estas práticas devem ser observadas sob o prisma da subjetividade. O que nos sugere ao elaborar uma “teoria etnográfica da democracia”:

Uma teoria em que práticas e normas não se oponham, mas se articulem; onde os ideais e as realidades formem o acompanhamento obrigatório uns dos outros; onde dados e teorias não façam dois, de modo que a construção de modelos de inteligibilidade a partir e para um determinado contexto possa funcionar como matriz de deciframento de contextos outros – e vice versa. (GOLDMAN, 2006, p. 206).

Pressupõe-se que um estudo antropológico de nossa vida política deve partir primeiramente do privilégio etnográfico e teórico, e que leve necessariamente em consideração as práticas e a dimensão subjetiva.

Também nos detivemos ao texto de Irllys Barreira (2006) em seu artigo “A política de perto recortes etnográficos das campanhas eleitorais”. Enfatizando o exercício de pesquisa no momento da campanha eleitoral.

As citadas leituras nos ajudaram a constituir o primeiro olhar sobre o objeto que se pretende construir. Roberto Cardoso de Oliveira (1998) em seu livro “O Trabalho do Antropólogo” nos ensina como o olhar, o ouvir e o escrever são movimentos que devem ser constituídos entrelaçados e questionados.

O olhar e o ouvir desejam ser ‘sensibilizados’ e ‘atentos’. Destaca-se portanto, a importância das leituras metodológicas que situam o pesquisador. Os termos, as nomenclaturas e as teorias constituem o escopo que sustentam o exercício do pesquisador no campo e o exercício de escrita, de interpretação.

## 1.2. Entrecruzando enredos e atores.

Compreendendo a importância da preparação do pesquisador através das leituras e da compreensão de fazer pesquisa na cidade, destaca-se o segundo exercício de composição da pesquisa: sinalizar os caminhos e métodos que nos permitem observar e interpretar como nas ações individuais, nas práticas cotidianas, dentro de um contexto cultural singular, se desvelam as ideologias e crenças de cada indivíduo, sem perder de vista as suas relações e interações no momento de suas escolhas e definições das suas maneiras de escolher e representarem o voto.

Trabalhamos num primeiro momento com a discussão teórica sobre a relação entre cultura, política, representações e motivações sobre voto. Para tanto, realizamos revisão bibliográfica sobre as concepções acerca do voto, opinião pública e do comportamento eleitoral, contextualizando e buscando situar nossa realidade local. Essa discussão teórica aparece em todos os momentos da pesquisa, da preparação para a inserção no campo até o momento de escrita.

Empenhamo-nos em realizar uma pesquisa qualitativa, pois,

Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21).

Atentamo-nos também, como menciona Minayo (1994) ao tratar do método em “Pesquisa Social: teoria, método e criatividade”, para o fato de que os dados qualitativos e quantitativos não são antagônicos, não há uma dicotomia entre eles, se possível eles devem convergir, o que não é o caso específico do nosso trabalho. Possivelmente utilizaremos dados quantitativos, mas não são elementos de primazia nas nossas análises.

Aldé (2004, p. 27) já reforça a importância da pesquisa qualitativa no estudo da política, sugerindo que

para melhor entender os dados agregados quer nas pesquisas de opinião, quer nos resultados eleitorais, necessariamente organizados de acordo com categorias alternativas “fechadas”, é preciso investigar os discursos das pessoas sobre a política.

A partir dos relatos pode-se adentrar num ambiente que nos possibilite refletir sobre atitudes e paradoxos políticos.

Nossa referência de disputa eleitoral mais próxima é a campanha de 2010. A temática de estudo surge como uma continuidade e aprofundamento de pesquisas realizadas no texto monográfico de conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais no ano de 2009. Desse modo, as incursões ao campo não são iniciais o que nos ajuda na realização da presente pesquisa, permitindo-nos aproximações e distanciamentos, já que a disputa dos cargos foram diferenciadas e a maneira pela qual se realizou “*o tempo da política*” se deu de maneira diferente.

Desejamos sinalizar os procedimentos de pesquisa.

Juntamente a realização das leituras, demos início a pesquisa e entrevistas. A entrevista, técnica utilizada na nossa pesquisa, enquanto fala carregada de experiência, nos coloca sempre numa postura atenciosa, de poder sinalizar com clareza aquilo que foi dito. Destaca-se que não foram realizadas entrevistas no momento de campanha eleitoral. Estávamos neste momento imersas nas atividades previstas no Programa de Pós-Graduação, o que não nos possibilitou um aprofundamento na pesquisa.

As entrevistas foram realizadas pós-eleição, especificamente a partir do mês de julho do ano de 2011. Fazer as entrevistas neste momento trouxe-nos algumas implicações, a exemplo da perda da euforia de se pesquisar no período circunscrito à disputa eleitoral. De modo que alguns eventos, momentos correm o risco de se perderem ou não ganhar a amplitude que merecem.

Para responder às nossas questões sobre as motivações do voto, sobre as práticas e atitudes políticas contamos com a contribuição de 19 cidadãos que vivem na cidade de Campina Grande. A cidade possui 46 bairros e 114 colégios eleitorais, destes, 276.228 eleitores são aptos a votar. Alguns critérios foram tomados como variáveis na escolha das pessoas a serem entrevistadas,

quais sejam: (a) classe social<sup>8</sup>, (b) faixa etária, (c) sexo, (d) profissão, (e) escolaridade, (f) ideologia política e (g) capital social. Sabemos que a escolha de alguns critérios em detrimento de outros têm suas implicações, entretanto, desejamos a partir destes ampliar o espectro da pesquisa.

Conformamos um conjunto não muito amplo. Entretanto, a partir dele pudemos congregamos as mais diversas experiências, bem como representações, cada um sinaliza aquilo que mais marca de acordo com a realidade em que vivem; há falas que se tocam em diversos aspectos.

O nosso contato com esses eleitores se deu inicialmente através de alguns amigos que sinalizaram pessoas que se disponibilizaram a serem entrevistadas, o encontro com eles se deu nas mais diversas situações: nas suas casas, no seus ambientes de trabalho, em casa de amigos, na universidade.

Na pesquisa social ocorre em alguns casos, como o nosso, a não separação das esferas da vida. Clifford Geertz ao remeter-se sobre as dimensões éticas do trabalho de campo na Antropologia, já nos mostra que:

A característica mais marcante do trabalho de campo antropológico como forma de conduta é que ele não permite qualquer separação significativa das esferas ocupacionais e extra-ocupacionais da vida. Ao contrário, ele obriga a essa fusão. Devemos encontrar amigos entre informantes e informante entre os amigos; devemos encarar as idéias, atitudes e valores como outros tantos fatos culturais e continuar a agir de acordo com aqueles que definem os nossos compromissos pessoais; devemos ver a sociedade como um objeto e experimentá-la como sujeito. Tudo o que dizemos, tudo o que fazemos e até o simples cenário físico têm ao mesmo tempo que formar a substância de nossa vida pessoal e servir de grão para o nosso moinho analítico. No seu ambiente, o antropólogo vai comodamente ao seu escritório para exercer um ofício, como todo mundo. Em campo, ele tem que aprender a viver e pensar ao mesmo tempo. (GEERTZ, 2001, p. 45).

Tomamos como unidade de análise os eleitores da cidade de Campina Grande, selecionados a partir dos bairros, com o intuito de conflitar ou encontrar variáveis comuns a partir das realidades locais. É evidente como se

---

<sup>8</sup> Atentamo-nos, pois, que vivemos a experiência de mobilidade social. A experiência do contato, da interação interfere na visão de mundo e estilo de vida dos indivíduos.

dá a divisão e adesão a alguns candidatos a partir do território habitado, já que “os habitantes da cidade têm diferenças significativas em termos de *ethos* e estilo de vida que repercutem e se expressam nas suas concepções de participação política”. (KUSCHNIR, 2007, p.50).

Para a realização das entrevistas foi elaborado um roteiro de perguntas que sinalizem e ampliem a nossa temática de estudo<sup>9</sup>, contemplando as nossas perguntas problemas que delineiam este exercício: *Como os eleitores concebem o seu voto por ocasião de uma campanha eleitoral? Quais variáveis influenciam na percepção da construção do voto do cidadão eleitor? Que atitudes políticas se desenvolvem em meio ao processo político?*

Durante as entrevistas alguns dos entrevistados assumem em suas falas tons de denúncias, de reivindicação e insatisfação, mesmo fora do tempo das eleições, o cenário que nos voltamos é marcado por estas tensões.

Goldman (2006, p. 214), ao tratar da postura do antropólogo, enquanto pesquisador, indaga: “Como escutar sem preconceito ou rancor, a afirmativa tantas vezes repetida de que todos os políticos, ou todos os partidos são iguais?” Sugere-nos, que o único caminho é lidar com estas questões de maneira antropológica, restabelecendo o sentido dos agentes de maneira etnográfica, articulando seus discursos com outras dimensões, outras experiências, de um modo que em geral os próprios agentes acabam não fazendo.

Houve receio em quase todas as entrevistas quanto à gravação das mesmas. Entretanto, ao explicarmos sobre a temática e o por quê de estarmos gravando, sempre contamos com a aceitação dos entrevistados. Sempre pedimos a sua autorização, deixando-os a vontade caso não desejassem; explicamos igualmente a importância e o nosso comprometimento ético com os dados coletados. Enunciamos antes de começarmos as entrevistas, que se preferissem, não colocaríamos os seus nomes, pois foi perceptível o fato de muitos não desejarem serem identificados.

Em algumas entrevistas o aparelho de som<sup>10</sup> causou inicialmente um incômodo. Contudo, não se configurou como um empecilho; procuramos deixar muito claro aos entrevistados que a utilização desses aparelhos nos ajudaria

---

<sup>9</sup> Roteiro Anexo.

<sup>10</sup> Mp4 e gravador.

para o processo de escrita e que para nós era importante a gravação para lembrarmos o que foi dito.

Pudemos denotar a curiosidade das pessoas entrevistadas. Em alguns momentos o pesquisador no exercício de questionador também passa a ser questionado, porque aquele que tem algo a dizer necessita ter a segurança, para saber o que ele vai falar e para quem ele vai falar. Então não foi incomum ouvirmos “o que pretende saber?”, “o que vai fazer com essas entrevistas?”.

Embora nem sempre o tempo seja um fator que nos ajude, tentamos estabelecer essa relação de confiança, respeitando principalmente os limites dos outros. Sentimos durante o transcorrer de algumas conversas que para além do cansaço e do incômodo de estar sendo questionadas, as pessoas não queriam mais falar, seja porque estavam cansadas, ou porque não gostam de revelar ‘certas’ coisas.

Parte daí a constituição de uma relação entre o pesquisador e a pessoa entrevistada, na busca de uma afinidade que permita o surgimento de uma relação mínima de confiabilidade. O roteiro, o gravador podem se tornar jaulas que nos aprisionam em certos momentos. Vez ou outra, sentimos necessidade de dispersar sobre o que estávamos tratando nos roteiros, mas, isso não foi de todo mal, em algumas dessas descontrações sentimos que o receio inicial se dissipava e muitas vezes extrapolamos algumas temáticas.

Tratar o entrevistado como um interlocutor permite constituir uma relação dialógica, e faz com que ele ocupe um lugar merecido, de construção conjunta. Vê-se que “ao trocarem ideias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guindados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante”. (OLIVEIRA, 1998, p. 22).

As pessoas não são coisas, estáticas no espaço. “São sujeitos estudando sujeitos”, e por isso devemos ter clareza de que

os métodos e teorias da Ciência Social não estão sendo produzidos por computadores, mas por homens e mulheres, e sobretudo, por homens e mulheres que trabalham não em laboratórios, mas no mesmo meio social a que se aplicam os métodos e se transformam as teorias. (GEERTZ, 2001, p. 31).

Portanto, a relação entre aquele que pesquisa e o seu “informante” deve ser pensada, entendendo que, quando se trata de pessoas, as mudanças, infortúnios, humores, desconfianças, desejos de não receber e conversar com o pesquisador, pode e costuma acontecer.

Parece ser o pesquisador uma figura astuciosa que anda meio sem saber de nada, procurando falas, gestos e respirações suspensas e que passa por ouvinte atento, meio fofoqueiro e sempre pronto a perguntar mais e mais. Mas, ele não é um desbravador, um herói, ele é antes de tudo alguém interessado no campo, alguém que treinou seu olhar, seu ouvir e que objetiva clareza.

Inicialmente quase todos afirmam não gostar ou não saber falar sobre política. Percebemos que o ‘falar’ sobre a política no período eleitoral com os amigos e parentes é algo muito jocoso. Porém, no momento de entrevista esse parece ser um exercício mais difícil, que requer um grande sigilo e que deve ser “cercado de cuidados”<sup>11</sup>. Destacamos desde este momento um sentir que perpassa muitas falas: o medo. É, em alguns momentos, palpável o temor às represálias no universo político cidadão.

Mas, não nos deixemos contagiar por uma postura distante, compreendemos que debruçar-se sobre o objeto construído é um exercício que requer que o pesquisador tenha a ideia clara de que “as opiniões primeiras sobre os fatos sociais apresentam-se como uma coletânea falsamente sistematizada de julgamentos com uso alternativo”. (BOURDIEU, 2007, p.24).

Mesmo sob a tensão inicial, muito foi desvelado. Afirma Goldemberg em seu livro “A arte de pesquisar” que “trabalhando com estes instrumentos de pesquisa é bom lembrar que estamos lidando com o que o indivíduo deseja revelar; o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros”. (1998, p. 85).

Resta a nós, enquanto organizadores de tantos elementos e paradoxos, perceber e articular o que se é observado, o que é dito, principalmente quando estamos tão próximo a temática estudada. Como desnaturalizar as falas, tentar se afastar das pré-noções que temos que são tão arraigadas no nosso senso

---

<sup>11</sup> Situa-nos Goldman (2006: 209) que a prática tradicional do antropólogo costuma colocá-lo em situações que, por diversas razões, deve se comportar como “cético”, no caso da política, no entanto, tudo parece passar de maneira diferente, os informantes é que parecem ser “céticos”, e os antropólogos mais ou menos crédulos.

comum? Como destacar a partir das concepções dos entrevistados o quanto as suas redes sociais, a sua ideologia, a sua vida cotidiana são definidoras em momentos decisivos, a exemplo do voto? *Como transformar o familiar em exótico?* Como bem sinalizou DaMatta (1974).

Bourdieu nos ajuda a refletir sobre o ofício do pesquisador, assinalando que este deve ter como exercício uma postura de vigilância, nos seus termos de vigilância epistemológica, de maneira que

À tentação sempre renascente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou engenhocas de laboratório, só podemos opor o treino constante na vigilância epistemológica que, subordinando a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, deve ser pensada tanto em si mesma quanto em função do caso em particular. (BOURDIEU, 2007, p. 14).

A vigilância epistemológica é algo que se impõe, segundo a leitura de Bourdieu, principalmente por ser a relação entre senso comum e o discurso científico algo tênue, cabe ao pesquisador, realizar a ruptura com o senso comum, através dessa vigilância, desconfiar do que está dado, e assim iniciar o seu exercício de trabalho científico. A construção de nossa temática de estudo nos leva a um exercício constante de vigiar a paixão com que se está envolvido.

Não obstante, uma vez que propomos uma relação dialógica, devemos atentarmo-nos para a questão da neutralidade da pesquisa. É fato que não somos neutros<sup>12</sup>. Dado a proximidade que temos com a política no nosso cotidiano, ela se mistura todo o tempo em todas as nossas relações, o que pode nos comprometer, dada a nossa familiaridade com o tema de pesquisa escolhido.

Contudo, o campo pode e quer nos mostrar que “o que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto *conhecido*”.

---

<sup>12</sup> VELHO, G. “Observando o Familiar”. In: **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987. (1978).

(VELHO, 1987, p. 126). Portanto é necessário ter clareza do comportamento na pesquisa, para que não sejam transparentes as pré-noções que se tem quanto ao campo e do “objeto”, já que “a simpatia entre pesquisador e “objeto” também conta como fator subjetivo, sobre o qual não temos muito controle”. (KUSCHNIR, 2003, p. 37). O que se impõe é a relativização destas categorias, entendendo que a objetividade é relativa, mas é necessário o esforço “para não fazer do objeto construído um objeto inventado.” (GOLDEMBERG, 1998, p. 45).

Há a necessidade de criar uma distância mínima que garanta a reflexividade<sup>13</sup> sobre aquilo que se estuda e pesquisa. Esse elemento é fundamental para que o pesquisador reconheça as suas limitações e dificuldades, visto que ele pode compartilhar ou não, no caso da política, de valores comuns às pessoas entrevistadas.

Sempre fazemos questão de deixar claro o quanto gostaríamos de conhecer a política local, já que há poucos anos moramos aqui, – e isso, de certa maneira nos permite um afastamento enquanto pesquisador – o que parece, ajudar na hora da realização das entrevistas, pois, as pessoas não nos enxergam como aliadas ou vinculadas a determinados candidatos.

Temos nossas preferências pessoais e opiniões acerca do tema pesquisado, entretanto, concordamos com a assertiva que “quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais, mais é capaz de evitar o *bias*<sup>14</sup>, muito mais do que aquele que trabalha com a ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas”. (GOLDEMBERG, 1998, p.45).

Uma vez concluída a realização de nossas entrevistas, passamos a fazer as nossas transcrições e iniciamos esse processo de tradução e interpretação daquilo que foi e não foi dito. Como bem sinalizou Geertz (2001), pretende o antropólogo uma busca interpretativa, está ele a procura de significados. O antropólogo, ao fazer a etnografia de um povo, deve fazer mais do que uma coleta de dados e observação; seu empreendimento constitui num

---

<sup>13</sup> Geertz inspirou a chamada antropologia reflexiva que propõe uma autorreflexão do trabalho de campo em seus aspectos morais e epistemológicos, esta por sua vez, questiona a autoridade do texto antropológico, sugerindo que os resultados de pesquisa não são de observações puras e simples, mas se dá mediante uma negociação entre pesquisador e pesquisados. Ver em **A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Record, 1998.

<sup>14</sup>Bias do pesquisador – pontos de vistas, pré-noções do pesquisador que podem originar distorções nos momentos de pesquisas, descrições e análise dos fenômenos.

esforço intelectual de interpretar tudo aquilo que observou e vivenciou, não só o que foi coletado em depoimentos.

A escrita é um discurso, a priori, particular<sup>15</sup>, que se apresenta de maneira muito complexa, configura-se num momento bastante delicado, pois, estamos colocando as falas e, mais que isso, a confiança das pessoas no nosso texto. Impõe-se ao pesquisador uma postura ética e moral, de cuidado com o que se escreve, o que reforça também a afirmativa que não se pode forjar o que foi dito, deve existir a aliança entre o aparato conceitual e os dados coletados.

Este exercício é atravessado por outros olhares e outras discussões, o que são contribuições para que a nossa escrita consiga ter mais embasamento e clareza sobre o tema a ser pesquisado, mas, o texto não espera todas as respostas para ser escrito (OLIVEIRA, 1998).

Construir de maneira elucidativa através das entrevistas, nossas análises, os enredos do nosso percurso de pesquisa é algo complexo. É nesse estágio que nos deparamos agora: de fazer uma análise de tudo aquilo que foi discutido, de todos os dados que foram coletados, a fim de tornar compreensível para nós e para os outros, aquilo que foi discutido e proposto como exercício de pesquisa.

### **1.3.Descortinando os cenários.**

Delinear a cidade como um lócus de pesquisa constitui o nosso último exercício na composição da pesquisa. E, por ser este um espaço imbuído de toda complexidade, compreende-se que a maneira pela qual se realiza à pesquisa ganha todo um diferencial.

A cidade é o lugar onde se agregam muitas pessoas e junto a elas a mais extraordinária heterogeneidade e diferenças em todos os setores da vida humana. Essa heterogeneidade fomenta os conflitos e altera também as relações sociais na cidade, e é nesse sentido, que propomos pensar a política

---

<sup>15</sup> Nosso texto será apresentado aos nossos pares.

local e as dinâmicas que se apresentam, a partir das características que encontramos no espaço urbano.

No tocante à política da cidade, o cenário que se depara o pesquisador é bastante complexo<sup>16</sup>, percebemos que “a organização do espaço urbano reflete essa cosmologia e acaba por moldar também o exercício da política”. (KUSCHNIR, 1999, p. 95). E quais são mesmo as características que encontramos na vida urbana? A individualidade, o tempo, a mudança nos tipos de relação (face a face), tudo isso se configura de maneira diferenciada<sup>17</sup>.

O nosso lugar de pesquisa é a cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba. Situa-se no Agreste da Borborema e ocupa uma área de 970 Km<sup>2</sup>. Dista 130 Km de João Pessoa, Capital do Estado. Limita-se com os municípios de Gurjão (30 Km), Ingá (36 Km), Massaranduba (18 Km), Lagoa Seca (96 Km), Puxinanã (15 Km), Pocinhos (33 Km), Soledade (54 Km), Fagundes (24 Km), Queimadas (15 Km), Boqueirão (38 Km), Cabaceiras (60 Km) e São João do Cariri (51 Km).

Buscaremos a partir da compreensão das disputas políticas locais situar em que ambiente estão inseridos os eleitores. Vale, pois, uma rápida apresentação da política local, sobre o cenário que está imerso o pesquisador, sob o signo de uma apresentação que será complementada nos próximos capítulos, com as concepções que os eleitores constroem sobre a disputa política local e de maneira mais ampla sobre o Estado e o País.

De acordo com o censo do IBGE<sup>18</sup> de 2010, O município ocupa uma área de 621 km<sup>2</sup> e possui uma população de 383.764 habitantes. O Estado da Paraíba, pelo menos nos últimos doze anos, tem sido fortemente marcado por uma disputa entre grupos políticos oligárquicos;

---

<sup>16</sup> Segundo Park (1970), a complexidade, proporciona a interdependência, a liberdade e diversidade dos povos, e com isso aumenta as dificuldades de se manter uma organização social, isso gera a necessidade de pontuar as relações e atividades, tornando necessário o relógio e o tempo na tentativa de evitar o caos. A vida na cidade grande não existe sem a ordenação de um esquema temporal que possibilite o direito a todos, mais um fator determinante da sociedade urbana.

<sup>17</sup> Quanto a isso também se destaca a velocidade com que acontecem os fatos, a mobilidade aumenta, a busca pela informação e a velocidade com que ela é recebida é bastante valiosa. A velocidade de mudança social é marcada por um aperfeiçoamento da atividade científica, da tecnologia e da mecanicização, conseqüentemente os aspectos da vida parecem ter sido mecanicizados e racionalizados.

<sup>18</sup> Atendendo ao dispositivo legal, lei nº 8443, de 16 de julho de 1992, no artigo 102, o IBGE fez publicar no Diário Oficial da União, em 14 de agosto de 2009, as estimativas de população para os municípios brasileiros, com data de referência em 1º de julho de 2009.

Desde 1998 que a política, especialmente a partidária e a eleitoral, na Paraíba, passou a ser subordinada à disputa entre o grupo político do então governador e hoje senador José Maranhão e o grupo Cunha Lima, liderado pelo ex-governador e então Senador – hoje deputado federal – Ronaldo Cunha Lima, tendo como adjunto seu filho, o então prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima, posteriormente, dirigente principal, por conta de acidente vascular cerebral sofrido pelo pai.

Egresso do antigo MDB, jovens deputados estaduais no início dos anos 1960, cassados pelo Ato Institucional nº 5, no pós 1968, Ronaldo Cunha Lima e José Maranhão seguiram carreira no PMDB, sem enfrentamentos até 1998. Em 1994, o PMDB elege o governador Antônio Mariz, tendo como vice-governador José Maranhão, e como senador Ronaldo Cunha Lima. Com a morte do titular, José Maranhão assume o governo de Estado e, no decorrer do mandato, articula a sua reeleição.

A disputa pela indicação convencional é travada previamente na disputa pelo controle do Diretório Estadual que, rapidamente, degenera em guerra aberta pela cooptação dos delegados convencionais. O governador Maranhão sai vitorioso, com a sua indicação como candidato à reeleição assegurada. É eleito governador, em chapa partidária, com 80,72% dos votos válidos contra 16,11% da coligação PSB-PT.

A perda do controle partidário levará o grupo Cunha Lima, após as eleições municipais de 2000, a migrar, pelas suas lideranças principais, para outro partido. O escolhido foi o PSDB, como via para manter garantido o acesso do grupo ao Palácio do Planalto, estabelecendo-se também aí – na relação do plano estadual com o governo federal – a disputa renhida pela interlocução oficial, pelo atendimento dos pleitos e demandas e por indicações de cargos.” ARAÚJO (2005, p. 89-99).

O contexto político ao qual nos referimos na candidatura à Governo do Estado, marca de um lado, o grupo Maranhão, saído recentemente do governo do Estado, representado na pessoa de José Maranhão, e do outro, o grupo Cunha Lima, liderado por Ronaldo Cunha Lima e seu “filho”, Cássio Cunha Lima, ex-Governador do Estado, cassado no ano de 2009, pelo TSE, e atual Senador pelo mesmo Estado.

Essa disputa ganha maior visibilidade no período que antecede as eleições, sejam elas estaduais ou municipais, o que não impede, como já ponderamos, para o fato de que ela é mediada nas discussões, no dia a dia das pessoas.

Como habitamos na cidade de Campina Grande há pouco mais de sete anos, tivemos a oportunidade de vivenciar as eleições municipais nos anos de 2004, 2008 e no ano de 2010 acontece eleições Estaduais e para Presidência. Eleições marcadas por fortes mudanças na cidade, de acordo com as falas dos entrevistados, bem como a nossa própria vivência nos demonstrou. Por isso, para nós, merece registro e uma rápida digressão para a disputa eleitoral à Prefeitura do Município de Campina Grande destes anos e a mais recente disputa ao cargo do governo do Estado em 2010.

No ano de 2004, destaca-se sobre este pleito que: pela primeira vez na história das campanhas eleitorais da cidade ocorre a candidatura de duas mulheres ao cargo de prefeita: as Sras. Cozete Barbosa (PT) e Lídia Moura (PSB), na disputa com outros três candidatos, os Srs. José Araújo (PMN), Rômulo Gouveia (PSDB) e Veneziano Vital do Rêgo (PMDB) e em poucas campanhas eleitorais, a cidade viveu uma disputa tão acirrada entre grupos políticos. (LIMA&PEREIRA, 2009).

Uma vez que Cozete (PT), Lídia Moura (PSB) e José Araújo (PMN), ficaram afastados do segundo turno, se sobressaem às figuras de Rômulo Gouveia (PSDB), e do candidato Veneziano Vital (PMDB) que, até então, não aparecia como um candidato de expressão. O que foi visto nas ruas, nos palanques, nos debates televisivos e nos jornais e rádios locais foi uma verdadeira guerra de poderes entre os grupos políticos denominados como “Cunha Lima” e “Maranhão” e uma disputa, principalmente no segundo turno, entre as cores, o laranja – para o candidato Veneziano Vital, apoiado pelo grupo “Maranhão” e o verde – para o candidato Rômulo Gouveia, apoiado pelo grupo “Cunha Lima”. (LIMA&PEREIRA, 2009, p. 4). Veneziano Vital (PMDB) vence o pleito municipal, com pouca diferença de votos, o que configura na concepção das pessoas o fato de que há uma quebra na hegemonia dos “Cunha Lima”.

Realizado o primeiro mandato do candidato Veneziano Vital, temos, no ano de 2008<sup>19</sup> novas eleições municipais no Brasil<sup>20</sup> e o município de Campina Grande teve quatro candidatos a prefeito, dentre estes, dois deles representando os respectivos grupos: Veneziano Vital do Rego (PMDB), o grupo “Maranhão”, candidato à reeleição, e Rômulo Gouveia (PSDB), o grupo “Cunha Lima”; além de 210 candidatos a vereadores divididos em coligações e divisões partidárias. Os outros dois candidatos à prefeitura municipal, Érico Feitosa (PMS) e Sizenando Leal (PSOL), sempre negaram, em seus discursos, qualquer envolvimento com tais grupos, afirmando, inclusive, não serem “laranja” de nenhum grupo. (LIMA&PEREIRA, 2009, p. 4).

As eleições, no ano de 2008, foram ao segundo turno com a disputa entre o candidato Veneziano Vital (PMDB) e Rômulo Gouveia (PSDB), disputa que foi marcada por campanhas singulares, onde a conquista do voto e, por conseguinte, da vitória na eleição, tornou-se o centro. A “caça aos votos” se deu de maneira muito peculiar, algo que abordaremos mais adiante. O resultado da eleição propiciou que Veneziano Vital (PMDB), continuasse à frente da Prefeitura Municipal, que terá término no ano de 2012 e onde começa um novo ciclo de disputas municipais.

A disputa por cargos mesmo a nível estadual é referenciada através destes dois grupos. A rivalidade entre eles é perceptível, também se aplica dizer que a rivalidade entre eles é transferida e vivenciada pelas pessoas na cidade, fazendo com que a cidade ganhe um movimento de adesão a determinados candidatos em detrimento de outros. Estas disputas estão cada vez mais delineadas e, mesmo de maneira incerta, os eleitores anteveem as próximas eleições.

Como afirma Kuschnir (2000, p. 59): “embora exista a percepção de um tempo marcado pelo evento eleitoral, a política é experimentada segundo um contínuo que passa despercebido pela população”. As articulações se dão, mesmo de forma aparentemente sutis.

---

<sup>19</sup> O número de eleitores aptos a votar em 2008 ano foi de 265.848 10,027, 10,027% da população, dos quais 232.954 foram computados, 225.565 foram válidos, 1.953 foram votos em branco e 5.436 foram votos nulos. Ver: <http://www.tse.gov.br>.

<sup>20</sup> “O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibilizou o calendário eleitoral de 2008, quando foram escolhidos os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de todos os municípios brasileiros. Ver <http://www.tse.gov.br>

Já a disputa política no ano de 2010 é vivenciada de maneira diferenciada. A disputa é realizada nacionalmente, com a eleição presidencial e indicações de cargos ao Senado e também a nível local com o pleito ao governo do Estado e cargos de deputados estaduais e federais.

Conjuntamente, pleiteiam o cargo de Presidente de República nove candidatos: Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV), Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), José Maria Eymael (PSDC), Zé Maria (PSTU), Levy Fidelix (PRTB), Rui Costa Pimenteira (PCO) e Ivan Martins Pinheiro (PCB). Ganha expressiva disputa os candidatos Dilma, José Serra e Marina Silva. Esta última avança de maneira emblemática por ocasião do primeiro turno.

As eleições à presidência são levadas ao segundo turno com os candidatos Dilma Rousseff e José Serra (PSDB) e se torna referencial no País por ter a sua primeira mulher eleita Presidenta do Brasil.

Na Paraíba, destacamos a disputa ao cargo de governador. São seis os candidatos: Francisco de Oliveira (PCB), José Maranhão (PMDB), Lourdes Sarmiento (PCO), Marcelino Rodrigues (PSTU), Nelson Junior (PSOL) e Ricardo Coutinho (PSB). A eleição tem um primeiro turno acirrado, os candidatos Ricardo Coutinho (PSB), recente prefeito de João Pessoa e José Maranhão (PMDB), atual governador, terminam o primeiro turno quase empatados. Entretanto, na disputa realizada no segundo turno Ricardo Coutinho (PSB) sai vitorioso. Esta vitória é emblemática, pois, Ricardo Coutinho (PSB) extrapola as expectativas sugeridas em toda a campanha.

A campanha que sinaliza a disputa a cargos políticos é marcada pelo familismo.

Também é emblemático o pleito ao Senado, representados nos candidatos: Cássio Rodrigues da Cunha Lima (PSDB), Edgard Afonso Malagodi (PSOL), Efraim de Araújo Moraes (DEM), José Wilson Santiago (PMDB), Marcos Antonio de Oliveira Dias (PSOL), Vital do Rego Filho (PMDB), Vital Farias (PCB). É curioso o resultado da eleição para o Senado, pois, tem em Cássio Cunha Lima (PSDB) a eleição de um candidato que disputa sob o signo da ficha suja. Este cenário pode-nos suscitar questões ao longo de nossa pesquisa, pois, sinalizam algumas variáveis motivacionais do voto.

Não é o nosso foco enquanto exercício de estudo analisar os personagens políticos, mas entendemos que é interessante o exercício de apresentar o leitor a respeito desses grupos e as figuras aliadas a eles, visto que apareceram em alguns diálogos com os eleitores.

Pensamos ser o cotidiano, e o que é vivenciado no cotidiano, elementos basilares da cultura de cada uma das pessoas com as quais conversamos. Destarte, entendemos que a conduta, os padrões, o cotidiano das pessoas, o que denominamos de 'cultura' é elemento caro na nossa análise acerca do voto, ressaltando a sua importância, conseguimos penetrar num campo cheio de possibilidades aos indivíduos sem restringi-lo as instituições e à política na sua forma tradicional. Nos termos de Barth (2000, p.111)

A realidade de todas as pessoas é composta de construções culturais sustentadas de modo eficaz tanto pelo mútuo consentimento quanto por causas materiais inevitáveis. Esse consentimento, ao que tudo indica está incrustado em representações coletivas: a linguagem, as categorias, os símbolos, os rituais e as instituições. O que os antropólogos chamam de *cultura* de fato torna-se fundamental para entender a humanidade e os mundos habitados pelos seres humanos.

Partimos, ainda, do pressuposto de que “a cultura é algo que se constitui num processo contínuo de interação social em que os símbolos e seus significados são reinterpretados, disputados, negociados continuamente” ZALUAR (1986, p.119) e que “discurso e prática não são realidades que se opõem uma operando por distorção com respeito à outra; são antes pistas diferentes e complementares para a compreensão do significado.” MAGNANI (1986, P.140).

Pensando esse conjunto de significados, atitudes, práticas, sentimentos que nos permitimos falar de um comportamento político, sem desconsiderar as instituições e todo um processo histórico que compõe um modo de ser democrático. Destacamos a dimensão subjetiva relacionada ao nosso sistema político, objetivando assinalar como se instituiu o voto na nossa sociedade, bem como a democracia.

*“O voto para mim significa a concretização da nossa democracia, porque sem o voto jamais vai ter democracia. Então, nós somos felizes, gratos pelas pessoas que lutaram para a gente ter este direito, então eu considero assim: o voto como o ato concreto da democracia”. (Téc. Enfermagem, 41 anos, Cinza).*

## **CAPÍTULO SEGUNDO:**

### **2.A DEMOCRACIA NO CAMPO DA CULTURA**

Tratar sobre o modelo democrático suscita um amplo debate, que não podemos renunciar. Ao se pensar as teorias democráticas é necessário ter compreensão das diversas formas de caracterizar os regimes democráticos, de apontar regras e definições, se ele é mais ou menos democrático, se é na realidade democrático, quais são os elementos fundamentais que determinam um regime democrático, as suas tipologias, que problemas enfrenta, entre outras variáveis.

Ora elencando novos modelos de democracia, ora discordando dos já existentes, os autores que tratam a respeito desta temática estão na busca de ter um referencial, um modelo democrático que seja do povo, para o povo e pelo povo. E compreendem que não há apenas uma teoria democrática observa Robert A. Dahl que “uma das dificuldades que temos que enfrentar é que não há uma teoria democrática, ou democracia – mas várias”. (DAHL, 1989, p. 9).

Podemos falar de modelos de democracia, como o fez Lijphart<sup>21</sup> (2003): pode-se falar no modelo majoritário e no consensual, um predomina a maioria do povo, no entanto, esse poder fica concentrado na mão de uma pequena minoria, é denominado por ele um modelo exclusivo, competitivo e combativo, no outro prevalece a vontade de maior número de pessoas, num tipo de acordo, é um modelo de negociação abrangente, negociante e concessivo.

---

<sup>21</sup> Em “Modelos de Democracia” (2003), p. 17- 65.

Pensando o caso brasileiro, visto a dificuldade de se conciliar interesses individuais e coletivos, esse modelo consensual dispersaria e limitaria o poder dos atores democráticos – principalmente dos governantes – e implicaria um modelo de negociação onde prevalecesse o interesse da maioria, gerando um governo mais democrático. Nesse sentido a perspectiva de Lijphart, é cabível ao nosso sistema de governo.

Também situamos a perspectiva de Adam Przeworski e Guillermo O'Donnell<sup>22</sup>, devemos pensar o regime democrático como gerador de incertezas, quanto ao processo político como um todo (desde o momento de eleger um representante até o governo efetivo quando realmente o representante governa), e por vezes delegativo, já que na maioria das vezes por ter um leque de interesses conflitantes para lidar com os problemas, os cidadãos delegam decisões aos seus representantes, o que faz com que o representante arrecade para si responsabilidades que os cidadãos delegam.

Pode-se situar o Brasil também, considerando-se os processos de democratização no país, enquanto um país que sinaliza uma democracia participativa. Souza (2002) assinala que junto à ampliação da democracia ou restauração se desperta um processo de redefinição do significado cultural de determinadas práticas políticas e incorporação de novos temas políticos.

Estes temas políticos são embebidos no cotidiano. Recordamos que um dos assuntos políticos que se tornou corrente na disputa à presidência foi o posicionamento dos futuros candidatos quanto à questão do aborto. Bem como, na disputa Estadual, correu em diversas mídias sociais fotos, músicas, gravuras que enalteciam ou desmereciam os candidatos ao governo, seja por suas filiações religiosas, e/ou por seus discursos e posicionamentos.

Entre os mais variados modelos, entendemos que os modos de pensar a democracia podem ganhar conotações diferenciadas por diversas razões, o que entendemos como núcleo de ferro do modelo democrático é o preceito de ser um governo do povo, pelo povo e para o povo<sup>23</sup>, trata-se de um governo que garanta soberania, liberdades civis e direitos políticos, que seja realizado

---

<sup>22</sup>Respectivamente em “Ama a Incerteza e Serás democrático” (1984) e “Democracia Delegativa?” (1991).

<sup>23</sup> Aponta José Ramos de V. Neto em “Democracia no Terceiro Milênio”, (2002) p. 38.

mediante eleições livres e que deve, antes de tudo, resistir bravamente ao autoritarismo e corresponder à vontade de uma maioria.

Nestes entreatos de momentos democráticos, o Brasil se configura enquanto um sistema político e eleitoral diferenciado, e ganha características marcantes que atravessa e é atravessado pelas relações sociais aqui instituídas e pela identidade que se compôs nacionalmente. Neste sentido, compreendemos a importância de entendermos como se realizou o processo democrático e especificamente a maneira que se institui o voto no Brasil, particularmente no Estado da Paraíba e na cidade de Campina Grande.

Se traçarmos a história do voto no Brasil podemos perceber que este foi um processo lento e marcado por uma dimensão negativa. Do período colonial à democracia atual têm-se diversas modificações quanto ao sistema eleitoral aqui instaurado, contribui na nossa abordagem a descrição feita por Nicolau (2002)<sup>24</sup>.

A história do voto no Brasil é datada em 23 de janeiro de 1532, com os moradores da primeira vila de colônia portuguesa, São Vicente, realizado através de votação indireta, elegendo seis representantes que escolheriam os oficiais do Conselho. Em 1821, deixa-se de votar apenas em âmbito municipal, tínhamos como eleitores homens livres e analfabetos. Não existia título de eleitor, o que propiciou a questão das fraudes, muitas pessoas transferiam seus votos (voto por procuração).

As eleições no Império realizavam-se no âmbito local e para o Senado. Localmente as eleições eram diretas, votava-se em juízes de paz e Vereadores, já para o Senado se realizavam eleições indiretas, votantes escolhem eleitores que escolhem os ocupantes dos cargos. Esse sistema eleitoral perdura até 1880 (até a instituição da Lei Saraiva onde se aboliu o voto indireto). Os partícipes das eleições eram homens com pelo menos 25 anos, exigia-se uma renda anual (que correspondia aos direitos de ser votante ou eleitor) e somente entre 1842 e 1881 os analfabetos puderam ser eleitores e votantes. Neste período, o alistamento eleitoral não comportava um órgão nacional que se responsabilizasse pelo cadastramento do eleitor, e só

---

<sup>24</sup> Ver também as considerações de Roberto Gondo Macedo e Carlos Manhanelli em: A História do Voto no Brasil: O profissional de *Marketing* Político nos Bastidores do Processo Eleitoral (2007, págs. 01-08).

acontecia no dia das eleições sem que o eleitor tivesse nenhuma identificação, vê-se que já se possibilita as fraudes, para além deste fato, o voto podia ser realizado por procuração. (NICOLAU, 2002).

Destaca-se em 1875 a implantação do sigilo do voto no país, bem como o título de eleitor como uma medida de impedir as fraudes, o que não surtiu efeito graças ao fato de não haver foto no título. O que se depreende desta análise é a mudança que se dá do começo do Império ao término, com uma redução significativa das fraudes, é o início de longo processo de aprimoramento do sistema eleitoral brasileiro.

Após a Proclamação da República em 1889, nem todos podiam votar: menores de 21 anos, mulheres, analfabetos. Embora se possam apreender algumas novas características: extingue-se a exigência da renda, o voto e o alistamento não é obrigatório e se tem mudanças na maneira de se alistar, que se torna mais exigente. Dois elementos nos despertam a atenção na Primeira República, especialmente no ano de 1904: o voto cumulativo, isto é, votar no mesmo candidato várias vezes e o mecanismo de voto secreto e voto descoberto:

O eleitor apresentava duas cédulas que deviam ser assinadas perante a mesa eleitoral. Depois de datadas e rubricadas pelos mesários, uma cédula ficava na urna e a outra ficava em poder do eleitor. Com isso, as lideranças já tinham um controle estrito do voto dos eleitores, pois podia-se exigir destes a cédula como prova do voto dado". (NICOLAU, 2002, p. 33).

Neste período Nicolau destaca um processo eleitoral marcado pelas fraudes, o que no seu entender se contrapõe à detalhada legislação que se instaura neste período. Ele observa que o processo eleitoral é "viciado pelas fraudes em larga escala" (2002, p. 34). Fraudes estas que ocorriam em todas as fases do processo eleitoral, destacando dois principais instrumentos: bico de pena e degola, um consiste na alteração de datas feitas pela mesa eleitoral e o outro trata da ausência de reconhecimento dos diplomas dos parlamentares.

A República se caracterizará como um período de perdas e a concepção sobre o voto é negativa: como "desinformado, dependente e como meio de adquirir benefícios para a elite política". (NICOLAU, 2002, p. 36). Destacam-se as baixas taxas de comparecimento.

É por volta de 1891-1892 que é eleito um presidente de forma direta: Prudente de Moraes, época que coincide com a chamada política do Café com Leite, onde fraudes e votos de “cabresto” eram comuns. Na década de 30, do século XX, aconteceram muitas mudanças no que diz respeito ao voto, logo no início da década o voto passou a ser secreto em meio aos problemas vivenciados com a quebra da bolsa de valores, a crise de 29, a quebra do café, o país teve na figura de Getúlio Vargas o protagonista do Golpe que tira Washington Luís do governo. (GONDO & MANHANELLI, 2007).

A presença feminina é notadamente mais acentuada e a mulher ganha o direito ao voto em 1932 com o Código Eleitoral instituído neste mesmo ano, embora, não pôde exercê-lo de fato.

O alistamento também assume características diferentes com o Código é feito por iniciativa do cidadão ou automaticamente. Também se destacam mudanças quanto ao sigilo do voto que é aperfeiçoado em duas medidas: pela obrigatoriedade de um envelope oficial e pela requisição de um lugar indevassável na hora do voto. (NICOLAU, 2002, p. 38-39). Também é importante neste período a criação da Justiça Eleitoral.

Em 1937, após o golpe militar, Vargas institui o Estado Novo, período marcado por um centralismo político. Após a 2ª Guerra foi grande a pressão pela volta à democracia, o que leva Vargas a convocar eleições através de organizações partidárias, e em 1945 o general Dutra é eleito, por cédulas produzidas pelo próprio partido, o que muda em 1955 quando a Justiça Eleitoral produz as cédulas e se começa a exigir fotos, como maneira de barrar as fraudes, para além deste exercício institui-se o voto por seção.

Em 1964, com o golpe militar, impede-se o voto direto para Presidente da República e foi um tempo marcado pela censura à imprensa, as artes e a livre manifestação dos cidadãos. Na década de 70 foi sendo minada, não de forma contundente, a influência dos militares na política, bem como a extinção do bipartidarismo, já se podia votar em Prefeitos e Senadores, exceto em capitais.

Em meados da década de 80 acontece no Brasil o movimento que ficou conhecido por “Diretas Já”, ou seja, pela realização de eleições diretas para Presidente, um processo de redemocratização; o que não se deu de fato, pois o Congresso Nacional não aprova o Projeto de Lei do Deputado Federal Dante

de Oliveira. Portanto, o Presidente da República, Tancredo de Almeida Neves é eleito, de forma indireta, por um colégio eleitoral no Congresso Nacional. Em 1985, uma emenda constitucional restabelece eleições diretas para as prefeituras de cidades consideradas como área de segurança nacional pelo Regime Militar; podiam votar maiores de 16 anos e pela primeira vez na história da República, analfabetos. A primeira eleição direta para Presidente da República só acontece no ano de 1989, com a inscrição de 23 candidatos, saindo vitorioso o candidato Fernando Collor de Mello (PRN), sofrendo dois anos depois de assumir a Presidência, o processo de *Impeachment*, mesmo tendo renunciado ao seu mandato.

A década de 90 traz grandes novidades quanto ao voto: as urnas eletrônicas, sendo utilizadas em 1996 nas eleições municipais e em 2000 em todo país. (GONDO & MANHANELLI, 2007).

Interessa-nos, portanto, pensar como o processo político eleitoral no Brasil foi passando por posturas ilegais, seja por parte de candidatos, ou por parte de eleitores, isto se torna evidente através das práticas de violência e corrupção, compondo o nosso cenário político. Este processo configura condutas como procedimentos aceitos no âmbito das práticas políticas. Práticas estas que parecem ter sido naturalizadas e, quando investigadas, têm suas explicações negativas: ausências, perdas, apatia.

No Brasil os estudos a respeito da política se restringiram durante muito tempo ao campo da Ciência Política onde a primazia é dada ao entendimento dos aparatos institucionais e o aparelho do Estado, deixando de lado o diálogo com outras tradições, a exemplo das tradições antropológicas e sociológicas, vê-se que, nesses moldes, as abordagens tradicionais das eleições

Boa parte dos estudiosos da Ciência Política rejeitam as análises nesta perspectiva por considerarem tais abordagens insuficientes, privilegiando as chamadas teorias de escolha racional. O ponto de partida da teoria da escolha racional é assertiva de que o comportamento coletivo pode ser compreendido em termos de atores (empresas, sindicatos, partidos políticos e até mesmo o Estado) que procuram atingir seus objetivos, que têm interesses a realizar, o fazendo racionalmente, num cálculo racional entre meios e fins, de acordo com a utilidade esperada. (RUA&BERNARDES, 1998).

Os eleitores participariam do processo eleitoral a partir do cálculo de possíveis benefícios, em termos de políticas públicas, que seriam obtidos com a vitória deste ou daquele candidato. A partir deste cálculo racional, os eleitores tomariam a iniciativa de votar no candidato que, segundo sua expectativa, traria maior benefício ou simplesmente abster-se de votar. Outra abordagem que se tem em questão é a teoria sociológica do voto, a participação política é determinada pelo grau de identidade entre grupos sociais e partidos políticos. As bases dessa teoria foram sintetizadas por Lipset & Rokkan em um artigo intitulado: Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores<sup>25</sup>.

tendem a conferir um caráter mais ou menos negativo tanto à dinâmica eleitoral quanto ao comportamento do eleitor. A explicação para as questões levantadas são em geral encontradas na *falta* de algum elemento, tido a priori como essencial: a racionalidade, informação, tradição e organização partidárias, eficiência governamental etc. as explicações para os comportamentos dos eleitores, os eleitores oscilam entre uma pretensa *irracionalidade* do eleitor, o fato de ele não dispor das informações necessárias para decidir de forma *correta*, e a suposta desorganização do sistema partidário-eleitoral do país. (GOLDMAN & SANTOS, 1996, p.07).

A abordagem analítica pretendida neste texto não se baseia na ausência de uma suposta “racionalidade política” mas sim, pretendemos fazer uma análise da política a partir de uma abordagem na qual o ato de votar pode e deve ser pensado no contexto das interações e negociações construídas antes, durante e depois da campanha eleitoral. Configurando no Brasil uma cultura política<sup>26</sup> peculiar.

Para refletir sobre a nossa questão de estudo é necessário apontar que temos como referencial os estudos de Antropologia da Política no Brasil que, ressurgem e se diferenciam com mais ênfase na década de 1990, quando é

---

<sup>25</sup>Consultar: <http://pt.shvoong.com/law-and-politics/1753721-como-seu-voto-influencia-resultado>

<sup>26</sup> Referenciamos-nos à cultura política neste texto como um ‘modo de ser’. No entanto, destacamos a importância que o termo Cultura Política ganhou desde a década de 60 com Almond e Verba, que propunham numa combinação de perspectivas sociológicas, antropológicas e psicológicas lançarem uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político, especialmente os democráticos. Ver: CARNEIRO, Leandro. & KUSCHNIR, K. As dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. In: Revista Estudos Históricos. V.13, Nº 24, 1999. Acesso em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100/1239>.

restabelecida a democracia no país. Emerge com vigor a etnografia e as visões positivas do lugar da política na nossa sociedade, o estudo sobre a política se amplia, esta não é mais explicada ou referenciada pelas suas ausências.

Compreender a política com este olhar possibilita-nos situar cada eleitor e dimensioná-lo sem reduzi-los a modelos prontos.

Num recorte que objetiva diferenciar os estudos antropológicos dos demais Karina Kuschnir (2007), assim como Goldman e Sant'Anna, sinalizam estudos sobre a política como um lócus de pesquisa privilegiado<sup>27</sup>, sugerindo uma ampliação do campo de análise através da experiência etnográfica.

Os textos e pesquisas produzidas pelos referidos autores tiveram sua institucionalização no Núcleo de Antropologia da Política (NuAP)<sup>28</sup>, e retomam a discussão acerca da política entendendo que esta não deve ser pensada como algo dado, mas tomam como pressuposto que um estudo antropológico de nossa vida política parte necessariamente do privilégio etnográfico.

Assim, nos apoiamos no destaque que faz os autores acima citados, para a dimensão da subjetividade quando está em curso o entendimento do comportamento eleitoral;

É certo que existem, de um lado, regras políticas e, de outro comportamentos políticos. A democracia, como qualquer sistema político ou social, é composta por essas duas dimensões, e se os comportamentos não correspondem às normas podemos sempre acionar o sistema repressivo ou construir belos modelos destinados a explicar porque isso não acontece. Modelos que, no caso brasileiro, tendem a apelar para o caráter recente de sua democracia, para a falta de educação política do povo, para a incoseqüência das elites, para lacunas da legislação eleitoral, para o descabro da mídia etc. Explicações que não são falsas, mas que deixam de lado uma terceira dimensão tão constitutiva da política quanto

---

<sup>27</sup> No tópico “Histórico de um campo de estudos” do livro **Antropologia da Política (2007)** Karina Kuschnir faz a diferenciação entre Antropologia política e Antropologia da Política, através de um recorte que analisa brevemente desde a Antropologia Clássica das ditas ‘sociedades primitivas’ até chegarmos a uma conjuntura mundial complexa onde convergem movimentos sociais de diversos tipos. Nesse mesmo sentido Marcio Goldman e Moacir Palmeira na apresentação do livro **Antropologia, Voto e Representação Política (1996)** apresentam um recorte dos estudos acerca da política realizados aqui no Brasil, enfatizando como se observou durante certo tempo as análises acerca da representação política e do comportamento eleitoral, e propondo uma abordagem positiva das representações e da política como um todo.

<sup>28</sup> Tem sede no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, contudo, conta com o envolvimento de outros grupos em outras universidades, tais como a UFC.

da ética: a dimensão da subjetividade. (GOLDMAN, 2006, p. 206-207).

Os trabalhos antropológicos acerca da política, nesse movimento, não dão preferência ao momento da eleição como privilegiado, o foco de análise, como dito anteriormente, se amplia. Família, redes sociais, identidade étnica, entre outras temáticas, são enfoques que permitem as variadas análises quando constituem redes de sociabilidades no campo de significação da política.

Outra característica desses textos é a negação das abordagens puramente negativas, que tem como remate as ausências ou carência do eleitorado, ou seja, “as representações dos eleitores são mais que o produto deformado do atraso político ou da falta de informação”. (GOLDMAN & SANTOS, 1996, p. 8).

A política, desse modo, é pensada para além de suas instituições, seus partidos e fragilidades, ela pode e deve ser refletida juntamente com a observação das ações, relações e interações dos indivíduos que atuam na sua construção. Em outras palavras, a política deve ser pensada a partir das práticas cotidianas das pessoas, de seus hábitos e crenças, e suas redes de relações. Trata-se de

não mais indagar sobre regras e comportamentos, seus ajustes e desajustes, mas sobre *práticas*; de não mais levantar questões relativas a estrutura, funções ou mesmo processos, e sim aquelas sobre *funcionamentos*; de não mais buscar a elaboração de teorias, em geral abstratas, acerca dos sistemas ou processos políticos, mas em tentar construir uma *teoria etnográfica da democracia*, no sentido malinowisciano do termo. (GOLDMAN, 2006, p. 207).

Entender a política dessa maneira difere das abordagens da Ciência Política, ou seja, não analisamos a política a partir da institucionalização do poder nas instituições sociais, mas objetivamos apreendê-la por meio do que as pessoas dizem e fazem com ela, como a entendem, qualificam e a significam (MAGALHÃES, 1998), o que não impede que haja um diálogo entre estas abordagens. E mais, permite-nos voltar um olhar para parte constituinte

desse processo, que é o eleitor, e que ficou, de certa maneira, a margem nas abordagens anteriores.

Neste sentido, também nos referenciamos numa abordagem sociológica que nos situa à compreensão dos estudos e análises já realizados acerca da política, bem como sobre a cultura política do nosso país. Uma cultura política que tem sido marcada por transformações e por um comportamento eleitoral que entrelaça dois condicionantes basilares na composição do voto: as motivações e as relações de sociabilidade.

Para compor o entendimento deste contínuo entre as motivações e as relações de sociabilidade nos debruçamos na Tese de Márcio Caniello (2001) acerca do *ethos* brasileiro. Em sua proposta heurística atenta-nos para o movimento dialético entre agência e estrutura amplamente discutida nas Ciências Sociais. Trazer o estudo sobre o comportamento eleitoral sob estes condicionantes nos orienta a sinalizar e priorizar no nosso exercício dois movimentos: (1) as motivações enquanto agência e as relações de sociabilidade (2) enquanto a estrutura que ambientam estas escolhas.

Tomando emprestada a revisão proposta por Caniello (2001, p. 14), não nos interessa dicotomizar agência e estrutura, mas, compreender uma transição entre estas duas instâncias, trata-se de percebê-las num contínuo. Entendemos que a escolha de cada cidadão em votar é pessoal e intransferível, entretanto, cada escolha implica em um conjunto de ações e motivações ambientadas numa estrutura peculiar que orientam os eleitores a tomarem esta ou aquela decisão.

Neste contínuo, importa-nos descobrir os vetores determinantes na escolha de quem votar. Caniello (2001, p. 14) sugere-nos em sua perspectiva teórica que as ações são mediadas por componentes subjetivos, destacando três: *padrões racionais, códigos de conduta e princípios de pertença*.

o indivíduo age a partir de uma dialética, nem sempre conscientemente operada, entre parâmetros racionais, códigos de conduta e princípios de pertença, e consideramos esses três fatores da ação como vetores de um contínuo entre o “eu” e o “nós”, cuja *força* de determinação variará de acordo com o contexto no qual a ação esteja ambientada. (CANIELLO, 2001, p. 15).

Seguindo esta orientação, podemos situar os componentes subjetivos numa relação dialética entre (a): cálculos, desejos, crenças, oportunidades e possibilidades; (b) padrões éticos e/ou desiderato moral de uma sociedade e (c) pertença a uma comunidade. (CANIELLO, 2001). Para além de pensar os componentes subjetivos que podem orientar as ações dos indivíduos, também faz-se necessário ambientá-la, situá-la em contextos.

Tratamos, pois, o voto também enquanto *representação*. Ele é fruto também de uma ação coletiva, de uma relação complexa e dinâmica que emergem das redes sociais (pessoais e institucionais), de pessoas que interagem e se influenciam. São estas relações de sociabilidade que constituem no nosso entender a relação dialética entre a agência e a estrutura.

Baseadas no conceito elaborado por Denise Jodelet, consideramos as Representações Sociais

como uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma interação prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001, p. 22).

São nas falas, condutas, símbolos e concepções que os eleitores têm sobre si e sobre os outros que objetivamos articular também a nossa discussão. Pois, tomamos o voto e a política a partir de “sua inserção e significado *sociais*” (KUSCHNIR, 1996, p. 196).

Reconhece-se assim que as *representações sociais* são categorias de entendimento. Indivíduos e sociedade interagem e constroem suas representações, estas por sua vez, atuam como maneira de descobertas; da descoberta de como uma sociedade se representa a partir de uma imagem que ela projeta de si e como ordenam a sua vida em sociedade.

A construção das *representações sociais* é um processo social que desvela como os indivíduos representam uma realidade, ou seja, as práticas, símbolos e rituais que estes indivíduos encontram para dar forma e sentido à sua vida em sociedade, e também a maneira pela qual representam uma identidade. (JOVCHELOVITCH, 2000).

É fato que na vida em sociedade existem hierarquias, condutas e certos critérios que regem a vida em sociedade, mas eles não são os mesmos para todos, o que torna a organização social complexa. Assim também são as *representações sociais*, elas não são estáticas, os indivíduos não estão em grupos engessados. Existe um conjunto de 'condutas' que orientam o comportamento dos grupos na sociedade, há fronteiras que delineiam quem são os daqui e quem são os de lá. Contudo, há um fluxo contínuo entre os diversos grupos na sociedade, que permite que esta ou aquela característica transponha outra realidade, pois membros de determinados grupos têm contato com membros de outros grupos em momentos diversos.

Assim se marca também a distinção na cidade, no que tange a política, na escolha do voto. Os indivíduos estão permeando diversos grupos, esses modos de ver a vida estão em movimento, e isso permite a criação e a reestruturação de arranjos sociais que estão dados. A cultura é algo que as pessoas herdam, usam, transformam, adicionam, transmitem (HANNERZ, 1997); o que permite a reorganização do espaço social e a (re) invenção ao pertencimento ao lugar.

Procuramos evidenciar que as representações são passíveis de mudanças, o que não quer dizer que ela deixe de assumir representatividade para os grupos, ela ainda orienta e organiza a sociedade, contudo atravessa cada grupo de maneira diferente, o que é válido para alguns nem sempre é válido para os demais.

Não obstante, isso nos direciona a afirmar que os motivos que levam a determinados eleitores escolherem alguns candidatos são totalmente díspares dos motivos de outros eleitores, contudo, isso não nos leva a afirmar que este ou aquele vota melhor, pelo contrário, cada um escolhe dentro do que privilegia como importante para si e para seu grupo.

Nesse movimento é que tomamos o conceito de Representações Sociais como norteador na nossa pesquisa, porque para nós a política, e a sociedade em geral, deve ser pensadas também como "fruto da ação coletiva, isto é, de uma rede de pessoas que interagem e se influenciam reciprocamente por meio de relações complexas e dinâmicas". (KUSCHNIR, 2007, p. 9).

A noção de *redes sociais* nos orienta a pensar como se dá essa ordenação da sociedade, especialmente uma sociedade como a Brasileira,

marcada por relações personalistas. O conceito de rede adquire variações pelos estudiosos como observou Bezerra (1995, p. 37), mas, ao seu modo, definimos a importância de tratar das redes pessoais: não implica em se relacionar em termos de papéis específicos, mas identificando-se com alguém que acumula outros papéis, além do que está sendo acionado no momento.

O conceito de *rede* é utilizado para destacar a importância que tem a ligação das pessoas em caráter pessoal, no alcance de determinados fins e de como estas ligações são mobilizadas e constitutivas das práticas políticas, especialmente em tempo de eleição.

Vinculado à concepção de prática democrática, o conceito de rede possibilita que possamos compreender como as alianças realizadas no âmbito político, seja por parte do candidato, seja pelo eleitor constituem uma das dinâmicas na composição de cooptação de votos e escolha de candidatos.

Desse modo, as relações de amizades, familiares e patrimoniais são, entre outras, relações pessoais acionadas pelas pessoas nas suas escolhas políticas. Tal afirmativa não nega a importância das escolhas individuais, do acionamento de cálculos que faz o eleitor na escolha do seu voto, de suas ideologias e relações de pertencimento e de ordem moral.

Enfatizamos que a ligação tênue entre as motivações e relações de sociabilidade podem constituir as condições que nos ajuda a pensar as concepções (representações) dos eleitores sobre as práticas políticas e sobre como se comporta o eleitor.

Sobre a não separação destes espaços, a contribuição Holanda (1995) também nos ajuda a pensar o ambiente complexo que se evidencia(ou) no país com o processo de urbanização e o processo capitalista, destacam-se as mudanças nas relações trabalhistas e especialmente nas relações sociais.

Instaura-se uma crise que evidencia as dificuldades de abolir um sistema baseado em laços afetivos por um sistema baseado em princípios racionais. No Brasil, lugar onde imperou o tipo de família patriarcal, o desenvolvimento urbano e industrial acarretou em desequilíbrios que permaneceriam vivos durante muito tempo.

Um destes desequilíbrios é a dificuldade de separar os espaços público e privado. Quanto a esta profusão entre os dois espaços, as considerações de Caniello (2001) acerca da duplicidade ética que pauta o *estilo* (grifos do autor)

brasileiro permite-nos pensar como se harmoniza no país relações tão contraditórias.

Caniello (2001, p. 353) ressalta que hierarquia e cordialidade intercambiam na gênese histórica da formação de um dos traços estruturais do *estilo* brasileiro, bem como se identifica no país um padrão ético que se conflita e harmoniza com o individualismo proposto no modelo capitalista.

No Brasil tem-se uma forte resistência em estabelecer uma ordenação impessoal, pois, as relações que fundam a vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório da composição social, marca-se esta duplicidade e dificuldade de se instituir um sistema político baseado em orientações puramente racionais:

No Brasil, são raros os momentos em que se tem um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos. Ao longo da história o que se viu é o predomínio das vontades particulares ambientadas em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. (HOLANDA, p. 106, 1995).

Logo, a experiência democrática no Brasil torna-se um modelo híbrido – razão e emoção compõe os ingredientes que permeiam as escolhas e relações na sociedade.

A noção de cordialidade e intimidade passa a ser traço distintivo do caráter brasileiro, o *jeitinho* brasileiro. (HOLANDA, 1995). O *jeitinho*<sup>29</sup> aparece como uma maneira de driblar os trâmites, funciona como uma ruptura com as formas racionalizadas.

Faz sentido falar de um sistema político permeado por práticas patrimonialistas que tem como distintivo a cultura de apropriação do público pelo privado e que persiste até os dias atuais com as renovações das práticas.

Para autores como Faoro (1997) o Brasil herda uma imagem capitalista e liberal, mas não supera o patrimonialismo, a sociedade não é independente,

---

<sup>29</sup> Roberto DaMatta (1997) situa a expressão “Você sabe com quem está falando?” contrária a do *jeitinho*, evidenciando uma oscilação entre a cordialidade e a hierarquização social presente na sociedade brasileira. Para tanto, faz a distinção entre indivíduo e pessoa; entretanto acentua a relação dialética entre elas, evidenciando a importância teórica das duas categorias para o entendimento da sociedade brasileira.

pois é a política que dita a sua conduta. Não há uma sociedade civil estruturada e atuante, é o poder público que dita os rumos da mesma.

O Estado, para o citado autor, é o pai da prosperidade, a base do capitalismo brasileiro, sufocando a sociedade civil em decorrência do patrimonialismo, que para este nada mais seria que um desdobramento da colonização ibérica no Brasil, e vive e atua no País camuflado pela imagem capitalista, e tem papel centralizador. Na verdade, os estamentos cresceram e se tornaram visíveis, mas sem quebrar a ordem patrimonial, há então, subordinada ao estamento uma situação de classe e não uma classe em si, que é incapaz de se expandir.

Por fim, a explicação para as deficiências tanto do Estado como da própria formação nacional podem ser encontradas, segundo Faoro, na nossa própria formação histórica e no passado colonial brasileiro. A análise dessas raízes históricas ressalta um ponto extremamente importante: a indissociabilidade dos bens públicos e dos bens privados no Brasil. Além disso, a organização social no País foi marcada pela forte presença do Estado na vida dos indivíduos, na qual o estamento é peça chave e de extrema importância, pois é nele que está fundada a estratificação social, disseminando relações de poder, calcadas na ideia de “imposição de uma vontade sobre a conduta alheia” (FAORO, 1997, Vol. 1, p.46).

Por último, o poder político tem sido exercido no Brasil em causa própria, para atender os interesses daqueles que estão no poder, e não em benefício de determinada classe, em uma lógica essencialmente material, centrada em valores e que traz em si uma ética da convicção.

Essa maneira de conceber a política brasileira sob a lógica do presente, do *jeitinho* e de acionamento das relações pessoais foi ganhando novas formulações do período colonial aos dias atuais, bem como as práticas de corrupção. Mas, esta não é uma especialidade do caso brasileiro. Entretanto, é notório a negatividade com que se avalia a corrupção no Brasil, atrelando-se esta visão negativa a um *ethos*.

Fazendo uma análise das relações clientelistas e da corrupção no Brasil contemporâneo Martins (1994) destaca momentos históricos do País e a presença contumaz de práticas ditas corruptas. A definição da corrupção indica a força e a fragilidade de um Estado que se sustenta numa contradição: as

relações dos interesses pessoais e concepções tradicionais e modernas. Observa que desde o período colonial não se tem a clareza da distinção entre os espaços público e privado:

A tradição de um sistema político baseado na confusa relação do patrimônio público e do patrimônio privado tem sido a base a partir da qual essa relação foi dando lugar a procedimentos que começam a ser classificados como corruptos. (MARTINS, 1994, p. 40).

A nosso ver esta distinção não pôde ser apreendida até os dias atuais. Definir a corrupção não é um exercício acabado, nem um dado a priori. Tampouco é nosso objetivo. Mas, pode-se encontrar variadas abordagens sobre a temática nos escritos internacionais e na literatura brasileira, desde os literatos aos cientistas sociais.

Não obstante, corroboramos com as considerações de Bezerra (1995) quando discute e atenta sobre o direcionamento nas abordagens sobre a corrupção: a corrupção acabou por muito tempo sendo abordada como um problema de ordem moral, assinalando o caráter desviante e ausência de ética. Segundo Bezerra, priorizar estas abordagens deixa à margem as contribuições institucionais, históricas e culturais que poderiam ampliar o estudo da existência e atualização das práticas entendidas como corruptas.

Não pretendemos direcionar o nosso exercício para estas práticas. Contudo, se se pode adentrar nesta seara, entendemos a importância de destacar a visão dos eleitores acerca do que eles entendem enquanto uma prática corrupta.

O que podemos ressaltar é o direcionamento teórico que nos leva a ampla reformulação de práticas de conquista de votos, a exemplo da compra de votos, que pode ser entendido por alguns como prática corrupta ao tempo que também pode justificar uma escolha racional.

Barreira (2006) tem nos ajudado a pensar as reformulações destas práticas de conquistas. Para isso, ele retoma a discussão histórica e informa que em 1932 é aprovado o primeiro Código Eleitoral, com uma série de inovações no processo político na tentativa de coibir as práticas fraudulentas, a exemplo do voto de cabresto. Contudo, o que ele destaca mais adiante é que a

busca pela adesão do eleitor e do seu voto vai se modernizar, por conseguinte, estas práticas também se modernizam ganhando aspectos mais camuflados.

Segundo BARREIRA (2006) a reprodução dessas práticas fraudulentas e corruptoras, pode ser dividida em dois grandes períodos históricos: I. Práticas predominantes no Séc. XVIII e início do Séc. XIX, caracterizadas pela ameaça física e fraudes nas urnas eleitorais, onde se tem o eleitor como peça decorativa, sem liberdade, num processo onde a democracia é representativa, não havendo a barganha do eleitor. Nesse primeiro momento que as práticas políticas sofrem alterações na eleição entre eleitores e representantes, e que diminui as práticas intimidatórias, contudo reforçam-se nesse momento as trocas de favores; II. Acontece através da obtenção do título do eleitor. Nesse momento reforça-se a participação dos benfeitores de uma forma lícita e ilícita.

O processo eleitoral, especificamente na época da campanha, se constitui como um momento de tirar proveito, de ter acessos, de poder viabilizar aquisições. É o momento no qual os atos e interações entre candidatos e eleitores ganham visibilidade, que as promessas são feitas, na busca de obtenção do voto e que se abre espaço com frequência para práticas de corrupção eleitoral, também se destacam as novas estratégias e táticas utilizadas na política atual.

Destaca-se como no “*tempo da política*” são importantes a visualização das estratégias de eleitores e candidatos. Para além deste fato é o momento em que os políticos aparecem e que a sociedade se permite ver as suas próprias divisões de maneira ritualizada.

A cidade torna-se diversas “arenas” fomentadora da disputa eleitoral, estas arenas configuram-se como espaços, algumas vezes territoriais e muitas vezes simbólicos na busca da conquista do eleitor. Muitos são os elementos e recursos na cooptação dos eleitores, neste exercício é imprescindível falar dos meios de comunicação, a exemplo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, dentre outros.

Para nos ajudar a pensar esta inserção do *media* na política e esta busca pela adesão dos eleitores através da imagem, do fazer sentir, situamos as abordagens de Gomes (2004) e Canclini (1999) onde ele trata o consumo numa lógica mais complexa do que aquela que dicotomiza

Faz-se mister compreender como os eleitores compreendem este momento e como se instituem relações de trocas e símbolos neste momento. Quanto à compreensão do voto enquanto unidade de troca nos ajuda as contribuições de Marcel Mauss (1974), suas considerações, embora marcadamente feitas em sociedades particulares, podem se ampliar, com as devidas ressalvas para os estudos contemporâneos.

Para nos orientar sobre as relações e vínculos estabelecidos são norteadoras as contribuições de Weber (1994), com as suas tipologias ideais e sua sociologia da dominação. Atentamos, pois, para a atuação do eleitor neste processo. Não está ele aprisionado no lugar dos dominados, sempre está negociando e atuando junto ao candidato suas escolhas, como bem se destacou este traço na experiência política em Campina Grande.

E é neste ambiente do permitido, do proibido, do dar, receber, retribuir, do compromisso, da obrigação é que formam e conformam as práticas de eleitores. E é neste sentido que buscamos as motivações que levam os eleitores nesta ou naquela direção, situando-os localmente e referenciando-nos na disputa política do ano de 2010.

O capítulo seguinte oferece ‘um olhar’ sobre a disputa eleitoral no tempo da campanha na cidade. Este tempo, gerador de sentimentos é o momento em que políticos e eleitores constroem e retomam práticas que os reafirmam e identificam socialmente. Os elementos que compõem todo o cenário da disputa serão enfatizado. Não basta só os atores e o cenário, os enredos que compõem esta trama não se esgotam, precisam ser desvendados.

*“É o seguinte, não gosto não, vice, eu não gosto não, é tanto que nunca saí atrás de nenhum, nem eu tando morrendo de precisão, nunca saí atrás de nenhum. Porque quando chega nesse tempo aí, esse tempo aí é onde tem tudo de bom p'ra você, aparece tudo, aparece saúde, aparece feiras e feiras p'ra dar as pessoas carentes, só nesse tempo, um mês, dois, pronto, depois desse um mês dois, acabou-se tudo, tudo voltou ao que era antes, então na minha opinião não gosto não”.*  
(Aposentada, 55 anos, Malvinas).

### **CAPÍTULO TERCEIRO:**

#### **3.DISPUTA LOCAL NO ÂMBITO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: O AMBIENTE DA CIDADE**

##### **3.1.O “*tempo da política*”<sup>30</sup>: as facções divididas, os rituais da campanha e a arte de proferir promessas.**

O chamado “*tempo da política*” é o tempo que se refere ao processo eleitoral, e constitui-se apenas num momento, mas é um momento especial, este representa “o momento em que facções (partidos reais) são identificadas, e em que, por assim dizer, existem plenamente em conflito aberto, as municipalidades dividindo-se de uma maneira pouco habitual nas grandes cidades”. (PALMEIRA & HEREDIA, 2006, p. 283).

Neste recorte temporal, são construídas novas bases da relação entre candidatos e eleitores, é a época que possibilita as mudanças e rearranjos na sociedade. Irllys Barreira (2006) toma os atos de campanha eleitoral enquanto ritual, como articuladores de relações de proximidades entre o que se definem como os atos da política e os eleitores, desse modo os atos de campanha possibilitam a apresentação de concorrentes, bem como redefine os pactos sociais que dão legitimidade aos princípios de representação política.

---

<sup>30</sup> Palmeira e Heredia propõem esta expressão. Ver Miranda, Júlia; Pordeus, Ismael; Laplantine, François. (Org.). **Imaginários Sociais em Movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais**. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 281-298.

O “*tempo da política*” é, nesse movimento, um tempo estratégico, aproximando aqueles que são tidos como inacessíveis e distantes. O ritual político permite que se congreguem as diferenças, e este se constitui como um elemento privilegiado para se compreender as representações sobre a política. Por isso, objetiva o nosso exercício destacar esse tempo como marcante no arranjo político e constituidor de mais um elemento que ambienta a escolha do voto.

Como se vivencia o “*tempo da política*” na cidade de Campina Grande?  
Que atitudes políticas se desenvolvem em meio ao processo político?

É muito engraçado, porque muda completamente, né? O assunto das rodas de conversas, as cores das blusas. Eu acho que é uma questão muito cultural. *Por haver poucas bases políticas, a gente vê que lados existem, há uma rivalidade, como parecida com os times de futebol, a cidade se divide, uma parte vota em fulano e outra em cicrano.* E as pessoas abraçam, interessante demais... Eles abraçam a causa como se fossem deles, como se fossem as pessoas mais honestas do mundo, mais íntegras e realmente fizessem... Se eles trabalhassem do jeito que eles falam era ótimo, só que as pessoas compram essas causas para si. *Tem essas passeatas, estas carreatas que eu acho que chama muito atenção da população, porque eu já vi gente dizendo: “eu não vou votar em fulano porque eu não vi muita carreata, eu acho que ele não vai ganhar não”.* Há uma inocência nisso, em achar que quem está se expondo mais tem um maior público, um maior número de votos e vai ganhar. Eu não sei que estratégias eles usam para manipular as pessoas através disso, mas eu vejo que há... A população fica diferente nesta época. (Grifos Nossos, Estudante, 26 anos, Superior Incomp, Bodocongó).

Percebe-se o faccionalismo presente nesta fala e em algumas outras dos eleitores entrevistado. As facções ficam divididas, sejam nas cores, nos cartazes, nas músicas. Tudo é bem articulado, e as pessoas se envolvem nesse clima diferenciado. É nesse tempo extraordinário que se altera a cotidianidade. A cidade se divide, o conflito é aberto.

Em Campina, na cidade em que a gente mora, a cidade fica *praticamente dividida entre duas cores, cor A e cor B.* É como se fosse um time de futebol, *campeonato paraibano de futebol.* Esquecem ideologia, esquecem necessidade que o bairro está precisando e vão defender sua cor, cada um defende uma cor

como se fosse um campeonato, como se fosse aqueles pastoril, cor vermelha e cor amarela né, e assim vai”. (Grifos nossos, Téc. Enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Novamente a eleição é referenciada como um evento lúdico. No caso de Campina, o campeonato paraibano deixa entrever mais do que atividade voltada ao lazer. Os times ícones “Campinense” e “Treze” assinalam uma rivalidade forte entre os cidadãos, evidente em partidas, como pudemos observar aqui em diversas situações, surgem através de facções.

Outro elemento distintivo acionado na campanha política é a cor da campanha do candidato. Há toda uma simbologia nas cores que atravessa o cotidiano das pessoas durante a época da campanha e essa simbologia também implica uma rivalidade que muitas vezes chega as vias de fato.

A cidade vira um caldeirão, Campina Grande vira um caldeirão na época de política, a política aqui é a flor da pele. É desse jeito. O povo em Campina Grande gosta de política. Eu gosto, de conversar e debater sobre política, não de brigar. (Técnico em eletrônica, 24 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Bodocongó).

Marco Antônio Bonelli (1996) atenta para elementos utilizados durante a campanha e aponta para a simbologia das cores que são utilizadas como recursos pelos candidatos. Para ele as cores usadas nas propagandas eleitorais são eivadas de significados, sendo ‘personificadas’ pelos candidatos que representam.

Em uma das falas, atentamos para a de uma moradora de Campina que se remete à um momento de sua infância em outra cidade, situando a rivalidade e perseguições de pessoas através do elemento cor na campanha:

Porque eu me lembro que quando eu era criança, era dois partidos. E a gente, meu pai morava mais os patrão, nunca teve terra. Aí, eu lembro que era verde e amarelo, a patroa morava lá no alto. Aí essa mulher cantava: “o amarelo não quero, não quero não”. A mulher desse homem subia lá em cima, eu pequeninha, ainda hoje é mesmo que tá vendo aquela cerquinha. Aí lá na minha casa botou uns papelzinhos do verde, parece que era verde ou era azul [...]. Aí botaram uns papel desse Dr. Balduino, as meninas já era moça, trouxeram os papelzinho e botaram lá na porta; aí a mulher gritava: “tira”.

Eu me lembro. “Tira este papel daí, vou botar vocês para fora.”.  
(Costureira, 65 anos, Ens. Médio Completo, Pedregal).

As cores marcam de maneira simbólica de que lado se está. Vivenciamos, por exemplo, situações constrangedoras e engraçadas ao sairmos certa vez de casa em dia de carreato com cor que sinalizava determinado candidato. Ao chegarmos nos lugares, sempre nos perguntávamos se estávamos no evento. Esta simbologia implícita nas cores podem criar situações que compliquem cidadãos, dependendo de onde trabalhem, isso pode repercutir em casos de demissões e intrigas.

A campanha invade o cotidiano das pessoas, mais ainda, ela se constitui dos elementos vivenciados no cotidiano:

É gostoso, todo mundo vê briga, conflito, cria a questão das inimizades, vira caso de polícia. Agora fica principalmente em torno de dois grupos, não é, um grupo de um lado, um grupo de outro. Se é democracia, as pessoas ficam entre dois candidatos, *tem que ter mais*. A população não pode ficar em dois grupos de interesse, aí as coisas não... A cidade não desenvolve. Isso é péssimo, né, pra população. Até aquela questão de paternalismo. Eu acho que a gente tem que crescer nisso, eu acho que tem que ter o desenvolvimento da cidade. (Grifos nossos, Professora/Funcionária Pública, 37 anos, Ens. Sup. Completo, Pedregal).

Como destacamos anteriormente, a disputa a cargos no governo contou com seis candidatos, mas, em diversas falas, destaca-se a definição de dois grupos preponderantes na política paraibana. O faccionalismo presente no Estado não se apresenta somente nos times de futebol. Especialmente em Campina, o faccionalismo é um fenômeno presente e forte na atividade política, fica evidente em diversos depoimentos, sendo definidor nas motivações dos votos.

O “*tempo da política*” é o momento de incorporar o maior número de pessoas, como adesão a votos e principalmente como o momento de demonstração pública força de determinadas facções, porque há mais do que uma disputa eleitoral propriamente envolvida, “encontra-se em questão tanto o acesso a certos cargos de mandato quanto o peso relativo de diferentes partes

da sociedade, o que é decisivo para a ordenação das relações sociais durante um certo período de tempo”. (HEREDIA&PALMEIRA, 2006, p. 283).

Nessa época, as pessoas estão ligadas nos sinais enviados. Mais do que um momento de incorporar pessoas e adesões a determinadas facções é o momento em que as ações dos políticos são direcionadas a constituir pactos, e/ou compromissos com seu eleitorado. Nesse sentido, há toda uma lógica e intencionalidade por parte de candidatos e eleitores compondo uma nova ordem social, um realinhamento na cidade.

A eleição como um evento marcado por performances é um momento ritualístico: são promovidas festas, aparições que prestigiam os eleitores, oferta de bens. Uma série de encenações próprias: as falas, os discursos, a comoção, são partes integrantes deste ritual;

As festas e encontros de campanha permitem retomar a discussão entre sociabilidade e ritual. Frequentemente dentro do processo ritual, existe um espaço de sociabilidade, onde os participantes encenam, através de regras e coreografias precisas, algum valor ou papel social. Turner (1974) define essa celebração do coletivo como “*communitas*” – um espaço/estado símbolo da igualdade entre os homens, em que se experimenta a suspensão da estrutura social. (KUSCHNIR, 2002, p. 260).

No “*tempo da política*” vários são os rituais realizados, a exemplo dos rituais de comensalidade, presentes na maior parte das campanhas políticas e atuam com o objetivo de certificar a identidade do candidato, como digno de exercer o cargo político. Acontecem em bares, festas e restaurantes, são lugares específicos: cheios de gente e privilegiados para se fazer política. Estes rituais estão

O contato direto com os eleitores é uma maneira dos candidatos tornarem-se pessoas reconhecíveis.

A caminhada com objetivos políticos típicos de uma campanha eleitoral é exemplo contundente de uma enunciação que faz do trajeto um espaço de afirmação e invenção — pano de fundo de uma apresentação de propostas. É um ritual de caráter extraordinário, na medida em que opera como contrafluxo, subvertendo os espaços em sua organização anterior. Os caminhantes, portadores de uma mensagem a ser publicizada,

alteram os sons habituais, andam na contramão, incitam a adesão de outros, afirmando a força do coletivo. (BARREIRA, 2006, p. 02).

Outro aspecto que também é observado pelo eleitor são os comícios, como estratégias do candidato: “Ele conseguindo adeptos, nos comícios, depois, ele tenta adquirir mais pontos, ele já conseguiu plantar a semente”. (Técnico em eletrônica, 24 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Bodocongó).

Para nosso entrevistado a época da campanha ainda

é a fase que pode-se mostrar o que foi feito, o que não foi feito, né, eles vão fazer todo o tipo de marketing possível, como um meio da mídia, televisão, da mídia internet, e todos os meios de comunicação em geral, ataca o político com forma de música, paródia, contato corpo a corpo e comícios, usam shows, showmício, todo o tipo de estratégia p'ra agrupar pessoas para escutar seu pronunciamento é melhor. (Técnico em eletrônica, 24 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Bodocongó).

Pode-se considerar que por não ser um pleito municipal, a disputa política ganha outro enfoque. Aparentemente ela é menos emblemática na cidade de Campina Grande, as caminhadas, passeatas, comícios, carreatas e o contato dos candidatos é mais arrefecido, considerando a necessidade de abranger todo o Estado.

Essa assertiva ficou evidente em algumas entrevistas quando os entrevistados sinalizam para a não disputa aos cargos de Senado e Deputados Estaduais e Federais:

Eu já votei p'ra deputado federal em branco. Municipal eu nunca votei em branco não, nem p'ra prefeito, nem p'ra vereador. Mas Governador, Senador, Deputado Federal, mas, eu acho que já votei p'ra Senador, Deputado Federal e outra vez parece que foi p'ra Deputado Federal também. Porque eu não conhecia, p'ra Senador só tinha dois, mas p'ra mim não valia a pena, nem conhecer esse povo eu conhecia, p'ra Senador eu já deixei, p'ra Federal também, porque o Federal ele é muito distante, eles não vem muito né, nos comícios, aí eu deixei de votar neles. (Professora, 42 anos, Ens. Sup.Completo, Malvinas).

Essa diferenciação entre eleição municipal e estadual se insinua em vários momentos quando realizadas as entrevistas, entretanto, ela se mostra

como sinalizadora. As causas de abstenção devem ser melhor compreendidas e situadas.

A distância dos candidatos é discursiva, pois, percebe-se que o eleitor está muito atento à participação do candidato nos eventos: suas aparições e atuações, são movimentos que ajudam a compor os votos dos eleitores.

A não presença em eventos pode sinalizar polêmicas e desmerecimento dos candidatos, como ocorrido na disputa para o governo. O não comparecimento do candidato à reeleição José Maranhão (PMDB) a um dos debates promovido no primeiro turno gerou críticas tanto por parte dos candidatos, quanto por parte dos eleitores.

Os candidatos,

enquanto atores em situação de competição, realizam a maratona de tarefas agendadas, que os expõem permanentemente. “Ser visto”, constitui o cotidiano de suas vidas nesse momento de construção de imagens e tentativas de pactos públicos de reconhecimento. Representar é também uma maneira de se apresentar, dotando a presença de uma visibilidade sintomática: o candidato como personagem de um drama. (BARREIRA, 2006, p. 2).

No caso do candidato referido, os ritual da campanha tem também a função de positivar a sua identidade, pode servir como uma promoção do candidato.

A campanha é o momento de disputar reconhecimento, mas também é o momento da interpretação dos significados dos contatos que ele estabelece com os eleitores. É a hora de estabelecer o contato, de mostrar o feito, de ser avaliado. Situa-nos um dos entrevistados:

Eu gosto de ver a movimentação, quem é quem, quem presta, olho as qualidades do candidato que vem, fico olhando assim, nas seções, o que é que eles vão dizer, aquele aperto de mão, sabe, forçado, aquela coisa assim, o abraço, aquela tapinha nas costas falsa e você olhar assim, é um bandido, né?. (Autônomo, 43 anos, Ens. Sup. Incompleto, José Pinheiro).

Não basta o político fazer, ele tem que fazer bem, convencer o eleitor, com sua boa performance e desenvoltura, como nos aponta Gabriella Scottó

ao tratar das campanhas de rua (1996, p. 169): “um aperto de mão, um abraço ou um beijo são expressões da vida cotidiana que, no contexto da campanha, passa a ser ressemantizadas politicamente em termos de proximidade, distância, hierarquia, popularidade e disputa”.

A entrega de panfletos, de santinhos é quase diária. Basta surgir uma nova temática, um novo tema que se destaque nos debates que se estende uma enxurrada de papéis nas ruas. Esse é um aspecto também que se destaca nas falas dos depoentes.

Não demonstra que recebe um educação em casa né, por que você sair... é que como é que eu digo, são os santinhos, né, que mais sujam a cidade, os famosos santinhos de candidatos. Tem criança que faz coleção disso, eu acho incrível, e quem tem mais sai trocando, é incrível isso, e são essas coisas assim que saem manchando. Eu tenho que admitir que a cidade fica super colorida é bandeira, é cor para todo lado, mas, o que tem de sujeira, a imundície também é incrível. (Estudante, 19 anos, Ens. Médio Completo, Monte Castelo).

Aquele dano total, porque sai sujando o que é de parede, e o prejuízo aí, prejuízo não! Porque as pessoas gostam. (Doméstica, 41 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Pedregal).

As músicas e jingles também são elementos que constituem a campanha dos candidato, elas reforçam este aspecto lúdico da eleição. Quando perguntamos das músicas a alguns entrevistados, ele atenta para este fato: “É porque é tanta música que você não consegue lembrar e nem acho que ninguém vota por causa de música não, torna assim a campanha divertida, descontraída. (Professora, 42 anos, Ens. Sup.Completo, Malvinas).

No entanto, as músicas acabam sendo elementos de agressão entre um candidato e ou outro: “Dependendo das músicas, que tem umas que é uma baixaria, é na letra da música é maltratando, é apelidando um, apelidando outro, isso é baixaria, é falta de educação, eu acho horrível isso”. (Aposentada, 55 anos, Ens. Médio. Completo, Malvinas).

Na campanha de 2010 foi grande a produção e circulação de carros de som, divulgando as músicas dos candidatos, como informou uma de nossas entrevistadas:

Na hora, no momento a poluição sonora que deixa a gente um pouco chateada, né, as vezes na rua passa tanto carro de som que irrita os ouvidos da gente, né, mas.... (Professora, 42 anos, Ens. Sup.Completo, Malvinas).

Essa disputa entre grupos e candidatos na mídia é levada para as ruas de uma maneira que por vezes chega a agressão. Nas carreatas, nas festividades e em alguns eventos destacam-se a entrega de brindes:

Bom. Bom. P'ra ninguém tá... Isso é uma maneira de comprar o voto da pessoa, não tem isso e ainda se vende. *Agora, a moda agora é as bandeiras, não é?* Como ali na Conceição aconteceu. (Advogada, 54 anos, Ens. Sup.Completo, Palmeira).

Porque aquilo p'ra mim, quando acontece isso, né, é p'ra fazer o quê? É p'ra puxar mais os, o povo p'ra aquele lado, p'ra aquele partido, 'não, vamos votar em fulano de tal porque, tem isso, tem aquilo, tem aquilo outro', tem camisa, eles dão camisa, dá isso, dá aquilo outro, é o que eu falei p'ra você, é por isso que ninguém aqui sabe votar, nem a metade sabe o que tá fazendo, porque aí eles estão, aquele povo todinho tá sendo comprado, nesses negocinhos de carreatas, bandinha, vamos fazer show, p'ra que isso? Né, comprando não o povo não? Claro que é. Aí o povo é besta demais, se ilude com aquilo, porque esse aqui vai ser bom... (Doméstica, 44 anos, Ens. Fund. Incompleto, Antiga Cachoeira).

Boa parte dos nossos informantes defendeu a proibição de certas atividades políticas tais como as carreatas e os shows artísticos durante os comícios, em decorrência de que esses eventos fortalecem a instituição da compra de votos.

Um dos eleitores ressalta a participação do eleitor que vai sendo minada com as proibições:

Porque isso empobrece as eleições, torna a eleição chata, abusada, fere a liberdade de expressão, né, e aí quando você tem a liberdade de fazer tudo você vê uma eleição mais, boa, alegre, e você expande as pessoas. Mas quando você é barrado, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, vai matando aos pouquinhos e aí matando a eleição você também está matando a participação do povo". (Professor de História, 26 anos, Ens. Sup.Comp, José Pinheiro).

Outro destaque nas práticas políticas correntes durante a campanha são as promessas, elas se apresentam como “um ato de fala eficaz, pois cria fatos políticos ao estabelecer um elo ritualizado entre o político e o eleitor no tempo da política”. (CHAVES, 1996, p. 139).

Escolher um candidato que faz promessas e não as cumpre é elemento que se torna substancial nas nossas análises a respeito das motivações do voto, pois, têm-se muitas referências a candidatos que falam, mas não fazem, que prometem, mas não cumprem:

É muita responsabilidade, o que você disser você tem que cumprir. Se você disser que vai fazer isso, você tem que fazer de tudo. Você não está prometendo? Né? Então você tem que ter a responsabilidade de fazer aquilo que está dizendo, e não fazer como eles fazem: prometem, prometem e nada faz! (Artesã, 28 anos, Ens. Fund. Incomp, Malvinas).

Vejamos que a “confiança do eleitor num político passa pela capacidade de prestar favores, de beneficiar a comunidade, de cumprir as promessas feitas ou o que é entendido como promessa.” (PALMEIRA, 2006, p. 144).

Então não é incomum ouvir no transcorrer de algumas entrevistas que a obrigação do político “é de cumprir toda legenda, todas as promessas políticas. Ele colocar no caderno, ele começar a fazer tudo aquilo, colocar em prática tudo aquilo que ele disse que ia fazer”. (Advogada, 54 anos, Ens. Sup. completo, Palmeira).

Também não foi raro ouvirmos de nossos informantes um discurso rancoroso sobre a atuação parlamentar ou executiva do político, ou seja, de que o político é uma coisa quando está em campanha e se metamorfoseia em outra quando assume o seu mandato:

depois que eles entram lá, ficam lá no poder, xau, não ligam mais pra ninguém. Fica aí, os esgotos a céu aberto por fazer e o povo sempre continua, né, lá no lixão, no esgoto. Porque eles sempre voltam, *na época do voto* vem na casa da gente e vai fazer tudo, vai organizar tudo, os salários dos professores e fica na mesma coisa, porque vai pra lá e esquece, né, só vem de quatro em quatro anos”. (Grifos Nossos, Costureira, 65 anos).

Esta fala demarca bem como é pensada a atuação política neste tempo estratégico. Afirma Magalhães (1998, p. 118) que “o mundo dos políticos aparecem nos depoimentos como um mundo de lá, de cima, de qual eles, comuns, não fazem parte”. A época do voto é onde a disputa pela representação política se acentua e em muitos casos, esta ausência e/ou presença também configura um elemento constituinte do voto.

A promessa proferida deve ser cumprida, senão o candidato passa a ser uma figura mentirosa, que não é digno mais de confiança. Nesses termos, convêm atentar para a noção de que a promessa é um compromisso assumido pelo candidato e prometer, em nosso sistema de valores é, automaticamente, cumprir com o prometido. O candidato que não leva em consideração essa regra basilar de nossa identidade cultural corre um sério risco de ser alijado da vida política em campanhas seguintes.

Os eventos, os debates, tudo o que constitui o “*tempo da política*” se configura como festa:

Gosto muito, eu gosto. Eu acho até que a cidade em si ela respira novos ares. Ela respira novos ares, ela fica com uma cor diferente, a gente vê que aquelas pessoas que estavam apagadas criam forças de novo e botam a cara lá p'ra bater, vão se engajar em mais uma campanha desgastante, mas elas tem lá suas expectativas, as suas esperanças e isso é bacana de a gente ver. É bacana. Apesar de ganharem ou não, mas elas estão ali, tão querendo concorrer, né, positivamente ou negativamente, lá vem as questão dos interesses (ow mundo capitalista), mas existem essas pessoas, a cidade ela fica, ela fica diferente, ela toma nova cor, é bacana o ano eleitoral sim, em alguns momentos em outros não. Mas é bacana, muito bacana a parte que mexe com as expectativas boas que a gente tem dentro da gente, é sempre muito bacana isso. (Estudante, 18 anos, Ens. Médio Completo, Palmeira).

Se configura também como um tempo no qual a mudança nos “destinos do país” se torna uma possibilidade:

Por uma parte é bom, por outra é ruim, porque, pela parte boa é que você vê a movimentação de seu país, a expectativa de mudança, transformação, essa coisa toda né, e é ruim por causa daquela zuada toda, né. É carro de som direto, de manha de tarde e de noite, é a poluição sonora, nesse tempo

tende a ser exacerbada, aí eu acho ruim. Mas é muito bom campanha. (Professor de História, 26 anos, Ens. Sup.Completo, José Pinheiro).

O “*tempo da política*” é uma época repleta de sensações sonoras, poluidoras e de exacerbamento de rivalidades e perseguições.

Não, não gosto. Por conta da sujeira, da poluição sonora, por esse monte de informação de nome, de número, uma mistura de nome e de número que a gente não sabe quem é. Uma poluição sonora, é umas confusão, é a entrega p’ra quem trabalha, p’ra quem é funcionária pública, é um entrega entrega, é uma fuxicagem, é horrível. (Professora, 42 anos, Ens. Sup.Completo, Malvinas).

Entendemos esse tempo como um dos determinantes na atuação dos eleitores na sua escolha do voto e no seu comportamento eleitoral, de maneira geral.

No que tange a política, sabemos que essa caça ao voto não está limitada somente à época da campanha eleitoral. Aderir a uma determinada facção, a um determinado candidato implica dizer que o indivíduo quando elege um candidato para votar está fazendo uma adesão que, por vezes, extrapola este tempo.

No caso da política em Campina, faz-se mister afirmar que o “*tempo da política*” não é determinante, a campanha aqui, não define o voto, mas favorece. Há inúmeros outros fatores que podem ser sinalizadores.

### **3.2.Elementos de campanha: o horário gratuito, as músicas, as imagens e as brigas políticas**

A construção do imagético do candidato na luta pela conquista do eleitor é algo basilar. Os meios de comunicação aparecem como importantes, talvez imprescindíveis elementos na elaboração das campanhas dos candidatos. Corroborando com as considerações de Gomes (2004) busca-se configurar a prática do fazer sentir e fazer pensar

a prática política contemporânea comporta um grande número de habilidades, saberes, esforços e agentes destinados à produção da opinião da opinião e disposição públicas a respeito de posições problemáticas, grupos, indivíduos e instituições do campo político. Configurar opiniões e disposições afetivas, fazer com que contingentes expressivos de pessoas as adotem, produzir a manutenção dessa adoção através de reforços constantes, etc, tudo isso configura a prática do fazer pensar e fazer sentir. (GOMES, 2004, p. 358).

Apesar da política se configurar dessa forma na atualidade não quer dizer que tudo nela se pratique em função das circunstâncias culturais da nossa época, pois,

é evidente que os meios de comunicação de massas se entendidos como um sistema de dispositivos técnicos para comunicações de longo alcance, constituem uma novidade autêntica que só se explica em função de circunstâncias históricas típicas de nossa época, como existência de enormes sociedades de massa e a configuração de um determinado estágio de desenvolvimento tecnológico. (GOMES, 2004, p. 359-360).

É necessário contextualizar os meios de comunicação na configuração em que estamos inseridos. É bem verdade que os meios comunicacionais se destacam na atual forma de configurarmos e entendermos a política, eles imprimem uma dinâmica ao movimento político muito propícia ao contexto em que estamos inseridos, só quem nem sempre tudo funcionou desta maneira:

A forma de fazer política mudou porque agora o público, o povo é diferente de trinta anos atrás, que é diferente de a outros trinta anos atrás, cada geração tem uma evolução tem uma maturidade maior e mais cedo. No tempo da avó da gente não existia celular, não existia internet, televisão era p'ra poucos, como a política era feita? Boca a boca e história de vida. No nosso país já tinha televisão, um meio muito forte, rádio, um meio muito forte. Já pegaram a luta contra a ditadura, na época de oitenta. E na nossa é a era da informação, sabe, tem notícia pelo celular, tem notícia pela internet, tem notícia por tudo que você imaginar. A política esta sendo feita de forma diferente, agora a gente está vendo mais o que acontece, por exemplo, num jornal de Brasília traz muito mais informação da política do que qualquer outro no Brasil. A política hoje em dia p'ra mim esta sendo de forma diferente por causa da evolução, da maturidade da sociedade com o tempo. (Educador Físico, 24 anos, Ens. Sup.Completo, Jardim Paulistano).

Um dos recursos difundidos é o horário eleitoral gratuito. Este é muito assistido e comentado, seja em casa, com familiares, seja nas ruas, em praças. Entretanto, apesar de uma grande audiência, observou-se uma certa diferença de opiniões entre os nossos informantes, há os que não gostam dessa atividade política, por atrapalhar a programação normal da televisão, ou outros que a classificam como de suma importância para o eleitor fazer a sua escolha no dia da votação:

Esse horário ele é, sei lá, na hora do jornal, né, inconveniente. Sei lá, podia ser outro horário. Ele poderia ser mais cedo, do que na hora do jornal. (Doméstica, 41 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Pedregal).

Esses horários políticos eu acho muito padronizado, muito ensaiado, muito técnico. Eu não acredito nisso, eu não vejo porque as vezes dá é raiva, que a gente vê um discurso perfeito, na prática é completamente diferente. Mas eu procuro mais os meios de comunicação assim, como a gente não pode diretamente investigar. (Estudante, 26 anos, Superior Incomp, Bodocongó).

Destaca-se no depoimento a descrença no dito, porque a prática política tem se mostrado de maneira bem diferenciada. Entretanto, também se destaca o aspecto importante:

Não, é importante. Todo mundo tem que conhecer as pessoas, quem são, entendeu, as vezes a pessoa não sabe nem qual é o número, quem é a pessoa, qual o nome, tá entendendo, mas sabe que a pessoa tem um trabalho muito bem quisto na sociedade, e as vezes a pessoa quer conhecer, saber o número, p'ra votar naquela pessoa e as vezes o horário político mostra, tá entendendo. (Músico, 45 anos, Ens. Funda. Completo, José Pinheiro).

O horário assume uma expressão de comicidade, como nos situa uma de nossas entrevistadas ao nos afirmar: "Mulher, eu sempre assisto somente p'ra ver as preseçadas, política, é cada um mais engraçado que o outro os vereador mesmo é cada um que a gente diz assim: ô benção." (Artesã, 28 anos, Ens. Fund. Incompleto, Malvinas).

Lima (2011, p.117) atenta para o fato de que a política cada vez mais se dilui em festa, em diversão, cada vez mais se transforma em um “espetáculo de massas”. Assim, nesses termos, cabe muito bem a observação de Jean Baudrillard quando afirma que

O político há muito tempo é considerado só como espetáculo no interior da vida privada. Digerido como divertimento semiesportivo, semilúdico (...) e na forma ao mesmo tempo fascinada e maliciosa das velhas comédias de costumes. O jogo eleitoral se identifica há muito tempo aos jogos televisados na consciência do povo. Este que sempre serviu de álibi e de figurante para a representação política, se vinga entregando-se a representação teatral da cena política e de seus atores. O povo tornou-se público. É o jogo, o filme ou os desenhos animados que servem de modelos de percepção da esfera política. (BAUDRILLARD, 1994, p. 34).

De uma forma ou de outra, não há como desconsiderar a importância de atividades políticas tais como o horário gratuito de propaganda eleitoral, os debates entre os candidatos, as entrevistas, as pesquisas de opinião, a cobertura da campanha eleitoral nos jornais, nas rádios, as passeatas, carreatas, as músicas de campanha, enfim, todas as atividades compõem o enredo e a efervescência de uma atividade altamente emblemática como uma campanha política. O depoimento de um de nossos informantes é elucidativo sobre tais afirmações:

Vamos olhar os argumentos deles, não só no palanque, vamos olhar os argumento deles na televisão também, né, naquele espaço ali voltado apenas naqueles segundos que eles tem p'ra passar p'ra gente alguma informação sobre eles. Então é muito imprescindível esse momento, é importante, eu acho que são minutos valiosíssimos, que muitas pessoas anotam até o número, então é muito importante aquele momento em todos os sentidos. (Estudante, 18 anos, Ens. Médio Completo, Palmeira).

Entretanto, vale salientar que o HGPE não é absolutamente definidor do voto. E o eleitor destaca a disparidade do tempo de cada candidato:

Eu acho que é importante pro candidato, mas p'ra população... Ninguém assiste horário político não, mas pro candidato é

importante. Acho que pro candidato é muito importante, porque é um jeito que ele tem, se ele usasse aquele tempo ali, mostrando o que ele fez, era uma coisa importante. Mas tu acha democrático aquele tempo que é dado p'ra cada um? Com certeza é desleal, até porque tem uns partidos bem pequenininhos, aí fala três minutinhos, aí cala, o outro é vinte nove minutos, trinta minutos. Aí como é que o cara vai apresentar alguma proposta? Não tem condição. O cara só vai dizer: Meu nome é tal, meu número tal. Pronto, acabou. Diz o bordão dele e acabou. Tens uns que nem tempo não dá, aparece outro. Mas o horário é legal, horário nobre, todo mundo tá em casa. (Operador, 23 anos, Ens. Médio Incompleto, Bodocongó).

Estes são os instrumentos da ação política no mundo contemporâneo. A participação dos *media* é tida como parte imprescindível da atual política, e objetiva capturar o público e dar legitimidade a um ritual que chamamos de representação democrática.

Num enquadramento lógico à publicidade, próprio dos *media*, a política e os políticos se apresentam com uma nova roupagem, caracterizado pela pacificação do corpo, das aparências, do exercício de saber se portar e principalmente pelo que Courtine (2003) aponta como a decadência do discurso político. Estes discursos estão esvaziados, são retóricas e perderam o sentido, produzindo a um exacerbamento da vida privada, já que a vida do indivíduo no particular e não a sua vida enquanto político é que é analisada;

Antes de tudo eu tento avaliar a vida pessoal, o patrimônio, o patrimônio financeiro, a questão da vida pessoal. Porque se o político vive uma vida social completamente sem regras: bebe, se envolve com acidentes de trânsito, no mínimo ele prova que ele não é responsável, imagina chegar lá, na frente, no máximo. Porque eu vejo que estes pequenos detalhes fazem sim a diferença lá na frente. (Estudante, 26 anos, Superior Incomp, Bodocongó).

Pensar a política enquanto um espetáculo para muitos é pensar a política de forma negativa. São muitas as abordagens que apontam as transformações na política e que atrelam uma relação de dependência entre mídia e política, sendo que esta última coloca-se enquanto subordinada à primeira ou enquanto negociadora. Dentro dessa perspectiva destacamos as concepções de Kátia Saisi (2006), que destaca na sua abordagem as

discussões de diversos autores sobre o consumo de imagens na política e a criação de simulacros.

Os discursos sociais são apontados como provedores de um simulacro de uma democracia virtual onde “os candidatos não são escolhidos por seus programas de governo, mas pela imagem que se produzem os meios de comunicação de massa” (SAISI, 2006, 156). E consegue melhor intento na política, nessa lógica, àqueles que sabem encenar e desempenhar da melhor forma o seu personagem.

Sobre a atuação dos meios de comunicação na política e o poder de influência na escolha do voto foi referenciado durante as entrevistas:

Olha, numa campanha, por exemplo, pra deputado, o que é que eu vou buscar em determinado candidato? Primeiro que eu acompanho as notícias diárias, então eu procuro, normalmente todo dia eu sou antenado com a atualidade, então no decorrer do ano e no decorrer do dia, o conhecimento que me vem é o suficiente para poder distinguir se aquele candidato é ou não é a pessoa que merece meu voto. Isso pelas informações que eu tenho no dia-a-dia. Isso é jornal, revista, blogs, internet. Isso é os meios que utilizo para formar a minha opinião sobre o candidato. (Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Eles se ampliam. O recurso da internet, o acesso as redes sociais foram distintivos nas eleições de 2010. O eleitor que desejasse buscar uma informação sobre o candidato pôde encontrar em blogs, revistas, jornais:

Jornais, escritos. Internet demais. Todo o dia eu dou uma olhadinha no Jornal da Paraíba e Paraíba 1, sabe, tem um canal de política e economia, são os canais que geralmente eu olho, das cidades, p'ra saber como tá Campina grande, o que aconteceu, política, olho até coisas da minha área, coisas que eu não tô sabendo, tem que ficar atualizado. Internet demais, demais, demais, mais do que televisão, muito. Mais esportivo televisão, notícia mesmo eu fico na internet, tem mais assunto que na televisão. (Educador Físico, 24 anos, Ens. Sup. Completo, Jardim Paulistano).

São ferramentas utilizadas tanto pelos candidatos, quanto pelos eleitores. E, embora ainda seja preponderante o acesso à mídia televisiva, os jornais e rádios, o acesso a internet tem crescido significativamente.

A política enquanto um espetáculo ainda é referenciada de maneira negativa. O que Gomes (2004) chama de “a exibição ou visibilidade, de um lado, e a contraposição entre atuação e passividade, de outro”. (GOMES, 2004, p. 386) ainda é muito discutido quando tratamos da influência dos *media* na política.

Canclini (1999) nos ajuda a refletir sobre como os processos de consumo estão inseridos numa lógica mais complexa do que àquela que propunha uma relação de meio de manipulação de um lado e dóceis audiências de outro.

Para ele, a hegemonia cultural não se realiza de forma vertical, onde há uma preponderância dos dominadores capturando os receptores, entre um e outro se reconhece os mediadores, nas figuras da família, do bairro, do trabalho; é preciso também pensar os vínculos entre aqueles que emitem as mensagens e aqueles que a recebem não somente numa relação exclusiva de dominação, mas pensando as interações de colaboração e transação entre uns e outros.

De acordo com esta assertiva é preciso situar também os meios de comunicação num quadro conceitual mais amplo. Dessa maneira, em nossa análise corroboramos com a concepção de que a mídia não determina em quem o eleitor vai votar, tampouco ele recebe de maneira passiva as informações veiculadas:

Eu uso os meios de comunicação como parâmetro, eu escuto, eu assisto, vejo a opinião desses meios, mas no final dou uma filtrada e vale a minha opinião”. (Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Não, é aquele conjunto, sempre é um mesclado de ideias, tem aquela parte da mídia, tem a parte de influência de fora, de colegas, de ajudas que tem, né, uma ajuda financeira para o cara construir uma parede, uma casa, a promessa de emprego, que hoje em dia a concorrência por um emprego é grande, né, está aquela luta de, busca a qualidade profissional, aperfeiçoamento e o número de vagas muito pequeno, muito competitivo, aí junta tudo. (Técnico em eletrônica, 24 anos, Ens. Méd. Comp/Técn, Bodocongó).

Pode-se afirmar que o eleitor está atento a estes movimentos, ele sabe e destaca a importância e influência dos meios de comunicação, entretanto, sem apoiar essa ideia de determinação dos meios de comunicação de massa. Desse modo é possível pensar esse 'público' enquanto cidadão, não apenas enquanto consumidor de uma política de imagens sem reflexão. Sabemos que o apelo ao poder é direcionado ao público, só o povo pode dar a legitimação ao candidato. Caracterizado pela

compreensão de que o poder é uma propriedade ou quota individual de todos os membros de uma sociedade, que este poder se outorga ou deputação que os membros são convocados a fazer em favor de uma ou mais dentre as pretensões concorrentes, e que tal quota de poder deve ser de tempos e tempos acionada para confirmar ou retirar a deputação dada. (GOMES, 1996, p. 31).

A sociedade democrática nessa dinâmica nos permite pensar o exercício de governar por um lado, e por outro nos incita a pensar os esforços que os grupos de interesses têm para tentar conseguir chegar ou se manter no poder.

É a luta pela adesão. Aqui, nos parece mais flexível pensar a política de forma contextualizada. É bem verdade que os meios comunicacionais se destacam na atual forma de configurarmos e entendermos a política, eles imprimem uma dinâmica ao movimento político muito propícia ao contexto em que estamos inseridos. No entanto, deve ser relativizada a influência que os meios de comunicação exercem sobre os eleitores, ela não é preponderante, embora reconhecemos a sua atuação e eficácia na maneira em que se propõe a fazer a política contemporânea.

### **3.3.Fazendo a política: os daqui e os de lá.**

Ser visto, convencer. A nossa pesquisa desvela algo muito peculiar à instância política cidadina: ela é encorpada de uma 'aparente' externalidade, é o lugar do outro. E esta é uma representação que também se amplia ao âmbito estadual e nacional.

Depois que *eles* entram lá, ficam lá no poder, xau, não ligam mais pra ninguém. Fica aí, os esgotos a céu aberto por fazer e o povo sempre continua, né, lá no lixão, no esgoto. Porque *eles* sempre voltam, na época do voto vem na casa da gente e vai fazer tudo, vai organizar tudo, os salários dos professores e fica na mesma coisa, porque vai pra lá e esquece, né, só vem de quatro em quatro anos. (Costureira, 65 anos, Ens. Med. Comp, Pedregal).

Eles, os candidatos, são os de lá. Aqueles que só aparecem de quatro em quatro anos, que demonstram descaso com a população, que só desejam saber dos seus interesses. Esta é sim a representação repetida que temos da política e dos políticos na nossa realidade cidadina.

O depoimento acima, retrata uma das maneiras de desqualificar a política e os políticos, como aqueles que só aparecem no “*tempo da política*”, bem como reforça a exterioridade com que é pensada a política. (HEREDIA, 1996).

Moacir Palmeira (2006), tem nos ajudado a sinalizar algumas aproximações de percepções presentes nos depoimentos por ele apreendidos nas populações do interior do Brasil a respeito da política. Sem sermos deterministas, pois reconhecemos que cada lugar tem suas especificidades, corroboramos com a concepção defendida por este, quando afirma que

elas pensam a *política*, de modo aparentemente, mas só aparentemente, incoerente, como algo externo e temporário mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é, de trocas pessoais, em especial da troca de favores. (PALMEIRA, 2006, p. 139).

A prática política aparenta ser dotada apenas de externalidade, o que de fato não ocorre. Ela tem que ser de alguma maneira visível e vivenciada por eleitores, não fosse isso, como elegeríamos nossos candidatos? Se parece ser, tão negativa as concepções sobre política, as práticas políticas, as suas representações, como fazem os políticos para alcançar o seu eleitorado? Como ultrapassar essa divisão entre os de lá e os daqui?

Isso se faz através dos acessos que o político vai tentando articular, buscando o maior número de adesões. Para tanto se faz importante o momento da campanha eleitoral, como agenciador de mudanças, “o “*tempo da*

*política*” é que vai permitir mudanças de fronteira capazes de readequar a sociedade à imagem que ela faz dela própria”. (PALMEIRA, 2008, p. 4). É nesse tempo que o candidato utiliza de todos os recursos para conseguir contagiar e seduzir o eleitor.

Na cidade, a mudança que eu vejo é de muito movimento de político, aparece demais que ninguém sabe de onde veio, ele anda na casa do povo aí de noite fazendo reunião, fazendo a cabeça de fulano, porque tem que comprar cicrano, a mudança é essa, mas que a metodologia é uma só: é o voto. (Músico, 45 anos, Ens. Funda. Completo, José Pinheiro).

Esse processo permite ao candidato desfrutar do poder em suas diversas instâncias, não é à toa a preocupação deste em conseguir o maior número de adesões possíveis, seja por parte do eleitorado, seja por parte das alianças.

Destacamos segundo as entrevistas, que não basta ao político ser um indivíduo que queira se aproximar dos eleitores, ele deve se transformar em candidato-pessoa<sup>31</sup>, o que dá novas bases a essas relações hierarquizadas<sup>32</sup>. Como inserir os desiguais ou como tornar o político alguém igual a todas as outras pessoas? São preocupações que tem o político: alcançar o eleitor, mostrando que é uma boa pessoa.

Como ele faz isso? Em época de eleição, o político chama o eleitor pelo nome, para o eleitor, o político que faz isso “é uma pessoa que tem memória muito boa, a memória dele não falha, ele é muito, tem uma memória fora de série, ele lembrando do seu nome, ele se lembra da pessoa e sabe de tudo”. (Advogada, 54 anos, Ens. Sup.Completo, Palmeira).

O político que almeja ganhar, conquistar o voto do eleitor, tem que suar a camisa, sair do anonimato, estar junto ao povo:

---

<sup>31</sup> As categorias analíticas de indivíduo e pessoa são opostas no que tange ao significado das ações sociais. O indivíduo está atrelado a um mundo desencantado, racional, onde há um predomínio das relações com as coisas, guiado por princípios de autonomia, liberdade e igualdade e orientado por valores. A pessoa, por sua vez, se encontra num lugar hierarquizado, conformada à padrões tradicionais e, princípios de autonomia e independência são estranhos ao universo da pessoa. Contudo, na política, esses conceitos ficam embaralhados, pois a figura da pessoa é carregada de valor e possui um significado capital na vida política, conferindo a eficácia política durante as campanhas eleitorais. (CHAVES, p. 1996).

<sup>32</sup> Signo da relação, a pessoa representa, no Brasil, o predomínio da solidariedade vertical, além da dependência, do paternalismo e do clientelismo político. (CHAVES, 1996, p. 128).

Venha junto do povo, né, venha conhecer a realidade do povo. Não é do povo que ele... Do povo deles não, dos ricos não, né. Venha conhecer mesmo a pobreza, vá num bairro pobre, vá no Pedregal, vá no Morro do Urubu, né, vá conhecer a realidade desse povo, vá trabalhar com eles, né, que é muito difícil, quer dizer só quem trabalha lá é o líder de lá. Então eu acho que o líder devia partir da comunidade e, e... o político devia partir de cada comunidade, seria muito interessante se cada bairro elegeesse o seu vereador. (Professora, 42 anos, Ens. Sup. Completo, Malvinas).

Temos nessa fala o que significa o exercício da política para a referida eleitora, bem como ela destaca a importância que o eleitorado destina ao candidato que está junto ao povo, estratégia muito utilizada durante o período eleitoral. O político deve transpor este lugar inatingível.

É importante para o candidato mostrar a dimensão humana, mostrar valores que consigam alcançar as identidades e valores de outros grupos, como podemos destacar:

Olha, eu não vou dizer nem ser honesto, porque honestidade nesse país seria aquele dado para cada um, mas quando se chega lá se muda de opinião. Então, um dos fatores, honestidade é uma. Ser honesto, estar presente na comunidade ou no setor que ele representa. (Téc. Enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incompleto, Cinza).

O modo correto eu não sei não, porque ninguém sabe, só Deus sabe o modo correto, mas eu acho que tendo honestidade no dinheiro público já é muito, sendo honesto com o dinheiro público, fazendo o que tem que ser feito, eu acho que é o essencial. (Professora/Funcionária Pública, 37 anos, Ens. Sup. Completo, Pedregal).

Ter vindo lá de baixo, saber o que é pobreza, ser humilde, São essas questões que normalmente favorecem os candidatos. (Estudante, 26 anos, Superior Incomp, Bodocongó).

Os *códigos de conduta* e os *princípios de pertença* ganham destaque nos depoimentos acima. E esta é uma variável que podemos afirmar singular na nossa pesquisa, cada eleitor destaca o que para ele é importante, seja a atuação do político no bairro, a sua conduta em sociedade, o tratamento que

este tem com o que é do público. São elementos que os orientam na escolha de quem votar.

Como estamos falando da política personalizada e que o eleitor entende a quebra do ritual que é proposto na campanha, ele precisa ter uma âncora para que estas promessas sejam validadas. E por isso é tão importante a qualificação positiva da pessoa, ser uma boa pessoa liga o indivíduo a figura de bom político<sup>33</sup>.

Ser bom político – boa pessoa –, é abertura no mundo da política, é acesso para os políticos. O bom político, para além de ser uma boa pessoa, é tido como aquele que ajuda o pobre, a população. Vejamos na fala de uma depoente quando afirma um dos critérios na escolha do voto:

Aí eu fico assim, se eu ver mesmo que prova que aquela pessoa, aquele candidato fez alguma coisa pelo pobre, alguma coisa pela cidade, aí eu digo assim... As vezes eu nem conheço assim o candidato, mas eu digo assim: só porque ele faz isso assim por alguém necessitado, pois, eu vou votar com ele. (Costureira, 65 anos, Ens. Med. Comp, Pedregal).

E a este se deve dar um voto de confiança, nessa política que se faz ambígua. O mal político, por sua vez, é aquele que não cumpre com suas promessas, explica-nos uma eleitora:

Mudou nada mulher, os políticos são os mesmos, só mudou de figura. Continua na mesma ladainha, né? Promete uma coisa e não faz, sempre com a mesma proposta. (Artesã, 28 anos, Ens. Fund. Incompleto, Malvinas).

Então é uma força que a gente dá p'ra vê se as coisas mudam, porque ultimamente a política esta muito a desejar, na hora de as pessoas votar promete mundos e fundos, depois que a política passa vão embora, não dão satisfação a comunidade, quando vê a gente acha que a gente não é nada, e é assim. Ele só enxergam a gente na época. (Doméstica, 41 anos, Ens. Méd. Comp/Técn, Pedregal).

---

<sup>33</sup> O 'bom político' e o bom administrador' são tipos extremos, que correspondem a duas formas de se fazer política tidas como contrárias, embora no plano empírico nunca complementares exclusivas. (CHAVES: 1996, p. 135).

Quanto à personalização na vida política muito já se atentou para o processo de espetacularização e personificação do candidato, a atual maneira de fazer política indica que o ícone na disputa a cargos políticos é o candidato e não o partido, na disputa eleitorais à presidência ainda se evidencia referências ao partido.

Em uma das entrevistas, quando indagado sobre o fato de arrepende-se de algum voto, o depoente sinaliza a questão partidária, bem como evidencia o entrelaçamento desta questão à personalização dos candidatos.

Até em Dilma me arrependi de votar. Por que? Porque a gente vinha de oito anos de *mandato de esquerda* e com um pensamento e com atitudes progressivas e até socialistas de Lula, até muitas vezes ele errou, mas na maioria das vezes ele acertou. Foi no governo dele onde ele conseguiu fazer a maior distribuição de renda de todos os tempos, onde quem não teve comer, ele cumpriu o mandato, ele cumpriu o ditado que diz que tem três refeições por dia, isso ele garantiu. *E Dilma até agora, apesar de menos de um ano, ainda não disse p'ra que veio, só conservou o que tava já encaminhado e não teve nada de novo, principalmente para funcionário público federal.* Ela teve algumas atitudes até, é... Não progressistas no sentido de congelamento de salários, cancelou a maioria dos concursos públicos e *ela também fez uma coisa que vai contra ao pensamento dela e do partido*, ela cancelou todas as rodadas de negociações que estavam existindo no momento. Então para uma candidata que se diz de esquerda e oriunda do socialismo, o principal da democracia é o diálogo. E ela muitas vezes, como recentemente, a categoria do servidor público federal fez uma greve e a única reivindicação era sentar numa mesa para conversar. Diferentemente de vinte anos atrás onde a bandeira fora FMI, era aumento de salários, era reivindicações mais concreta. (Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Alguns elementos nos chama atenção na fala do depoente. Quando afirma que “Dilma ainda não disse para que veio” ele nos faz voltar para o nosso objeto reflexivo neste exercício: as escolhas do voto. É importante aqui pensar a questão da transferência de votos neste cenário.

Quanto a transferência do voto avalia Almeida (2008) que não se deve esperar muito da transferência. Entretanto, pensar elementos como a indicação é algo que pode ser bem efetivo na disputa. Fato presente nas eleições presidenciais, a candidata Dilma Roussef surge no cenário de disputa indicada

pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, sem uma trajetória política no que tange aos pleitos municipais e estaduais.

Isso por si só não garante êxito da eleição do candidato, mas, surge como uma estratégia de sucessão. Como bem sinaliza Almeida (2008, p. 21): “Um governante popular que não pode disputar a reeleição indica e pede votos para um sucessor. Se esse governo for muito bem avaliado, o indicado torna-se franco favorito na eleição”. Não se transfere simpatia e popularidade, mas, o que se objetiva é a proposta de continuidade de um governo que é muito bem avaliado.

O partido referenciado na fala do depoente é o PT, um partido marcado por lutas sociais e que teve em Lula um ícone emblemático e, se podemos dizer carismático, na presidência do país, antecessor à Dilma. Quanto a esta personificação algumas reflexões de Max Weber (2002) nos ajuda a problematizar como pode ser pensada a disputa pela representação política sob o signo das relações de poder e dominação.

Pudemos identificar, segundo a nossa pesquisa a existência de figuras de líderes carismáticos e da respectiva dominação carismática<sup>34</sup>. Em trechos de um depoente, ele sinaliza essa qualidade:

[...] Sempre tem, né, as vezes tem candidato, tem muito candidato que a gente tem que... há de se convir que tem muito candidato que ganha por beleza, aí é onde entra as meninhas, as famosas meninhas que votam porque ‘ah, candidato lindo, ai não sei o quê’, será que esse cara tem a mesma competência do que um cara bem feio, tem muitos fatores. Vai as vezes de carisma, pô, Cássio Cunha Lima todo mundo sabe que o cara é inteligente, ele é carismático, ele já levou bastante eleição por isso; e outra, é tradicional já aquela família em relação a política, é pai, aliás é avô, agora é pai, vai vir filho por aí, é uma coisa bem tradicionalista, então o povo gosta disso “os Cunha Lima” sempre no poder, entendeu. (Estudante, 19 anos, Ens. Médio Completo, Monte Castelo).

---

<sup>34</sup> No sentido empregado por Weber (2002). Este destaca três tipos ideais de dominação que compõem as bases da legitimidade: a dominação legal, a tradicional e a carismática. A dominação legal repousa em ordens instituídas racionalmente, a lei ou os procedimentos legais propiciam ao chefe (ou superior) o exercício do poder. A dominação tradicional firma-se na crença, volta-se ao passado, aos costumes e a tradição. A regra não está garantida externamente. E por fim a dominação carismática, voltada no respeito à qualidade extra cotidiana, ao caráter exemplar de uma pessoa e das ordens que esta possa criar ou revelar.

Quando da menção ao referido candidato, atribui-se a estas qualidades que poucos têm. Não basta ficar no dito, correndo o risco de parecermos valorativos, em diversas atividades políticas, tais como carreatas, discursos e apresentações públicas, pudemos vivenciar a popularidade, simpatia e carisma do referido político e constatar como sua atuação política é rica de significados, como ele sabe ser, como poucos, um grande ator encenando um papel: o de candidato político, que vai “trabalhar em prol de sua cidade e de seu povo”.

Aqui se tem o destaque não somente a figura de um candidato e as possíveis qualidades excepcionais que ele tenha. Também se faz menção a uma oligarquia familiar, a uma facção política, a um grupo político, os Cunha Lima, que como afirmou o depoente, mantêm-se durante muito tempo no cenário político paraibano, forjando uma tradição que se reinventa a cada disputa política.

Weber (2002) destaca a dominação em virtude do carisma, pois, esta expressa o cerne de uma vocação em sua maior expressão. A liderança carismática surgiu em todos os lugares e épocas históricas, as figuras carismáticas são figuras decisivas na luta política pelo poder. Isso ocorre, pois, existem meios atraentes para o interesse pessoal quando se acompanha o líder carismático, sejam as recompensas materiais ou as honorárias sociais.

É nesse movimento, que Weber vem tratar da política como uma vocação, a distinção de ‘viver da política’ e ‘viver para política’ e a atuação do político profissional. Voltando-se à sociedade europeia, especificamente França e Alemanha, ele observou que a política passa a ser conduzida em público por meio da palavra falada ou escrita e que as formas modernas de organização partidária contrastam com a dos *notáveis*<sup>35</sup>, são “filhas da democracia, do direito do voto de massa, da necessidade de cortejar e organizar as massas, e desenvolver a maior unidade e disciplina mais rigorosa”. (WEBER, 2002, p. 72).

Os partidos compõem-se de um número relativo pequeno de pessoas que estão interessadas no controle da política, isto é, na conquista, distribuição e manutenção do poder. Essas pessoas, a ‘máquina’, objetivam manter o

---

<sup>35</sup> Partidos que tinham como composição os seguidores da aristocracia, os séquitos. Estes partidos foram formados de acordo com os interesses de classe, as tradições familiares e as razões ideológicas em proporções iguais. (WEBER, 2002, p. 70).

controle sobre os membros, ao passo que também legitima a figura do chefe, significativa no sistema democrático plebiscitário.

O que Weber traz de emblemático a esta abordagem reitera seu tratado sociológico: observa que o partido sucumbe à burocratização, mas também se rende à personalidade do líder, pois,

Esperam naturalmente uma compensação pessoal pela vitória de seu chefe – isto é, de cargos e outras vantagens. [...]. Esperam que o efeito demagógico da *personalidade* do chefe durante a luta eleitoral do partido, aumente os votos e mandatos e, com isso, o poder, e com isso, na medida do possível, amplie as oportunidades que seus seguidores têm de encontrar as compensações esperadas. (WEBER, 2002, p. 72).

O que se destaca é a satisfação em trabalhar com a pessoa, de ser leal a esta e não a ordens estatuídas e a um programa de partido.

A atuação carismática é tida como uma ação decisiva nas estratégias políticas e na busca do voto, já que o partido sucumbe à influência de seu chefe. Na política local não é diferente:

Como no Brasil a gente não tem a tradição de votar no partido, então, a gente aprende a votar no candidato, sempre personalizando o voto. (Professor de História, 26 anos, Ens. Sup.Completo, José Pinheiro).

O candidato. O partido p'ra mim nao faz diferença, assim, como eu te disse o passado político e pessoal dessa pessoa, p'ra mim o partido não faz diferença não. É na pessoa. (Operador, 23 anos, Ens. Medio Incomp, Bodocongó).

Saint – Pierre (2004) atenta para a análise que Weber faz do efeito da liderança carismática sobre a estrutura burocrática, situando a dominação carismática oposta à racionalidade burocrática. É importante destacar que na análise weberiana já se atenta para a possibilidade de novos rumos no sistema com a atuação do líder carismático:

A introdução no sistema de uma normatividade de orientação não racional, emanada do líder carismático, abre um espaço na racionalização, possibilitando a revolução da mesma, no

sentido de que, reduzindo o nível de racionalidade do sistema o processo de racionalização poderia um tomar novo rumo. (SAINT – PIERRE, 2004, p.129).

Weber não opõe esses dois processos, mas sinaliza na ação de um líder carismático a possibilidade de mudança, que foge ao teor racional, burocrático e institucionalizado. O eleitor, também podemos afirmar, também entender e evidencia as ideologias partidárias, mas, a pessoa sempre é elemento mediador e distintivo nas escolhas:

Olha, hoje, 2011, eu penso diferente do que eu pensava há vinte anos atrás. Antes eu escolhia o candidato pela ideologia que ele tinha e pensava, o partido. Era muito ligado ao partido e a ideologia. Mas, com a chegada do partido de esquerda ao poder, eles não souberam administrar a linha de esquerda e as ideologias que eles defendiam. Hoje tá muito confuso em saber quem é esquerda e quem é direita , então, hoje eu escolho o candidato pela história do candidato, não mais pela ideologia partidária. (Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Neste sentido, o chefe político é indispensável à organização do partido, mesmo que as relações entre ética e política sob a égide desses chefes políticos seja algo frágil. O que se pode fazer é uma escolha:

Entre a democracia com liderança, com uma “máquina”, e a democracia sem líder, ou seja, o domínio dos políticos profissionais sem vocação, sem as qualidades carismáticas íntimas que fazem o líder, e isso significa aquilo que os insurgentes de um partido habitualmente chamam de “domínio de grupo”. (WEBER, 2002, p. 79).

Como dito, os riscos que se corre na busca do poder sem finalidades (sem ética), pode ser grande quando se avalia os interesses e o senso de responsabilidade do chefe político. Weber defende que a ética não se sustenta sem a dignidade, de tal maneira que o líder político e o seu sucesso não pode prescindir de sua “máquina”, o que o orienta não são os seus próprios motivos, mas uma ética de responsabilidade, como explicado abaixo:

Tomar uma posição, ser apaixonado – *ira et studium* é o elemento político e, acima de tudo, o elemento do *líder* político. Sua conduta está sujeita a um princípio de responsabilidade

muito diferente e, na verdade, exatamente contrário ao princípio do servidor público. A honra deste está em sua capacidade de executar conscienciosamente a ordem das autoridades superiores, exatamente como se a ordem concordasse com sua convicção pessoal. [...]. A honra do líder político, do estadista importante, porém, está precisamente numa responsabilidade *pessoal* exclusiva pelo o que ele faz, uma responsabilidade que ele não pode e não deve rejeitar ou transferir. (WEBER, 2002, p. 67).

Se não é algo seguro a atuação desses chefes (líderes) políticos, onde repousa a crença nestas figuras? O homem que pode ter a “vocação para a política” compreende um conjunto de qualidades que levam os seus seguidores a depositarem a sua crença em qualidades que julgam excepcionais.

A questão da pessoa ter princípios básicos, eu votaria nela, porque assim, aos poucos ela vai demonstrando que ela tem competência. Princípios básicos assim, os valores e virtudes que a gente conhece mesmo: bom caráter, dignidade né, competência e boa vontade. (Advogada, 54 anos, Ens. Sup.Completo, Palmeira).

O político atua enquanto busca conseguir captar a inclinação do eleitor, enquanto isso, os eleitores fazem uma entrega pessoal, baseada na esperança. Obedece-se e a pessoa do líder por suas qualidades, entretanto, também é possível identificar inclinação por posição estatuída ou por dignidade tradicional.

É na figura do político que o foco é direcionado, na sua pessoa, na sua índole, nos seus atributos pessoais, no imagético que ele constrói e, principalmente na atuação deste enquanto alguém que pode fazer acontecer, que tem eficácia. Há toda uma carga dramática em jogo, por parte do candidato para que se consiga apreender o eleitor.

Weber também já sinaliza para a validade do carisma, da possibilidade de desaparecer a autoridade carismática, pois, esta qualidade extra cotidiana traz consigo o signo da efemeridade. O carisma só é legítimo enquanto vale e é reconhecido. Assim, Weber (1994) aponta para o processo de *rotinização do carisma*<sup>36</sup>, sugerindo algumas possibilidades, para quando desaparecer a

---

<sup>36</sup> Tópico 5. A rotinização do Carisma. In: **Os tipos de dominação**. In: Economia e Sociedade, v.1. Brasília: Editora Unb, 1994, pags. 139-198.

pessoa portadora do carisma e surgir à questão da sucessão: uma das maneiras é atrelar elementos da ordem carismática nos espaços que são, por excelência, da ordem legal ou tradicional, ou aliando outros recursos que os ajude a manter no poder.

A posição que ocupa, o *marketing*, as alianças formadas também podem sinalizar à adesão dos eleitores a determinados candidatos. Os meios que auxiliam estes políticos vocacionados é a dramatização, meios puramente emocionais são usados a fim de alcançar o eleitorado e como podemos perceber atualmente técnicas que sustentam esta dramaturgia: a mídia, a propaganda, os eventos cotidianos, carreatas, passeatas, festas, promesas, entre outros.

O eleitor, por sua vez, não faz a adesão à determinado candidato ingenuamente, entende essa relação e condiciona a sua atuação, o ato de votar, em determinado candidato, ao comportamento do político. Quando tratamos das motivações do voto, esta evidência nas qualidades são enfatizadas e constituem os elementos que norteiam as escolhas dos eleitores, vejamos alguns depoimentos:

Primeiro lugar ter bom caráter, ter caráter. Ser humilde, entendeu, ser uma pessoa de Deus, ser cristã, ser uma pessoa sensível aos pedidos das pessoas. (Advogada, 54 anos, Ens. Sup.Completo, Palmeira).

Mostrar sua verdadeira identidade, sem mentir, ser sincero. Entendeu? Mostrar a sua cara verdadeira, sua cara limpa. Dizer quem realmente ele é. (Doméstica, 41 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Pedregal).

Não raro, encontramos nas falas durante a realização da pesquisa (e mesmo em outros momentos) qualidades eleitas como imprescindíveis aos candidatos, tais como: humildade, caráter, estar junto aos pobres, não fazer falsas promessas, entre outras. Características exemplares que se pode encontrar em apenas alguns indivíduos, especialmente nos carismáticos, destacadas principalmente neste momento de fervor.

---

Esta é uma construção ideal típica. Neste sentido, o *carisma* e a atuação de um líder carismático se encontra onde repousa sua honra, está numa responsabilidade pessoal, exclusiva pelo o que ele faz, uma responsabilidade que ele não pode rejeitar (WEBER, 1982). De maneira que, se um candidato não executa bem a sua encenação e drama político, não convence seus eleitores de sua eficácia.

Ao trazer a reflexão para o âmbito do *carisma*, não desmerecemos outras análises. Ser político no Brasil traz muito desfrute e muito prestígio e mesmo quando não se tem *carisma*, as vezes se representa e se a representação for convincente, pode ajudar na conquista do eleitor e manter o político no poder.

O que nos direciona como elemento importante na análise é como se constroem relações singulares entre eleitor e candidato no momento da campanha, como se desvelam relações de dominação, como chega o candidato junto ao eleitor e como este se comporta neste cenário.

### **3.4.As escolhas e motivações no âmbito das relações de dominação.**

As relações de dominação necessitam ser pensadas para além de uma polarização entre dominantes e dominados, pois as bases que inclinam os agentes a 'obedecer' são bem mais complexas do que aparentemente se supõe.

No que se refere a nossa temática, inclinar o voto do eleitor somente à obediência com base no temor, na coerção, na fidelidade o sujeita como agente acéfalo, sem poder e passivo nesta relação, nos parece um caminho correto, porém insuficiente para dar conta da complexidade que envolve a adesão do eleitor.

Em decorrência de tal percepção, propomos nos afastar de tal concepção por considerarmos o potencial de ação e de transformação do eleitor, em tomar a "rédeas" de sua escolha/adesão não somente a sua dimensão individual, mas, que repousa no agenciamento coletivo e simbólico. De tal modo que defendemos que o eleitor é um sujeito social ativo e portanto, pode perfeitamente realizar ações de resistência.

Saint – Pierre (2004) trata em determinados capítulos da teoria da dominação em Max Weber, destacando que no que trata da legitimação da dominação, a análise de Weber se distingue claramente na polarização entre dominador e dominado. Segundo o referido autor, Weber situa os dominados como voluntários do reconhecimento dos dominador, e este é seu único ato social:

Isso nos induz a pensar que no ato de legitimação o dominado também entrega a sua própria vontade ao dominador, ficando esvaziado dela, e, em seu lugar, são colocadas as máximas de ação cujo conteúdo pelas ordens de autoridade, as quais não poderão ser discutidas pelos dominados, e sim simplesmente obedecidas. (SAINT -PIERRE, 2004, p.115).

Chegando assim a conclusão de que o dominado não atua, pois, quem imprime o sentido da ação é o dominador. Dessa maneira, quem exerce a agência é o dominador e “os dominados apenas serão meios e condições da história, jamais agentes”. (SAINT -PIERRE, 2004, p.116). A forma burocrática vai se tornando soberana, neste sentido, e a racionalidade ganha o auge.

Na seguinte fala, encontramos elementos de uma relação marcada pela dominação:

Que ele não vai descobrir? Ah descobre, minha filha, os políticos eles trabalham da seguinte forma: eles pegam os títulos eleitoral das pessoas, é porque eu sei né. Eles, fazem uma tal de uma boca de urna, dá dez reais, os coronéis de Campina Grande, dá dez reais a você e você dá seu título a zona e a seção, então eles sabem que naquela zona e naquela seção, vai ter um voto seu. Se não aparecer seu voto lá, ele vai dizer, fulano não votou em mim, eles controlam tudo isso. Isso é uma máfia que tem, não só em Campina Grande, todos os coronéis tem. [...]Ele não identifica seu rosto, seu voto em si. Mas ele sabe quantas pessoas não votou nele. Por isso que eu não gosto de dar meu voto a ninguém, nem gosto de trocar por dez reais. (Advogada, 54 anos, Ens. Sup. Completo, Palmeira)

O ‘coronelismo’ aparece aqui, como mencionamos outrora, sob nova configuração. O voto de cabresto é transfigurado a outro plano, não é mais o domínio direto do candidato sobre o eleitor. Mas, o recolhimento do título eleitoral aparece como medida de possível coercitividade na hora do voto, uma medida de dominação, de quem ainda exerce ‘poder’. Entretanto, este poder não é absoluto.

Segundo a leitura de Saint-Pierre, podemos situar a complexidade da teoria da dominação em Weber ao passo que podemos refletir qual é válvula que este autor nos permite para pensar a resistência dos 'dominados'. Mais adiante, o próprio Saint – Pierre atenta para a análise que Weber faz do efeito da liderança carismática sobre a estrutura burocrática, situando a dominação carismática oposta à racionalidade burocrática. É importante destacar que nesta análise Weber atenta para a possibilidade de novos rumos no sistema com a atuação do líder carismático:

A introdução no sistema de uma normatividade de orientação não racional, emanada do líder carismático, abre um espaço na racionalização, possibilitando a revolução da mesma, no sentido de que, reduzindo o nível de racionalidade do sistema o processo de racionalização poderia um tomar novo rumo. (SAINT – PIERRE, 2004, p.129).

Weber não opõe esses dois processos, mas sinaliza na ação de um líder carismático a possibilidade de mudança, que foge ao teor racional, burocrático e institucionalizado e que nos ajuda a refletir sobre um conjunto de motivações que se reforçam nas escolhas do eleitor.

Isto pode ocorrer na época das eleições. Se o *“tempo da política”* é o momento do candidato aparecer, também é o momento em que o eleitor sabe de sua importância e negocia junto ao candidato e também ao partido.

Especificamente quanto ao eleitor, que é privilegiado na nossa análise, desejamos enfatizar a existência de barganhas e negociações entre eleitor e candidato, algo que se propõe a escapar da relação entre dominantes e dominados, existe sempre uma articulação entre esses dois agentes que objetiva o equilíbrio.

Porque vamos dizer que eu recebi uma bandeira com uma nota de cem reais dentro, mas eu já tenho o meu pensamento feito, se eu sou consciente da minha situação, eu como sou uma pessoa que já é macaco velho, já sabe como é que corre a política, o camarada recebe, porque se não viesse p'ra você aquele cem reais iria p'ra outro de qualquer maneira, então você receba, você receba os cem reais, receba a bandeira e no dia da votação você vota no candidato que você acha que é coerente p'ra o bom andamento da cidade. (Viúva, 65 anos, 2º Grau Completo, Pedregal).

No momento eleitoral é claro o jogo entre candidatos e eleitores. No âmbito democrático marcado pelo personalismo, vê-se a importância da confiabilidade entre os dois agentes. Eleições tidas como 'ganhas', podem surpreender por diversos fatores, e, a perda da confiabilidade, as compras e trocas de votos podem aparecer como fatores determinantes.

Bourdieu (2010) ajuda-nos a pensar sobre o campo político e as relações de poder intrínseca à ele. Não é uma abordagem sobre o que é a política, como faz Weber, mas, é uma análise que nos permite voltar à questão da política sob o prisma das lutas políticas e, por conseguinte, das relações de poder.

Para Bourdieu, não se deve naturalizar a maneira pela qual se realiza a luta política. É preciso que se compreenda que os mecanismos que separam agentes 'ativos' de 'passivos' são fundamentados em determinantes econômicos e sociais do trabalho político. Portanto, uma questão que se coloca como norteadora a partir da sua leitura é: que poder é este que faz com que as pessoas deleguem responsabilidades políticas? Nem tudo se reduz ao econômico.

É a partir do conceito de *campo* que procuramos situar a análise de Bourdieu quanto à representação política e as relações de poder. O *campo*, como define:

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes se distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses. (BOURDIEU, 2010, p. 135).

O *campo*, pois, é um lugar de conflito de posições. A posição social é o modo como o indivíduo se insere na sociedade, sua trajetória, isto é, a composição daquilo que lhe foi dado e aquilo que ele construiu. O *campo*, neste sentido, constitui-se enquanto espaço transponível (podem passar de um

lugar a outro), onde os indivíduos desenvolvem suas práticas sociais dentro da estrutura. Estar imerso no *campo* sugere que os agentes predisponham de um acúmulo de capital simbólico (econômico, cultural, social, político), ou seja, a quantidade de valor que o indivíduo consegue acumular para conseguir posições nos campos sociais.

Para que melhor se compreenda este conflito, Bourdieu institui como método a análise estrutural, refletindo acerca das estruturas que fazem parte do mundo social e que podem direcionar as ações dos indivíduos. Ele trata sobre os *sistemas simbólicos*. Estes são instrumentos de conhecimento e comunicação e atuam enquanto instrumentos de imposição, dominação ou legitimação quando estruturados e estruturantes. Bourdieu destaca que a estrutura é dada à influência dos sujeitos, eles estão compondo a estrutura. Dessa forma a estrutura tanto é algo que já está posto, anterior a nós (estruturada) como é algo que está sempre em construção (estruturantes), já que a partir do que vivemos construímos e reproduzimos nossas ações. (BOURDIEU, 2010).

É a partir deste entendimento dos *sistemas simbólicos* que se pode tratar do 'poder simbólico' para Bourdieu, ou seja, "poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem". (BOURDIEU, 2010, p. 7-8). Este poder está na própria estrutura, de forma que o indivíduo o reconhece, no entanto ele não se apresenta como arbitrário, por isso é legitimado sem que seja reconhecido; transfigurado: sentido e não compreendido.

Em entrevista, identificamos

Mas aí é onde tá o porém todinho, é onde você tem que ser consciente, porque eu vi praticamente o candidato que foi derrotado, eu vi ele eleito, eu vi três, quatro dias antes do segundo turno das eleições do segundo turno, a gente já sabia que estava eleito, aí veio aquele sistema, como você diz assim, veio o sistema da compra de votos, que geralmente, isso aí não cabe a mim investigar, nem cabe a você e sim o que nós dizemos é o seguinte: não existe o Tribunal Regional, não existe o Tribunal Superior, mas infelizmente eles fazem vistas grossas também, tá entendendo, tapa os olhos, certo, que até a mulher do próprio concorrente foi presa, detida, aqui em Campina Grande, nas vésperas da eleição foi presa e detida porque estava dentro de uma casa, num bairro pobre aqui,

distribuindo dinheiro p'ra compra de votos. (Viúva, 65 anos, 2º Grau Completo, Pedregal).

Bourdieu enfatiza que o *campo* político não é um império. Nele, é preciso observar a relação entre mandantes e mandatários, isto é, a relação entre os cidadãos 'comuns' e os agentes políticos. Ele observa que, quanto mais destituídos dos meios e instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na vida política pode se destacar a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo – de maneira que não é contrariada, pois, estão distantes do lugar da produção política.

É neste espaço de conflito, o *campo*, que se visualizam relações de poder, pois, o trabalho de produção e de imposição do sentido está imerso nas lutas dos campos (culturais, econômicos, políticos). Neste sentido que se situa a luta dos profissionais na busca pela representação política: uma luta pela manutenção do *campo*, uma luta que objetiva elaborar e impor uma representação do mundo social que seja aderida: assume-se, pois, como uma luta propriamente pelo poder simbólico de fazer crer, predizer e prescrever e também é uma luta pela administração pública. (BOURDIEU, 2010).

A luta política, pois, é uma luta simbólica, de tal sorte que a capacidade de mobilizar, produzir e inculcar visões de mundo no universo político também refletirá em outros campos simbólicos.

A luta pela representação política é mediada por agentes, a exemplo dos partidos. Os partidos constituem-se enquanto uma proposta de uma organização permanente que objetiva estabelecer um programa de ação e pensamento. Nas democracias parlamentares, os partidos pretendem mobilizar os cidadãos (o maior número) oferecendo uma visão do mundo que convença os mandantes e gere poder sobre os seus atribuídos.

Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e imposição dos *interesses políticos instituídos* lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos mandantes. (BOURDIEU, 2010, p. 168).

No *campo* político, Bourdieu observa como Weber, a atuação dos profissionais da política, enfatizando que estes têm como oferta de produtos os instrumentos da percepção e de expressão do mundo social. Já a população recebe (consome) de forma diferenciada estes produtos, são mais fiéis quanto mais estejam desfavorecidos no campo simbólico. Estas são as relações de poder que se instauram de maneira nem sempre percebida, mas legitimada.

Neste jogo político, a atuação dos políticos profissionais é imprescindível na conquista da adesão. Aqui traçamos um paralelo entre as análises de Bourdieu e Weber. Não basta somente ter uma vocação, o político profissional como o situa Bourdieu, está imerso neste jogo político e a probabilidade de sucesso está imersa na necessidade de uma preparação toda especial: o domínio da linguagem, retórica e a análise do processo de produção dos profissionais. É o que Bourdieu chama *habitus*<sup>37</sup> do político.

Tem muito de tudo, tem a influencia, tem a parte cultural, aí quem conseguir falar a linguagem que alcance todos, melhor. Por exemplo, um palestrante, ele tem que falar de forma cativante e perceber a platéia, caso ele perceba que a platéia está se dispersando ele tem que mudar a estratégia dele, aí tem muita coisa. Tem candidato que chega se agarrando com o povo, o povo tudo fedorento, ali, tu acha que ele quer abraçar alguém ali? Não quer. Mas ele diz 'rapaz, se eu abraçar aqui, eles vão pensar que eu sou diferente, nem que eu tome um banho de álcool', mas é uma postura que ele está com segundas intenções, ele está vendendo a imagem dele como ouro. Vê se aparece depois que é eleito p'ra dar um xero. (Estudante, 26 anos, Ens. Sup. Incompleto, Bodocongó).

De maneira menos sistemática podemos dizer que o *habitus* é a estrutura interiorizada ao sujeito, a socialização dos indivíduos em um mundo que independe de sua vontade; é o intermédio entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, das relações dadas e das relações construídas

O político avisado participa do jogo político atentando para as suas tomadas de posições e o efeito social que estas podem causar, ele se insere no jogo pelo prazer de jogar, pelo prazer de reconhecer que este jogo vale a pena ser jogado e para não correr o risco de ser excluído. Ele também cambia

---

<sup>37</sup> Ver: "A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: O poder simbólico/ Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 13ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

a relação de satisfação entre os interesses pessoais e os interesses grupais de modo a envolver e convencer os seus adeptos dessa relação aparente: os interesses dos representados e representantes aparecem enquanto orquestrados, na mesma sintonia.

Bourdieu (2010) também constrói uma reflexão à atuação ética do partido. E isso é importante para nós, porque entendemos que, embora o foco não seja o partido e embora afirmem sempre votar no candidato, o eleitor está sempre atento à sua importância.

Ele afirma que se o partido não quiser estar fora do campo político, da distribuição e ambição pelo poder não pode se consagrar a virtudes tão exclusivas. A pureza não é a primazia deste grupo, a finalidade do partido é trazer para a sua causa o maior número de adeptos. Desse modo à importância do *habitus* do político, das regras do jogo é emblemática na adesão dos representados.

A luta política é teatralizada. O discurso político é algo caro para os agentes políticos ativos, ele pode mobilizar fora e dentro do grupo e confere ao autor reconhecimento, a disputa no campo político se dá pela busca do monopólio das palavras de ordem e pelo direito de falar em nome dos representados:

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte e de uma totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não somente da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. (BOURDIEU, 2010, p. 185).

A palavra política empenha o seu autor, eis a lógica da promessa. A palavra do porta-voz emana poder, basta que

as idéias sejam professadas por *responsáveis políticos*, para se tornarem idéias-forças, capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou desmobilizar que os erros são faltas ou, na língua nativas, as traições. (BOURDIEU, 2010, p. 187).

Desse modo é importante observar que a autoridade daquele que promete influi na maneira que os seguidores acreditam na promessa:

As vezes eu nem conheço assim o candidato, mas eu digo assim: só porque ele faz isso assim por alguém necessitado, pois, eu vou votar com ele. Eu sou assim, mas eu não gosto daquele que promete, engana, promete e não faz nada. (Estudante, 25 anos, Ens.Sup.Incompleto, Catingueira).

O discurso não é creditado se pronunciado por qualquer pessoa, só é considerado verdadeiramente político aquele que incorpora o *habitus* político fazendo das expressões políticas, das promessas e previsões algo historicamente verdadeiro.

A crença é a palavra mote que nos permite atrelar as obras de Weber e Bourdieu e entender a adesão dos ‘mandantes’ (consumidores) nos mandatários nestas teias de poder que o cercam. O Carisma, o crédito produz a crença e a obediência. Produz fidelidade. Fidelidade que só existe “na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência”. (BOURDIEU, 2010, p.1988). Se Weber fala na crença das qualidades extra cotidianas do líder carismático, Bourdieu fala na crença do homem político e do seu poder mágico:

O homem político retira sua a força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. (BOURDIEU, 2010, p. 188).

Tanto Weber quanto Bourdieu atentam para a possível ausência da crença das qualidades nas figuras carismáticas. Se Weber aponta a necessidade do processo de rotinização do carisma, Bourdieu avalia que o homem político enquanto homem honrado é um homem vulnerável a tudo que ameaça a crença, pois, ele deve sua autoridade à força da mobilização que ele detém. Portanto, é importante destacar a força do seu capital pessoal (entre outros mecanismos que ele mobiliza) como um produto de uma ação inaugural.

Esse poder mágico, carismático, como propõe Bourdieu, funda-se na crença. É nesta que se legitima a autoridade da representação política e é a partir desta crença que se pode fundar, inculcar e estabelecer as visões de mundo atreladas ao poder.

Poder este que não se reduz somente ao fenômeno econômico e social, mas que tem no seu cerne a eficácia simbólica. Trata-se do poder simbólico, este que “aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *autoctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”. (BOURDIEU, 2010, p. 188).

Barrington Moore (1997) aponta para essa relação de equilíbrio entre governantes e súditos em seu livro “Injustiça”. De maneira cuidadosa, desejamos atentar pra essa relação de equilíbrio que Morre propõe, onde dominantes e dominados se sondam e constroem uma relação de atuação em ambas as partes e considerando seus limites; com a existência de pactos implícitos que se revelam nos costumes, nas expressões de sentimentos, na vida cotidiana.

No que tange a nossa temática, percebemos que as práticas dos eleitores evidenciam esta negociação. As músicas, os acordos, as promessas, as palavras dadas, as sátiras, as fofocas, as distribuições de brindes são manifestações de um acordo velado entre candidatos e eleitores. Estes são códigos culturais, expressões de sentimentos que podem ser interpretadas como maneiras de ação e reação à dominação. Há sempre uma zona limítrofe entre dominantes e dominados, que sinaliza os limites da obediência e desobediência. Este é um acordo tácito, e se rompido pode gerar um sentido de injustiça entre os que se sujeitam a autoridade. (MOORE, 1987).

Se isso garante a conquista do voto é algo muito mais complexo, o que podemos afirmar com base na pesquisa realizada é que este é um tempo de tirar proveito, é um tempo que não falta nada e que o eleitor sabe da importância de sua atuação. Nesse sentido, há toda uma lógica e intencionalidade por parte de candidatos e eleitores compondo uma nova ordem social, um realinhamento na cidade. E, se podemos depreender relações de dominação neste recorte temporal que priorizamos, também podemos sinalizar práticas de resistência.

Embora não seja nosso enfoque, acentuamos que não corroboramos com a perspectiva que perde de vista a outra dimensão: os ‘dominados’. Autores como Barrington Moore (1987), e E. Thompson, entre outros, sinalizam toda uma discussão que releva a noção de resistência, diferenciando-a somente dos atos revolucionários, mas enquanto pensamentos e atitudes e práticas cotidianas. Sugerindo assim que, o que muitos entendem como roubo, pode se constituir enquanto uma prática de resistência. Quanto a isso é importante afirmar que, assim como o conceito de dominação, o conceito de resistência deve ser discutido e tratado com as devidas ressalvas, exercício que pode ser realizado como complementar a esta discussão.

No que diz respeito a política é importante notar a aproximação dos três tipos de dominação de que Weber trata na política local: A tradicional – o paternalismo, a patronagem. Onde a crença na tradição, a proteção, entre outras maneiras foram incorporadas para tornar o eleitor controlado e, na cidade, apontamos para o fato da existência de relações paternalistas sob outras faces. A racional com a emblemática figura dos partidos e racionalizada, numa organização formal e, a tradicional, a qual destacamos neste exercício.

Sabemos que “elementos da ordem tradicional e carismática podem se encontrar nos espaços por excelência de vigência da ordem legal e do aparato burocrático. (RAMALHO&ESTERCI, 1996, p. 85). O que pudemos denotar é a recorrência constante de elementos emotivos e culturais como fomentadores de campanhas, e, por conseguinte, destacamos a importância que estes elementos ganham nas falas dos eleitores com os quais pudemos conversar. Repousa nesta situação a análise de que a liderança carismática, no modelo de governo que vivenciamos, ganha destaque na conquista do poder, quanto a isto nos orientou G. Balandier (1982) no seu “O Drama”:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da

sociedade e de legitimação das posições de governo.  
(BALANDIER, 1982, p. 7).

Durante a campanha, a busca por votos constitui toda uma maneira diferenciada de vivenciar a política. A representação que os eleitores constroem acerca da política e dos políticos são elementos recorrentes na escolha/ adesão de seus candidatos. Assim, a sua adesão repousa nas diferentes maneiras que experienciam a política cidadina.

A política, o dia da eleição e o “*tempo da política*” se configuram como uma festa, um momento que foge ao ordinário, ao cotidiano para se viver, mesmo que brevemente, o “tempo” do extraordinário, do sagrado, da ruptura da ordem sendo substituída por uma nova ordem, desta feita, imposta pelo “*tempo da política*”.

Desse modo, este tempo se torna privilegiado para expor toda a atuação e negociação entre candidatos e eleitores. Pois, se existe a probabilidade de adesão voluntária ou de obediência as ordens, existe a probabilidade de não obediência, portanto reconhecemos outro movimento que faz parte deste jogo. Candidatos e eleitores sabem o poder de suas atuações e agem de modo a equilibrar seus desejos e possibilidade, o que nos permite pensar a possibilidade de novos rumos nos caminhos dos políticos e dos eleitores.

Este universo de negociações explicita como se desenvolvem as atitudes políticas dos candidatos e eleitores, o objetivo maior é sempre a adesão, materializada no ato de votar. O último capítulo do nosso texto objetiva analisar como se desenvolvem as atitudes políticas por ocasião da campanha que orienta os eleitores nas escolhas e motivações do seu voto.

A intenção é desvendar, junto a estas motivações, as representações que cada eleitor constrói individual e coletivamente do voto e da política na cidade, possibilitando-nos ampliar as explicações do fazer político.

*As pessoas se aproveitam – elas fazem uma troca, né, isso está se tornando de praxe, fazer uma troca dos votos, um direito que é seu e fazer com que o outro perceba que isso ajuda né, estar recebendo em troca, a questão de voto. Isso já está quase como inculcido. (Professora/Funcionária Pública, 37 anos, Pedregal).*

## **CAPÍTULO QUARTO:**

### **4.CONSTRUINDO O VOTO POR OCASIÃO DE UMA CAMPANHA ELEITORAL**

#### **4.1.O tempo de tirar proveito**

As atitudes que se observam durante o “*tempo da política*”, como já evidenciamos, é dotada de aparente externalidade. Se o candidato se mune de diversos elementos para conquistar a adesão do eleitor, este não se faz de rogado. Sabe ser este o momento em que é mais procurado, que seu ‘valor’ sobe.

A compra de votos se torna algo peculiar; dar e receber constitui o movimento que delinea a campanha eleitoral e o voto passa a ser moeda de troca, como formula Heredia:

O voto parece ser a moeda de intercâmbio que permite a passagem de um circuito de troca a outro, isto é de um circuito de troca de reciprocidade – entre os socialmente iguais – ao de clientelismo político, no qual o ‘cliente’ se mantém permanentemente endividado face ao ‘patrão’. (HEREDIA, 1996, p.64).

Cabe ainda destacar a relação entre eleitor e candidato, que passa a ser marcada por uma dívida, bem como um ganho. No transcorrer de nossas entrevistas, perguntamos aos entrevistados que atitudes políticas tinham candidatos e eleitores, observemos:

Eles usam várias estratégias minha filha, cada um quer usar mais do que outro, fazer mais do que outro, tem um candidato que formava aqui na minha rua uma liderança. (Costureira, 65 anos, Ens. Med. Comp, Pedregal).

As relações políticas entre candidatos e eleitores passam a ser tecidas num contexto de dádivas e contravenções. Percebe-se que neste momento, são criados vínculos e relações de reciprocidade entre eles e isso se torna possível porque há uma relação de compromisso se fazendo presente a todo o tempo na vida dos indivíduos.

Num ambiente de interesses, disputas e trocas, o candidato deseja conquistar o eleitor. Por sua vez os eleitores, segundo o depoente abaixo, agem com

conivência, os eleitores gostam disso. Os eleitores de hoje em dia, eles são coniventes com os candidatos, vale o ditado: *que cada população tem o seu governo que merece*. Porque assim, hoje em dia, a educação política de cada pessoa não é tão bem elaborada quanto antes, hoje em dias estes jovens crescem vendo estas disputas de cores não pensam mais em ideologia, não pensam o que o candidato vai defender, não pensa mais no que o candidato pode trazer de benefício para sua comunidade. (Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

O voto, a escolha em um candidato também é visto como um espelho. Se o voto é um pouco de você, propõe-se que você seja um pouco como o outro, conseqüentemente, tenha o que merece, nesse processo “de repente todos os álbis falham e dão lugar a uma situação em que todos são cúmplices no mesmo processo. Mais ainda, atrás da idéia de ser como o outro há também a culpa de uma identidade que se reconhece imobilizada e, portanto, tem aquilo que merece”. (JOVICHELOVITCH, 2000, p.132);

A questão de Campina Grande precisa ter um choque assim de cidadania, de trabalho assim mais social em volta da sociedade, da comunidade Campinense. Em Campina Grande o pessoal é movido muito por interesse; interesse partidário, interesse próprio, interesse de grupinhos, então, quer dizer nossa cidade ela não tem muitos progressos, principalmente na

educação. (Professora/Funcionária Pública, 37 anos, Ens. Sup. Completo, Pedregal).

Esse é um aspecto importante a ser problematizado na vivência da cidadania e do patriotismo, elemento fundamental no processo eleitoral. Tomando emprestada as considerações de Caniello (2001, p. 355-356), a cidadania é um exercício que também se evidencia na dialética entre a realidade institucional e cultural.

Na “cidadania à brasileira”, expressa-se a modulação de uma sociedade que retém aspectos de um forte período colonial e que avista os processos complexos da urbanização e da chegada do capitalismo. Essa modulação evidencia-se nas tensões e adequações que os indivíduos e aqui, os eleitores, vivenciam na vida política.

A compra de votos é mencionada como norteadora na escolha dos votos na cidade. Ela é mencionada com regularidade nas entrevistas, pois, sinaliza segundo os depoimentos uma prática corrente na política local, como menciona a referida informante

Olhe, vou ser sincera em lhe dizer, eu acho que o povo está assim escolhendo não pela questão da trajetória, nem pela questão das propostas. Eu acho que é mais a questão da compra de votos. Eu digo isso porque já vendi o meu. (risos). Em alguns momentos já vendi mesmo, eu acho assim que o pessoal não analisa [...]. Até mesmo assim pelo *nível de conhecimento* porque tem pessoas que não estuda, que são analfabetos, vai mais assim pelo o que o candidato está falando ou então pelo o que ele está pagando também. Como eu já, antes de estar bem informada, vendia meu voto. (Estudante, 25 anos, Ens. Sup. Incomp, Catingueira).

Nesse depoimento, podemos tratar de algumas representações correntes quanto ao voto na cidade. A primeira delas se volta a questão da sofisticação política, “ser bem esclarecido”, indica uma sofisticação que situa o eleitor a votar num candidato por alguns critérios: ideologia, partido, propostas. Quando mencionada desta maneira, a sofisticação está diretamente relacionada à questão da escolaridade, do acesso às informações, das escolhas ideológicas. Essa visão se repete, como destacamos:

Eu não vou generalizar, não é todo mundo. Sabemos que na afirmação anterior, que o voto muitas vezes é vendido. *Mas, existem pessoas, bem mais esclarecida de que ainda segura e vota por consciência, vota por ideologia.* Mas, não é a maioria, sabemos *que a maioria vota por quem pode pagar.* Mas, *as pessoas bem esclarecidas,* elas conseguem ainda distinguir o seu voto. (Grifos Nossos, Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Esta sofisticação perpassa as trajetórias de cada indivíduo, não é algo inerente. Desse modo, “votar por consciência” não é para todos, só aos “bem esclarecidos” e isto implica diretamente na querela sobre a racionalidade do voto.

Tentando evidenciar o paradoxo tão presente na política, referenciamos este outro depoente:

Porque muitas vezes as pessoas, estão em alguns riscos de alguma coisa é... Econômica ou de saúde ou de morte. Sempre estão. E aí você tem que apelar pro psicológico da pessoa, né, que tipo de pressão se faz naquela pessoa p'ra que ela vote? Nós já sabemos como o agente político agiu naquela pessoa, de repente comigo ele pode ser bom, maravilhoso, mas com determinada pessoa de acordo com a condição econômica, a escolaridade a falácia sobre ela pode ser estrondosa e aí é o que nós vemos, percebemos ao longo das eleições é que quanto mais pessoas de baixa escolaridade são pressionadas, mais elas tendem a votar, ou, mas nós também percebemos reações, porque muitas vezes por exemplo, um caso que eu li na cidade do Recife, que a senhora disse: 'eu troquei meu voto pela minha feira anual. Ele me ofereceu: eu lhe dou um ano de feira. Aí ela disse 'eu sou, meu filho, aposentada, o que recebo mal dá p'ra pagar as coisas, ou seja, eu não sou consciente não?' Ela perguntou lá pro cara que estava fazendo a entrevista com ela. Ela foi altamente consciente, ela não vendeu o voto dela a toa não, foi por uma feira anual, né, quer dizer ela foi altamente consciente daquilo que estava vendendo, não é? Nós vamos percebendo isso muitas pessoas tendem muitas vezes a se conscientizar, outros não, votam inconscientemente mesmo, não tão nem aí. Mas outros não, fazem troca, se fulano me der isso e tal, mas as vezes na hora da urna nem vota naquele ou votam, mas votam sabendo. *Tem muito candidato que eu já vi entrar eleito e sair perdido no voto.* (Professor de História, 26 anos, Ens. Sup. Completo, José Pinheiro).

No cenário da cidade de Campina Grande a eleição para Governador foi sinalizada por um dos nossos entrevistados como emblemática acerca da derrota de um candidato que era indicado como vitorioso nas pesquisas e que foi derrotado na disputa nos dois turnos:

O instituto de pesquisa, ele analisa fatos. Ele não totaliza, não leva em consideração os sentimentos, porque o Instituto de pesquisa ele vê dados. Porque sempre apontava que Maranhão iria ganhar? Porque a pesquisa ela é setorial e muitas vezes sempre iam pesquisar, mesmo pesquisando nas duzentas e tantas cidades da Paraíba, eles tinham muitos funcionários do governo do Estado, tinham sempre pessoas dependente de funcionários do governo do Estado. A maioria da população da Paraíba depende do governo do Estado. Então o que acontece? Ele jamais diria que ia votar contra o governo, porque muitos eram seletistas, muitos não eram concursados. Então, *para todo efeito, jamais eles iriam dizer que iam votar contra o patrão e as pesquisas sempre acenavam que Maranhão iria ganhar porque ou é funcionário público, tem medo de perder o emprego ou tem alguém na família que era funcionário público.* E por outro lado, *sabemos que o governador, antes o governador era Cássio e brasileiro por si só é muito sentimental, não que... Cássio está sendo muito perseguido e muitas vezes sendo utilizado como bode expiatório pela justiça, a questão no geral criou aquele sentimento de pena e quando as pessoas são motivadas por pena, elas reagem. Não declaravam, mas, reagiam. E o fator preponderante para elas demonstrarem sua indignação com a justiça e com o governo do Estado que era Maranhão que estava injustiçando Cássio era votar contra o governador.* (Grifos Nossos, Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Este depoente sinaliza algumas direções da escolha do voto e representação política na cidade, entre outros. Destaca-se o temor às represálias no momento eleitoral. O eleitor, especialmente aqueles que trabalham em repartições públicas, temem se pronunciar neste momento sob pena de serem punidos.

Aqui, denota-se novamente a tênue relação entre as noções de público e privado. Compreendemos, como Arendt (2009) a dificuldade desta diferenciação, como assinala “as esferas da *polis* e da família”. Traz em sua abordagem toda uma contextualização histórica que aponta as transformações ocorridas nas sociedades, especialmente na Grécia e Roma, evidenciando

como os termos público e privado vão assumindo características diferentes quando contextualizados historicamente.

O termo **público**, segundo Arendt (2009, p. 59 - 62) exprime dois fenômenos: tudo que vem a público pode ser visto ou ouvido por todos e tem a maior divulgação possível; e, significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele.

O termo **privado**, como sinaliza quando pensa a privatidade moderna (2009, p. 48) exprime o desejo de proteção aquilo que é mais íntimo. Opor-se ao social, ausentar-se do outro.

Ao fazer a análise do processo de ascensão social, quando a riqueza se transforma em Capital, Arendt aponta que esta riqueza jamais tornou-se algo do comum, algo partilhado. Coube ao governo, num moderno conceito, ser o elemento comum, isto é, o órgão responsável por proteger os proprietários privados na competição pela riqueza. O que há de comum entre as pessoas é a manutenção dos interesses privados.

Quando indagamos a alguns entrevistados o que é o espaço público para eles, logo eles apontam esta diferenciação e evidenciam como no universo político estas duas esferas se tocam:

O espaço público pra mim... Primeiramente é importante lembrar que existe o público e o privado, o espaço privado é aquele onde o mandatário tem dono, o espaço tem dono. O público é aquele destinado à comunidade, é destinado ao público geral, se beneficiasse e, se preciso, pagar por ele. (Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Ultimamente o público se tornou muito privado, algumas pessoas se acham no de, de... administram no setor público como se tivesse administrando a sua casa, a sua empresa, esquece o essencial naquele trabalho, naquele setor. O público é aquela questão de ter a consciência. (Professora/Funcionária Pública, 37 anos, Ens. Sup. Completo, Pedregal).

Holanda (1995, p. 50) destaca a não diferenciação e preponderância do espaço privado na nossa sociedade;

a entidade privada precede sempre neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível,

onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia demarcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades.

O desejo de estabelecer intimidade, a ética de fundo emotivo, o predomínio de vontades particulares ambientadas em círculos fechados e pouco acessível a uma estrutura de ordenação impessoal. A política feita assim, modulando todo o tempo as relações pessoais e impessoais nos orienta a pensar uma forma particular de como se representa a política. (PALMEIRA, 2006).

Ainda nos orientando na fala do entrevistado, destaca-se que a patronagem e as práticas coronelistas<sup>38</sup> foram modernizadas e camuflam-se atualmente. Coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. O coronelismo é uma manifestação do poder privado, baseada numa troca de proveitos entre o poder público e a influência dos chefes locais. Afloram nos depoimentos dos entrevistados como estas práticas são presentes. O voto de cabresto nestas novas formulações assume outras formulações, mas é sempre reconhecido:

Ave-Maria! Campina Grande é cheio (risos). Acho que a paraíba inteira, a paraíba inteira é cheia disso, infelizmente, é voto de cabresto. (Professora, 42 anos, Ens. Sup.Completo, Malvinas).

Porque o voto de cabresto tem aquele contexto de interesses, serventia, submissão. E hoje em dia isso sumiu? Isso foi abolido por acaso? Não né, não foi. E possivelmente, possivelmente tá se encaminhando p'ra que não seja, p'ra que não suma, o pessoal alimenta, por mais que... [...].(Estudante, 18 anos, Ens. Médio Completo, Palmeira).

Se não temem as agressões físicas como antes, os eleitores temem a perda do emprego, do prestígio entre companheiros, represálias no ambiente de trabalho. O medo é algo que também perpassa o critério na escolha do voto, denotando uma forte relação de dominação, como destacou a/o referido eleitor:

---

<sup>38</sup> (LEAL, 1949). Ver: LEAL, V. N. Coronelismo, Enxada e Voto O município e o regime representativo no Brasil.1949.

É medo mesmo, viu? É medo, muita gente vota de medo. Medo de perder o emprego, medo de fulano descobrir que deu dez reais e seu voto não estava lá, sabe, é esse medo de depois querer voltar lá e querer um favor do candidato e o candidato não fazer, é medo. (Professora, 42 anos, Ens. Sup. Completo, Malvinas).

E ainda tem um detalhe, aquele que perdeu ainda corre o risco de perder o emprego ou de ser transferido, de sofrer alguma represália, porque hoje, em Campina Grande, a perseguição é grande, tanto para um lado como para o outro. Se cor tal ganha, cor A ganha e cor B perde, os perdedores não só perdem as eleições, perdem o emprego, transferência de local, por aí vai. (Téc. Enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Por último, voltamo-nos aos critérios subjetivos mencionados na fala do entrevistado quando afirma que “brasileiro por si só é muito sentimental”. O sentimento na política é um dos fatores preponderantes na escolha dos eleitores em quem votar, se podemos sinalizar, esta afirmação em Campina Grande não é diferente.

Vejamos que o faccionalismo situados em outros momentos deste exercício é recorrente como distintivo na escolha dos eleitores. O curioso é pensar que o ex-governador Cássio Cunha Lima, que disputa o cargo no Senado, tenha participação decisiva na escolha do eleitor na disputa para o Governo do Estado. Mais do que sinalizar um apoio ao candidato concorrente a José Maranhão – Ricardo Coutinho -, o candidato ao Senado Cássio Cunha Lima, marca-se e reafirma a sua oposição ao atual governo e isso é elemento distintivo ao eleitor.

O voto em Ricardo Coutinho sob este olhar é mais do que uma afirmação de suas características e aprovação do eleitorado, é um voto de oposição, de sentimento e apoio ao candidato referido no depoimento como “injustiçado”. Os *códigos de conduta*, os valores, aquilo que se aspira atuam nas escolhas de cada eleitor.

Ajuda, compromisso, promessa e dívidas ganham um significado especial quando tratamos da política, pois, “na vida cotidiana, as pessoas trocam bem diversos que tanto confirmam laços pré-existentes, quanto criam novas relações”. (HEREDIA, 1996, p. 63).

Quanto a esta abordagem, o estudo da dívida tem adquirido ampla aceitação nas interpretações contemporâneas sob os mais diferenciados fenômenos: religiosos, jurídicos, econômicos e políticos.

Objetivamos enfatizar como a relação entre dívidas e sociabilidade no Brasil tem se mostrado eficaz na construção de um vínculo social, isto é, a dívida como fomentadora de aliança. Como comentado por Lanna (2000, p.179): “O objetivo do Ensaio não é a economia primitiva, mas a circulação de valores como um momento de estabelecimento do contrato social”. Como Mauss, não há de se negar à existência da dívida como comércio, mas, o aspecto econômico é apenas um dos seus sentidos.

Na política pensar as trocas somente sob o prisma econômico não nos permite explicações abrangentes sobre a lógica das escolhas e motivações de cada eleitor. Sabe-se que toda ação é perpassada por uma racionalidade, contudo esta racionalidade é limitada por um ‘mores’, por estruturas de pertencimento e identificações.

Desse modo, as trocas podem implicar um ganho econômico, ao tempo que também situa um ganho pessoal, tomando de Lanna esta expressão: “a vida social não é só circulação de bens, mas também de pessoas, nomes, palavras, visitas, títulos, festas”. (2000, p.177).

Mudou muita coisa não. Antes, não tinha tanta informação como tem hoje, como os meios de comunicação não chegava tanto nas casas, como tem hoje. Porque hoje a comunicação é melhor com o rádio e com a televisão, antes as pessoas vendiam o voto por telha, por tijolo, por benefício do candidato mais próximo. Hoje não, *a venda do voto, ela é proibida, mas, ainda existe*. Então, não mudou muita coisa não. Hoje se troca por influência e por emprego. Outra modalidade de vender, porque como é proibido, entre aspas, esse voto, é proibido a venda desse voto, é proibido você receber um milheiro de tijolo que dá na cara, mas, em compensação você vem aqui no hospital precisa de uma cirurgia, fala com fulano de tal e ele opera. Eu tô com fulano de tal, seja generoso com ele. (Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Na fala do depoente identificamos como a compra de votos é referenciada antigamente e nos dias atuais. É curioso perceber que a troca, como ele afirma, ganha uma nova característica quando contextualizamos o próprio eleitor. As benesses extrapolam o universo econômico: conseguir

exames, cirurgias, consultas compõem também elementos neste novo arranjo de negociações.

As práticas de trocas de favores, de compra de votos são bastante acentuadas nas épocas de campanhas eleitorais, como observou Barreira (2006, p. 154) “com a diminuição das possibilidades das fraudes e das ameaças físicas, surgem, em contrapartida, as gratificações, as benesses e os benefícios”. O eleitor passa a ser conquistado em outras bases e o voto de cabresto cede lugar ao voto mercadoria.

Chama-nos atenção como o eleitor constrói de maneira diversificada a concepção de Corrupção, e como são diametralmente opostas às suas concepções quando referenciadas a perspectiva legal. O erro pode repousar em quem não cumpre a palavra, em quem não ajuda o amigo ou o menos necessitado, como elabora um dos depoentes:

Sinceramente eu vou dizer o seguinte, quando se trata de pessoas que realmente tem condições salariais, eu tô dizendo falando questão econômica, que realmente não levam nada com isso e que são enganadas pelos políticos, eu acho bem interessante. Eu gosto! (Estudante, 19 anos, Ens. Med. Completo, Monte Castelo)

Como visto, só no ano de 1932 é que é aprovado o primeiro Código Eleitoral, com uma série de inovações no processo político na tentativa de coibir as práticas fraudulentas, a exemplo do voto de cabresto. Contudo, a busca pela adesão do eleitor e do seu voto vai se modernizar, por conseguinte, estas práticas fraudulentas também se modernizam ganhando aspectos mais camuflados.

Segundo BARREIRA (2006) a reprodução dessas práticas fraudulentas e corruptoras, pode ser dividida em dois grandes períodos históricos: I. Práticas predominantes no Séc. XVIII e início do Séc. XIX, caracterizadas pela ameaça física e fraudes nas urnas eleitorais, onde se tem o eleitor como peça decorativa, sem liberdade, num processo onde a democracia é representativa, não havendo a barganha do eleitor. Nesse primeiro momento que as práticas políticas sofrem alterações na eleição entre eleitores e representantes, o que diminui as práticas intimidatórias, contudo reforçam-se nesse momento as trocas de favores; II. Acontece através da obtenção do título do eleitor. Nesse

momento reforça-se a participação dos benfeitores de uma forma lícita e ilícita, atual configuração.

Práticas de trocas de favores são marcantes, mais do que isso, o político atua enquanto figura que dá, recebe e retribui acessos e vai comprometendo os eleitores, numa lógica promessa/lealdade que muito se observa nos discursos, por um lado temos as promessas, materializadas na forma de bens, por outro a lealdade do indivíduo que se sente em eterna dívida com o candidato. Estas práticas são tidas como crimes eleitorais, segundo o Código Eleitoral<sup>39</sup> e procura-se coibi-las.

O compadrio e a patronagem são maneiras peculiares de se fazer política no Brasil, as relações personalizadas são ainda bastante arraigadas. As trocas de favores são recorrentes e “uma *dádiva* recebida por um eleitor e não retribuída no voto o inferioriza perante os outros e fere o código de moralidade vigente nas circunstâncias analisadas”. (BARREIRA, 2006, p.161).

A dimensão de uma relação personalizada como a que temos na política local, aparece sempre que se fala em quem se pretende votar, o voto pode aparecer em algumas entrevistas como uma maneira de retribuir:

Olhe, a gente vê também que hoje, as pessoas que são, é, conscientes de voto, também existe por trás também, alguma coisa que aconteceu, se, indiretamente, alguém que tá no poder hoje, indiretamente fez. Fez assim, eu vou até dizer assim, fez, despercebido e não imaginava nem que ia ser político um dia, mas que num momento aconteceu de uma pessoa, por exemplo, você chega p'ra mim, você é, eu sou pessoa, que eu sou muito conhecida, eu tenho livre acesso a pessoas mais, vamos dizer, como eu diria assim tem um envolvimento maior na sociedade, então você chega p'ra mim e diz assim: mas rapaz tá acontecendo isso e isso, e eu indiretamente como tenho ligação e conhecimento com essas pessoas, mas rapaz, fulano de tal, tem uma pessoa que tá assim, assim, assado e essa pessoa indiretamente diz: eu consigo, eu vou ajudar. Indiretamente, tá entendendo? E às vezes essa pessoa não faz assim, parte nem do meio político, futuramente pode vir a ser, a ser um político, tá entendendo, aí tudo isso conta, tudo isso pesa. (Músico, 45 anos, Ens. Funda. Completo, José Pinheiro).

---

<sup>39</sup> O artigo 299 do Eleitoral define como crime eleitoral “dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita”. Ver em: [http://www.tse.gov.br/servicos\\_online/catalogo\\_publicacoes/pdf/codigo\\_eleitoral/codigo\\_eleitoral2006\\_vol1.pdf](http://www.tse.gov.br/servicos_online/catalogo_publicacoes/pdf/codigo_eleitoral/codigo_eleitoral2006_vol1.pdf), acesso em 30 de setembro, 2009.

Notamos o que denominamos de uma política de acessos, uma rede de acessos, o 'ajudante' em questão não é alguém que seja candidato no momento da ajuda, contudo, atua junto a todos, está próximo dos demais, a *rede* social do depoente opera na sua escolha do voto. Relata ainda o entrevistado:

Eu digo assim por experiência, porque, vamos dizer assim, eu tiro pela minha mãe, porque minha mãe mesmo antes de Ronaldo Cunha Lima ser político, vamos dizer assim, minha mãe devia um favor, que ela disse, ela dizia p'ra mim que era um favor que jamais pagaria a ele, certo? Não vou citar o favor, mas se, era uma dívida que ela não dizia nem que era uma dívida, vamos dizer assim, era um favor mesmo que ele fez e ele nem fazia parte de política e sim como ele era uma pessoa muito bem conceituada, muito bem quisto na sociedade, tá entendendo, e foi uma pessoa que ajudou ela assim indiretamente e futuramente ele se candidatou, e ela disse: é meu candidato porque eu já sei da índole, já veio da índole dele de ser uma pessoa boa, ajudar, sem ter recursos, ele já ajudava, então, essas pessoas assim, geralmente tem uma coerência maior p'ra as pessoas que precisam. Quando você entra na política que você já vem encaminhado, você já vem formado, você já vem de uma universidade formado em política, que você já é formado p'ra roubar, p'ra não dar assistência, aí é diferente, mas uma pessoa que não imagina nem ser político e já ajuda pessoas, aí volta exatamente nesse termo, que você precisa ver quem fez, independente do que vai acontecer lá na frente. (Músico, 45 anos, Ens. Funda. Completo, José Pinheiro).

Reconhece-se uma dívida que gera um sentimento duradouro, que culmina também na certeza do voto, mais do que um voto depositado na urna o voto de gratidão é um voto que vai sendo recuperado em longo prazo.

A retribuição é algo singular, cada sociedade tem a sua maneira, não existe uma regra. (MAUSS, 1974). Nas sociedades modernas, delineia-se essa coexistência entre dádiva e mercado, não é uma relação excludente. Pensando as relações sociais na política, especificamente a brasileira, pode-se depreender nas relações sociais interesses e ações estritamente no âmbito econômico, entretanto, o *jeitinho*, legitima um estado entre pessoas que se estabelece a partir de compromissos morais.

A dádiva pressupõe retribuição, dar não é um ato desinteressado. Leonardo Mota (2002) denota a ambivalência da reciprocidade: interesse e desinteresse, egoísmo e altruísmo. Interessa-nos pensar esta ambivalência da reciprocidade permeando as escolhas dos eleitores neste espaço de trocas que passeiam pelos interesses e fronteiras entre o público e o privado.

Eu acho que o que está faltando é falta de caráter, porque as pessoa tem que saber o que quer e não ficar desse jeito. Isso é estimulando pro cabra ser mais ruim ainda, ser safado. A pessoa que diz uma coisa de manha e de tarde diz outra, como esse cabra, diz que votava em um de manha, aí [...]. (Advogada, 54 anos, Ens. Sup. Comp, Palmeira).

A troca das dádivas pode se mostrar enquanto uma reciprocidade desequilibrada. (CANIELLO, 1991). As dádivas que são trocadas, bem como a obrigação de retribuir a estas, evidencia que a dádiva para aquele que oferece constitui um ganho, em contrapartida, para aquele que recebe, no entanto é perda.

No entanto, não pode o eleitor abster-se dessas trocas, já que se ele se nega ou realiza, é tido como mesquinho, enquanto a ação de dar por parte dos políticos indica generosidade. Nesse conjunto fortifica-se a concepção de Mauss (1974, p.111) quando afirma que nesse processo “abster-se de dar, como se abster de receber, é perder dignidade – como se abster de retribuir”. A reciprocidade desse modo é desequilibrada, pois, o dar gera superioridade, nunca se dá demais a um superior.

Podemos assim afirmar que o eleitor que recebe algo do candidato contraiu uma dívida, pois “o voto – e aqui se encontra o paradoxo – embora permita a retribuição, não permite uma relação entre parceiros como relações entre iguais que trocam bens do mesmo tipo”. (HEREDIA, 1996, p.64).

O eleitor não é alheio a isto, sabe não estar numa relação entre iguais. Ele faz proveito deste momento, mas, compreende que é só neste momento:

Ele se aproveita, eles já estão levando assim na baderna. Eles estão aproveitando este momento justamente para fazer isso mesmo. E na maioria das vezes, não vota naquele e vota em outro, ele tá ficando esperto, né? Não sei se ele está ficando esclarecido ou se ele está ficando malandro. Porque o pessoal

vê na política uma chance de se reerguer, de montar um negócio, de fazer uma casa, de colocar um piso, ter um emprego, ter um carro. (Costureira, 65 anos, Ens. Med. Comp, Pedregal).

No entanto, o eleitor sabe perfeitamente que tal “ajuda” está repleta de más intenções, isso porque o mesmo que se serve de tais benefícios, não concorda com sua curta duração e para ele, isso não passa de uma espécie de “enganação para o povo”:

[...] porque quando chega nesse tempo aí, esse tempo aí é onde tem tudo de bom pra você, aparece tudo, aparece saúde, aparece feiras e feiras pra dar as pessoas carentes, só nesse tempo, um mês, dois, pronto, depois desse um mês dois, acabou-se tudo, tudo voltou ao que era antes, então na minha opinião não gosto não. (Doméstica, 44 anos, Ens. Fund. Incompleto, Glória).

Questionamos em determinada entrevista com uma estudante por que ela achava que os eleitores vendiam seu voto, ela explica:

Eles aceitam pela facilidade, sabe que não são punidos, sabe que não há leis que os punam, nem de quem recebe, nem de quem dá, e que se eles não receberem agora terá alguém que irá receber no lugar deles. Até por esta facilidade, dinheiro fácil. (Estudante, 26 anos, Superior Incomp, Bodocongó).

Pergunto se ela acredita que os eleitores votam nos candidatos de quem recebe dinheiro:

Eu acho que não. Eu acho que... Depende. Se eu recebesse algum tipo de benefício, de dinheiro, eu não votaria porque eles me darem. Eu tiro por mim. Eu acho que elas votam naqueles que eles querem. (Estudante, 26 anos, Superior Incomp, Bodocongó).

Para ela, ao não votar,

Ele [o eleitor] estaria dando o troco na mesma moeda. Ele estaria usando de desonestidade para com aqueles que lhe deu o dinheiro, do mesmo jeito que aquele [o candidato] que deu o dinheiro faz com os cofres públicos. Então é um tipo de...

Não é desonestidade, mas, é infidelidade para aquele que está dando dinheiro a ele, porque se ele deu o dinheiro é para votar, assim, categoricamente seria isso. Mas, como ele sabe que aquele candidato está fazendo uma coisa errada também, então ele também pode fazer. Se ele tá fazendo, eu tenho o mesmo direito de estar usando de um jogo sujo com ele também. Porque ele sabe que não é dinheiro próprio, não é dinheiro particular. E todo mundo sabe que é dinheiro público, então, se eu não votar o problema não vai ser meu, o problema vai ser dele. (Estudante, 26 anos, Superior Incomp, Bodocongó).

Muitos elementos surgem como reflexivos na análise, retrata a depoente sobre dois processos de infidelidade: do candidato para com a coisa pública e do eleitor para com o candidato que comprou seu voto. Percebe-se que o 'mores', a ética que permeia a fala reflete uma zona limítrofe entre o que se pode ou não sendo candidato e eleitor. Não é desonesto e sim infidelidade, a maneira que situa o eleitor que não votou no candidato.

Entretanto, não votar no candidato que compra voto surge como uma fala constante nas entrevistas e tem nos ajudado a pensar sobre a representação negativa de que o 'povo' é passivo e manipulado. Atentemos para estes depoimentos:

Receber? Recebo. Mas p'ra votar contra ele, tu acha que eu votar em político que me comprar? Eu vou receber porque imagina aí o que ele, o quanto ele vai tirar, pelo menos ele já adiantou um pedaço pra mim se for eleito, mas votar nele? Jamais! Aí é nisso aí que tá tudo errado, se todos pensassem como eu, recebesse o dinheiro e votasse contra, já tinha mentalidade que é um corrupto, aquele cabra jamais se candidataria. Que eles estão ali pra roubar o povo e digo a todo mundo: 'Se eles oferecer, receba, mas, vote contra, porque ele já tá mostrando o nível de candidato que ele é'. (Doméstica, 44 anos, Ens. Fund. Incomp, Glória).

Contrasta fortemente com a aceção negativa de que não se escolhe bem os candidatos, que são alheios ao processo em que vivenciam. E esta pode ser uma hipótese a ser pensada mais adiante, quando nos deparamos, por exemplo, com situações de candidatos que são indicados como favoritos e não ganham. É apenas mais um dos mistérios da participação democrática;

Só que agora eu digo assim, ninguém nunca me comprou, mas se me der dinheiro eu recebo, mas não voto. Esses que dá dinheiro não presta, e é mesmo, esses que dá dinheiro não presta não, a gente recebe e não vota. (Aposentada, 55 anos, Ens. Médio. Completo, Malvinas).

Neste exercício, perceber esta nuance também retira do “voto comprado” um poder de determinação. O eleitor tem se mostrado cada vez mais atento a este ciclo. Pudemos participar durante o período eleitoral da iniciativa proposta pelo TRE da Paraíba, intitulada: “Voto vendido, povo vencido”, iniciada em 18 de agosto do ano de 2010, que teve a participação do Centrac<sup>40</sup> (Centro de Ação Cultural) de Campina Grande e a parceria da Diocese Campinense.

As palestras que nortearam esta campanha objetivaram destacar a importância do voto de cada eleitor e atentar para os malefícios que o voto vendido traz à população. Destacamos a participação efetiva de jovens nestes eventos e calorosos debates. Também atentamos para esta participação religiosa neste movimento. A religião, os valores apregoados também fazem parte do universo motivacional que direciona os eleitores nas suas escolhas.

É importante atentar para outras variáveis que compõem o voto cidadão. Neste movimento, o nosso próximo passo é ampliar nossas considerações acerca do voto, considerando este o tempo todo como um enigma.

É importante ressaltar, como proposto em nossa hipótese, que o voto não pode ser pensado como uma ação ou ato meramente individual, pois o eleitor constrói relações de compromisso com os seus para aderir à determinada candidatura e isso é cobrado nas suas práticas cotidianas. A escolha em determinado candidato passa por mediações que se configuram especialmente acionando-se as redes sociais e, especialmente, as redes pessoais.

#### **4.2.O Eleitor e seu comportamento: as variáveis que orientam o voto.**

Pensar como o eleitor foi interpretado sob diversas perspectivas têm se destacado em algumas revisões. Homero Oliveira (2007) propõe uma revisão

---

<sup>40</sup> Para maiores informações sobre o CENTRAC, consultar: <http://www.centrac.org.br/>

que sinaliza as teorias que se destacam nas análises do comportamento eleitoral.

Utiliza-se em especial da autora Mônica de Castro (1994) que realiza em sua tese um estudo sobre o comportamento eleitoral destacando algumas correntes, a exemplo da racional e psicológica como explicativas do comportamento eleitoral. Também realiza em outro texto “Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral<sup>41</sup>” (1991) uma revisão crítica confrontando algumas explicações propostas pela Ciência Política.

Comportar-se, modular-se. Mais do que uma revisão das teorias e explicações propostas, neste texto, o voto assume e deseja enfatizar o aspecto subjetivo, sem desconsiderar a perspectiva ideológica, partidária, racional.

O voto assim se constitui num enigma como afirmam Palmeira & Heredia (2006, p.282):

O voto não é necessariamente uma empresa individual que a questão da intencionalidade pode não ser pertinente, e que não está necessariamente em jogo uma escolha; que a importância das eleições pode não se resumir à indicação de representantes ou governantes e que sequências aparentemente naturais como as acima mencionadas podem não ser matéria de lógica, mas de “sócio-lógica”.

Quando nos propomos a pensar o voto dessa maneira, podemos entender que a escolha do voto está diretamente ligada aos fatos cotidianos e que permeia diversas instâncias, a exemplo da econômica e religiosa; quando se vê um eleitor vestindo (literalmente) a camisa do candidato, sabe-se que ele está aderindo a um determinado grupo e convicções as quais se sente contemplado e inserido.

Esse deslocamento no estudo sobre o voto nos instiga a refletir acerca da multiplicidade do voto, bem como dos diferentes modos de pensar e viver. O voto é pensado em seu agenciamento individual e coletivo, e para nós é importante compreender os processos que fazem com que as escolhas políticas caminhem nesta ou naquela direção, ou seja, “cumpra em certo sentido, ‘politizar’ a política, reconhecendo a existência de processos

---

<sup>41</sup> Ver detalhadamente: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_20/rbcs20\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_01.htm)

moleculares subjacentes a cada ação ou escolha individual e coletiva”. (GOLDMAN & SANT’ANNA, 1996, p. 30).

A partir destes questionamentos e da perspectiva antropológica, fomos construindo nos diálogos com os entrevistados *quais variáveis influenciam na percepção da construção dos seus votos*. Este movimento nos situa no âmbito das representações que os eleitores constroem do seu voto de acordo com o seu contexto.

O que é o voto? Qual o significado que tem o voto para o eleitor? Como ele escolhe o seu voto? Foram as questões que basearam o início de nossas entrevistas, permitindo-nos desdobramentos sobre outras temáticas;

O voto é uma maneira que você escolhe o seu representante. No momento em que você escolhe o seu representante, você vai estar decidindo não só a sua vida, mas a de muitos cidadãos. (Professora/Funcionária Pública, 37 anos, Ens. Sup. Completo, Pedregal).

A depoente abaixo, informa-nos da primeira construção do que é o voto: a escolha de um representante que tem em suas mãos o poder de decisão, o governo de um País;

Voto é planejamento, ele é muito importante, de um em um vai gerando milhões de voto, e é a vontade do povo, querendo ou não, mesmo que você não queira, não queria votar nesse, mas só tem esse, eu escolho esse. O pessoal não sabe, mas foi você que influenciou na decisão do comando do País. No comando do Estado, no comando da cidade. (Educador Físico, 24 anos, Ens. Sup. Completo, Jardim Paulistano).

O voto é individual, mas é também coletivo. Ao modo de Goldman & Sant’Anna, apontamos que o voto deve ser pensado

em sua densidade de escolha individual e agenciamento coletivo. Em outros termos, trata-se de mapear o conjunto de forças e processos globais que fazem com que as escolhas políticas caminhem nesta ou naquela direção. Questão eminentemente antropológica, na medida em que a fusão dos planos individual e coletivo, bem como do conjunto das instituições sociais, aponta decisivamente para seu caráter de *fato total*. (GOLDMAN & SANT’ ANNA, 1996, p. 13).

Destacamos outra característica atribuída ao voto, o seu aspecto salvacionista:

Eu creio que o voto é um instrumento único que os cidadãos tem de tentar mudar a situação que eles vivem. Através do voto a gente pode mudar muitas coisas... Então o voto, eu creio que todo mundo devia considerar ele uma coisa bastante sublime na hora que saiu de casa p'ra votar, você tem que pensar muitas vezes, não só na questão do ir e votar mesmo ou não votar, votar em branco ou nulo, mas se fosse um voto consciente e não como está sendo por aí, infelizmente a cada dia que passa a gente vê só as sacanagens que na eleição ocorre. (Professor de História, 26 anos, Ens. Sup.Completo, José Pinheiro).

Goldman & Sant'Anna (1996, p. 29) evidenciam esta 'naturalização' do processo eleitoral como uma maneira estratégica do jogo: o desejo e a esperança do eleitor em face dessa representação negativa que se tem da política.

Além do voto possuir um sentido salvacionista, um ato sublime e carregado de poder de mudanças, também pode ser a personificação do próprio eleitor. A fala abaixo é bastante ilustrativa nesse aspecto:

O voto é importantíssimo! Ah se todo mundo desse o valor do voto que ele tem, mas o povo não tem noção da dimensão do tamanho do voto, né, com o voto você muda... Sim, nós podemos! Quem disse isso? Obama. Ô o poder do voto aí, significado nesse cara, sabe, o voto muda, muda tudo, você vê aí, em Queimadas 20 votos decidiram, você vê aí, 20 votos! O voto é seu ideal, é o que você pensa p'ra sua vida. Quer saber? Aquele candidato que você está votando, você se assemelha a ele. Eu não vou votar num candidato que é oposto a mim, você se assemelha aquele candidato. O voto é um pouquinho de você, eu penso assim. (Educador Físico, 24 anos, Ens. Sup.Completo, Jardim Paulistano).

O voto também envolve e sinaliza toda uma 'inércia' presente na construção do imaginário do universo político:

Não tem muita força não, acho que não tem a força que deveria ter, entendeu, não é uma coisa tão importante não, pra mim não é não. Eu acho que a força do voto... eu acho que se fosse uma, como se diz, assim por ser a população muito

grande, acho que o voto não tem tanto valor, *mas no final das contas acho que o voto ele tem muito*, é... Ele é muito irrisório, é uma coisa muito pequena. (Grifos Nossos, Operador, 23 anos, Ens. Médio Incompleto, Bodocongó).

De todas as entrevistas realizadas, este depoimento foi o único que sinalizou o voto como ineficiente. Entretanto, mesmo que toda fala seja revestida de uma negatividade, em dado momento o eleitor abre espaço para se pensar alguma qualidade do voto. Oscilar de uma opinião à outra é possível, algo precisa ser possível. Voltando as contribuições de Golman&Sant'Anna (1996, p. 29): "Por pior que sejam as coisas, parece haver sempre uma 'última esperança' que tende a tornar-se mais forte, na medida em que as eleições se aproximam, culminando no próprio momento do voto".

A política é marcada fortemente como um lugar distante. E, como afirmamos anteriormente, esta distância se alarga nos momentos pós-eleição, constitui uma variável a ser pensada na escolha do voto:

Só que agora, como eu já disse e repito tanto, é difícil de escolher, porque ele apresenta a gente, aparenta uma pessoa boa, mas quando depois, na continuação, ele não faz e a gente não sabe o que eles tem ali dentro daquele coração. *Eles podem ser um corrupto, totalmente corrupto*, sim senhor e a gente só de ver a cara a gente não conhece, só através do trabalho que a gente vai ver se o voto da gente foi válido mesmo. (Aposentada, 55 anos, Ens. Médio Completo, Malvinas).

Aponta Magalhães (1998, p. 117) que este universo político é um lugar 'acima', como referenciado na fala desta aposentada, se não se tem acesso, se não se conhece, como saber algo, como ter garantias, "a possibilidade de roubar é algo que ninguém escapa, revelando novamente uma concepção de *natureza humana* perversa, como também a *natureza* perversa do poder".

Privilegiamos o recorte temporal da campanha, mas, como sabemos, tudo na política não está circunscrito a este momento, tampouco o voto, por isso, perguntamos aos entrevistados em que momento escolhem o seu voto;

É antes, antes; porque a gente estuda a proposta, analisa direitinho, já conhece o candidato e a gente já sabe, eu não mudo de jeito nenhum. Então quando o candidato apresenta as

propostas dele, a gente analisa direitinho. Eu vou nesse e pronto, não tenha quem mude, eu posso trabalhar pra outros, mas eu, eu voto no meu candidato, né? O outro eu tô trabalhando, eu tô ganhando, pois é, mas eu não mudo de jeito nenhum. Por isso que eu digo, eu não induzo ninguém pra dizer em quem vai votar. (Doméstica, 41 anos, Ens. Médio Completo/Téc, Pedregal).

Podemos afirmar que nem tudo se resume ao período da campanha eleitoral. A disputa faccional, como já sinalizado, os sentimentos, as relações de compromissos são, entre outros elementos, pensados e levados em consideração na escolha do voto, que nem sempre é definido no período eleitoral, ou no dia da eleição. Aponta a entrevistada:

Bom, às vezes, quando eu já no... Teve época que eu já sabia em quem eu ia votar, antes dele aparecer na televisão, eu já sabia, porque a gente tinha um contato e ele diz, conversava e trabalhava nos lugar. E tem as pessoas que eu conhecia, sabe, que me ajudou naquela infância, lá no sítio a gente já conhecia e então, ele ajudou também a família, os meus filhos quando era pequenininhos, tava até me dando uma carona pra me deixar lá no hospital, entendeu. Aí já era pessoa que a gente já conhece, né, aí se ele se candidatar de novo, eu talvez, ele já fez tanta coisa que eu não goste dele e eu pejejo pra fugir dele, mas não posso, não posso. Doida, doida, 'eu não voto mais naquele danado, nele eu não voto mais', sabe como é? Mas que quando ele vê assim meus filhos, aí ele recebe tão bem, que a gente já não tem cara de 'eu não vou votar em tu mais não', porque na hora some, na hora a gente quer falar pra pessoa mais não fala, é isso. (Aposentada, 55 anos, Ens. Med. Comp, Malvinas).

A fala mencionada destaca o compromisso da entrevistada, o sentimento de dívida que não cessa nunca de existir, um favor recebido, em forma de carona, e a simpatia transmitida, criam uma situação de “quase obrigação”, levando a referida eleitora informante a continuar a votar no político de sempre. Em outras palavras, como já sinalizado em discussão anterior, o compromisso é outra variável na escolha do voto. Assim como as relações clientelistas e o faccionalismo.

Se o voto é escolhido, na maioria das entrevistas, antes da campanha, há aqui uma evidência: poucos são os eleitores que entrevistamos que têm

dúvidas em quem votar, a grande maioria sabe claramente quem é o candidato de sua preferência:

Não, não. Até quando eu votei nulo eu sabia que era aquilo e pronto. (Operador, 23 anos, Ens. Med. Incomp, Bodocongó).

Não. Não. Apesar de ter sido iludido no primeiro mandato, quando eu fui no segundo... No primeiro turno apesar de estar iludido eu fui consciente, fui, votei sem dúvida do que eu queria; *e no segundo, apesar de eu ter mudado de ideia, de opinião, ter formado uma nova opinião*, fui consciente também, não tive a menor dúvida com relação ao candidato. (Grifos Nossos, Estudante, 19 anos, Ens. Med. Completo, Monte Castelo)

Chama-nos atenção a segunda entrevista quanto o estudante menciona que, embora não tenha dúvida em quem votar, tenha mudado seu voto. Essa afirmativa corrobora com a nossa percepção de que o voto não é estático. Afirmar isso não quer dizer que os eleitores não sejam motivados a terem lealdade em quem afirmam votar, mas, possibilita falar nas brechas e negociações que são realizadas por *candidatos –eleitores – redes sociais*.

Destaca-se também a ‘não’ dúvida quando das eleições ditas ‘majoritárias’:

Não, assim, pra Prefeito e Presidente da República eu nunca tive dúvida não, agora pra Vereador, as vezes eu digo meu Deus do céu, vou dar esse voto só por causa de mãe. (Advogada, 54 anos, Ens. Sup. Comp, Palmeira).

A escolha do voto, desse modo, é perpassada pelas redes familiares;

Pra majoritária não. Muitas vezes a gente vai votar com dúvida nos candidatos que compõem as coligações, mas, na majoritária nunca tive dúvida não. Sempre votei nas majoritárias realmente nas pessoas que eu queria votar mesmo. (Téc. Enf., 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Adentremos mais um pouco nas variáveis que orientam a escolha do voto. Perguntamos aos eleitores o que o candidato, o político precisa fazer para conquistar os seus votos. Chama-nos atenção a narrativa abaixo descrita:

É difícil (risos). É difícil por que assim, *eles conquistam mais a população como um todo que não tem um mínimo de educação, de consciência política social e ética, porque ele sabe que é fácil. Agora eu particularmente, eu não acredito em discurso, entendeu, eu não vejo que eles conseguem levar o meu voto pela lábia, pela oratória perfeita de muitos.* Mas eu vejo o passado deles, vejo a questão da ficha limpa, vejo se eles tem algum problema de fraude, algum problema na justiça, na justiça comum. Não na questão eleitoral porque é difícil, eles sempre arrumam um jeito de tira né. Mas eu vejo se ele tem algum tipo de envolvimento com coisa ilícitas, se não houver... Assim, eu não lhe digo que eu confio neles, mesmo se fosse da minha família. (Grifos Nossos, Estudante, 26 anos, Ens. Superior Incompleto, Bodocongó).

A referida estudante se distancia na sua fala dos políticos e eleitores. A representação política, como tem se repetido é negativa: o político conquista o eleitor que não tem educação, que segundo esta fala não assume os critérios de sofisticação (interesse por política, envolvimento no processo eleitoral, informação).

Este distanciamento e distinção marcado na fala de nossa informante é algo recorrente nas falas de entrevistados que têm um grau de escolaridade mais elevado:

O povo muitas vezes na nossa sociedade se engana com besteirinha, né, a televisão diz uma coisa, a mídia diz uma coisa e a pessoa diz 'ah é isso', e não teve nada haver com aquele acontecimento. (Professor de História, 26 anos, Ens. Sup. Completo, José Pinheiro).

É. Principalmente aqueles mais humildes. Minha filha eu acho assim, passe lá no bairro das cidades, eles diz mesmo assim 'olhe, eu to trabalhando pra fulano, ele é um candidato ótimo, ele é tão bom, ele vai ajudar a comunidade, a gente está distribuindo uma senha pra distribuir uma feira, aí você em troca, aí você vote nele, porque se ele voltar ele vai ficar fazendo isso por vocês, eu vou lhe dar o numero e toda vez que você precisar você liga pra ele, que ele lhe ajuda'. E o povo vai e acredita mulher, é fácil, principalmente aquelas pessoas mais humildes, que não tem, principalmente as mais necessitadas. (Aposentada, 55 anos, Ens. Med. Compl, Malvinas).

Aqui demarca-se uma oposição quanto à posição social referente à escolaridade. A conquista do voto de alguém "sem um mínimo de educação",

“humilde” é algo fácil. Temos, nesta fala a representação arraigada que dimensiona o voto ‘consciente’ àqueles que se situam em posições sociais privilegiadas.

Longe de querermos elucidar esta querela, o nosso exercício tem atentado para o fato de que diferenciações, posições sociais, contexto histórico-cultural e sócio-econômico são relevantes para a compreensão da política cidadina. Entretanto, como denotamos no decorrer de nossas entrevistas, não é determinante e não repousa a racionalidade do voto do eleitor num lugar merecido.

Goldmam & Sant’Anna explica que este distanciamento delega sempre ‘aos outros’ todos os males e/ou resultados que não satisfaz o eleitor. É uma fala estratégica e pode evidenciar que

o próprio eleitor pode, deste modo, se eximir de qualquer responsabilidade pessoal pelos efeitos das eleição, aparecendo a si mesmo e aos demais como sujeito dotado de consciência crítica, suficiente afastado dos que decidem de forma equivocada”. (1996, p. 28).

Se o eleitor é cético, também podemos afirmar que ele é constituído de sonhos, de esperanças, por isso, é cheio de expectativas. Quanto a isso, perguntamos a alguns dos entrevistados tem com a dimensão da política indica a crença que ainda se tem diante deste universo incerto:

No mínimo honrasse meu voto, né, o voto de confiança. E seguisse a sua idéia de mandato. Saber que foi eleito por causa da vontade da massa e assim, ter o compromisso: “Rapaz, aquela pessoa votou em mim porque eu levantei essa bandeira, como é que hoje eu vou desviar meu foco?”. (Técnico em eletrônica, 24 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Bodocongó).

O eleitor vai construindo elementos para justificar quais direções tomam para escolher os seus representantes, no referido depoimento a lealdade e a honra são qualidades evidenciadas para que o eleitor dê o seu voto, como ele bem ressalta, de confiança. Para além destas qualidades, insere-se aqui a questão da prática do político, bem como a sua performance pode persuadir ou

não o eleitor, como já vimos, a prática política é centrada na pessoa e a possibilidade do candidato cumprir o que prometeu.

Essa ausência, este ceticismo é rompido no *“tempo da política”*. Porque, o eleitor, antes de ser um cético é um sonhador. E ele sonha, deseja, ambiciona, ele busca no candidato

O que a gente deve buscar num candidato, o que eu acho, é o que as pessoas está precisando agora, um conforto melhor, pelo menos o da saúde, é, que ajude aquelas pessoas carente, porque muitos aí é milhões e milhões pras pessoas que não vivem fazendo nada, enquanto isso, tem meio mundo de gente aí, carente, morrendo de fome e não tem ajuda de ninguém. Primeiramente a saúde, como eu vejo hoje o povo morrendo a míngua pelo chão, dentro do hospital, que pagasse melhor os médicos, pagasse melhor a segurança, que é o que a gente precisa, pra gente ter mais uma segurança, e é o que eu não vejo, que nada disso esteja acontecendo. (Doméstica, 44 anos, Ens. Fund. Incompleto, Glória).

Aqui temos toda uma representação de como está sendo administrado o espaço público na cidade de Campina Grande e conseqüentemente a insatisfação; se situarmos nossos eleitores, mesmo que de maneira pouco profunda, a partir das categorias que elencamos para compor nosso universo de pesquisa, sabemos ser diferente as prioridades de cada um quanto aquilo que se deseja ao espaço público.

O que se tem em comum é um conjunto de crenças e uma orientação de condutas que faz com que se assemelhem por vezes as representações do que se espera que seja a atuação e prática política, desse modo, “o voto configura-se, pois, como um mecanismo de compreensão do que está em jogo nas estruturas políticas que articulam uma sociedade como a nossa”. (GOLDMAN & SANT’ANNA, 1996, p.36).

A conquista do eleitor passa por outros movimentos e o candidato sabe que tem que construir uma identificação positiva, se isso não ocorre é fadado ao fracasso. Esta identificação positiva, como mostramos no capítulo anterior ocorre nesse momento ritualístico, reforça-se assim a imagem e identidade do candidato, na tentativa de conseguir construir uma identidade positiva. Afirma Magalhães (1998, p. 71) que

Existe em todos os candidatos, todos os partidos, a construção de uma imagem que varia de acordo com suas concepções à respeito do que é legítimo, verdadeiro, importante, e de acordo com o que julgam ser a concepção do eleitor.

Ser boa pessoa é outra variável constituinte na escolha do voto. A deste candidato a identidade é construída coletivamente e a representação do que é ser bom político deve ser apreendida nas visões de mundo de cada eleitor:

Eu vou votar neste candidato, agora mesmo nesta campanha, porque ele ajuda muito os pobres, eu não vou dizer o nome, tinha um nesse ano passado que eu não tava mais nem com vontade de votar (risos). Aí eu disse: eu vou votar neste candidato porque ele ajuda muito os pobres, traz um carrinho pra cá, leva pra terapia, passou o ano todinho essa pessoa fazendo isso, sabe. Ele já tinha sido candidato e ele continuou a ir de bairro em bairro, com o carrinho dele, pegando as pessoas doentes, levando pra secretaria pra ajudar. É aquilo, transporte, uma mãe quer fazer uma ligação, sem ser a época da política, aí eu disse depois eu vou votar neste candidato, pois, foi o meu candidato que eu votei. (Costureira, 65 anos, Ens.Med. Completo, Pedregal).

O ‘bom candidato’ aqui é aquele que ajuda os pobres, que age de maneira ‘desinteressada’. É aquele que está presente e pode ser visto em momentos em que as pessoas do bairro necessitam. A questão do merecimento é simbólica na escolha do voto: “quem merece o voto é quem tem condições de fazer alguma coisa, além de ser uma *pessoa boa*”. (MAGALHÃES, 1998, p. 47).

A noção de honra configura como um dos *códigos de conduta* simbólica na escolha do candidato. Há uma importância vital na noção de honra, assim como grande consideração às relações de caráter pessoal, na hora de escolher o voto, mais do que opções ideológicas abstratas ou cálculos racionais individuais. (KUSCHNIR, 2007).

Geralmente eu analiso mais assim, a pessoa, não só como político, mas como pessoa também e o que ele fez, o passado político dele, nunca tem uma coisa. (Operador, 23 anos, Ens. Médio Incompleto, Bodocongó).

Há uma centralidade na figura da pessoa, ser boa pessoa é sinal para alguns de que determinado candidato pode ser bom político, então qualidades como comportamento moral, seu passado, justiça e até estrutura familiar, podem ser características definidoras para escolher em quem votar:

História de vida, campanha ficha limpa, tem que saber o que a pessoa fez pra chegar até ali, sabe, se foi derrubando pessoas, se foi conquistando por mérito próprio, tem que saber disso daí, é o básico. Você não pode votar na pessoa às escuras, porque ela prometeu que vai trazer mundos e fundos só não, tem que ver o que ela fez, vê se ela cumpre o que ela promete, né. Por exemplo, o povo não vai votar num político casado e divorciado três vezes, vai votar no que tem a família bem estruturada. O cara que não tem estrutura familiar vai ter estrutura pra governar? O povo pensa nisso, o povo pensa. (Educador Físico, 24 anos, Ens. Sup. Completo, Jardim Paulistano).

E o que podemos afirmar é que teremos a partir daí uma diversidade de motivos legítimos e racionais dentro da lógica de cada um dos entrevistados e concernentes aos seus respectivos modelos culturais:

Então, eu tomei como base que as escolhas devem ser feitas em priorizar o menos pior, se é que podemos utilizar esse termo; então eu procurei primeiro estudar o máximo do passado desse candidato, pra ver se ele me daria condições futuras de proporcionar algo de positivo pra o município onde eu resido e onde eu quero ascender socialmente. Então eu levantei historicamente as contribuições que ele deu pro município e fiz uma espécie de cálculo, se ele ou o concorrente, qual teria mais futuro, qual o que traria mais benefícios pra o meu município. Percebendo que um seria menos pior do que outro, eu preferi esse. Pronto. (Estudante, 18 anos, Ens. Médio Completo, Palmeira).

Vota-se no menos ruim. Como nos situa a estudante ela faz um cálculo analisando o histórico dos candidatos e avaliando o que pode trazer mais benefícios a cidade; destacamos outro elemento que é muito recorrente na escolha do voto para outros eleitores: a história do candidato, o seu passado, a sua família.

O eleitor identifica-se com o candidato, projeta-se nele, mais: reforça qualidades que ele próprio julga possuir, que estão no seu cotidiano e que lhe

garante familiaridade e um nível de confiança no candidato. A identificação é cognitiva.

Ainda no que diz respeito à trajetória do candidato e de sua família:

a campanha limpa, a história de vida daquela criatura, quando eu sei que ele teve uma história limpa, que é uma pessoa voltada para o povo, que não teve roubalheira na sua vida, não teve uma vida devassa, né? Que não é filhinho de papai também, porque também esses filhinhos de papai que surge nas épocas das eleição, olhe, esse não conte com meu voto não, porque eu sei mesmo que esse não faz nada, só vai lá roubar mesmo, porque aparece uns filhinho de deputado, fulano de tal, de senador fulano de tal, que vem carregando o sobrenome do pai, esse não vem pra meu lado de jeito nenhum. Eu só vou pra o candidato que tem uma história com o povo, uma história de comunidade, que tem uma vida limpa, que não tem roubalheira na vida política dele, aí esse é meu candidato. (Professora, 42 anos, Ens. Sup.Completo, Malvinas).

É fato que estes motivos escolhidos para se votar no candidato podem modificar à medida que os mandatos estão sendo exercidos, o voto não é uma dimensão estática, deve-se, portanto, sempre ter em mente outras variáveis que importa ao eleitor.

Eu creio que eu votei p'ra não dar continuidade a algumas políticas e também numa visão tentando mudanças, *mas a gente sempre na visão de não dar força a um grupo, acabamos dando força a outro grupo*, né, erroneamente a gente tem esse pensamento (Professor de História, 26 anos, Ens. Sup.Completo, José Pinheiro).

O faccionalismo presente tantas vezes na fala dos entrevistados retorna como elemento distintivo na hora do eleitor cidadão escolher um candidato. Atentamos nesta fala para sinalizar que o voto aqui, mesmo no cenário de continuidade de um dos grupos sinaliza as mudanças e negociações pensadas no âmbito do eleitor.

Outro componente na escolha do voto cidadão é a oposição presente entre a capital João Pessoa e a cidade de Campina Grande. Iolanda Silva (1996) sinaliza os grupos da disputa ao cargo de prefeito nos guias eleitorais evidenciando os discursos que se forjam na composição de uma Campina Grande.

Em trechos de entrevistas realizadas com o Ronaldo Cunha Lima, ela destaca na sua fala todo o potencial de crescimento e desenvolvimento que a cidade apresenta, cidade esta “*talhada para a grandeza*”. (Grifos da autora, SILVA, 1996, p. 41).

Não, assim, no meu ponto de vista a política é um meio de ver, vamos dizer assim, uma cidade desenvolver, crescer, tá entendendo, agora, tudo dentro dos parâmetros, né, a gente sabe que é difícil, a gente quer ver, mas na realidade isso aí é muito difícil, vamos dizer assim é uma utopia, porque você quer ver Campina Grande se expandir p'ra um canto, se expandir p'ra outro, você vê, você quer, mas os políticos não tem essa visão e tem! Mas não querem fazer. O meio p'ra eles, o interessante é o mais viável. Então a minha visão de política é o seguinte: é crescimento p'ra uma cidade, é desenvolvimento, é o que vinha acontecendo há anos atrás em Campina Grande, né, ser reconhecida nacionalmente, independente de João Pessoa ser a capital, mas em Campina Grande existe, vamos dizer assim, os meios de desenvolvimento que muitas vezes deixa a capital p'ra trás. (Músico, 45 anos, Ens. Funda. Completo, José Pinheiro).

O discurso de grandeza, de crescimento como estratégia política pode ser transfigurado como justificativa em quem se vota. A representação da política para o referido entrevistado indica que um candidato que possa administrar a cidade de maneira a manter seu desenvolvimento é boa, e inclina o seu voto.

O voto campinense também passa por essa oposição à capital. No transcorrer da campanha, deparamo-nos com muitas falas que justificava o voto no candidato da ‘terra’, como a garantia de que assim ele possa realizar algo na cidade. Ter um representante que defendesse os interesses da cidade.

Quando o eleitor se decepciona com os candidatos e não encontra neles os atributos que acreditavam haver, aflora esse sentimento de descrença que culmina em muitos casos com o arrependimento do voto, como pudemos notar em alguns discursos, quando indagados se já se arrependeram em terem votado em algum candidato:

Já. Já a gente se arrepende. A pessoa vota pensando... Mas como é voto dado, não tem quem tire. Acho que pela ação deles, né, você vê o discurso e quando vê as praticas são

totalmente contrárias, e isso aí leva ao arrependimento. (Professor de História, 26 anos, Ens. Sup.Completo, José Pinheiro).

Acho que quase sempre, né, porque nenhum atende as expectativas, assim, embora tenha feito algumas coisas no passado, mas nunca faz o que... Nunca segue um padrão. Ele nunca atende as expectativas não. (Técnico em eletrônica, 24 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Bodocongó).

Disso decorre, em alguns casos, a anulação do voto, pudemos observar nestas falas:

Já. Quais foram os motivos? Falta de opção. Falta de opção não, porque são vários, mas nenhum me convenceu. (Operador, 23 anos, Ens. Médio Incompleto, Bodocongó).

Já, já porque achei que nenhum candidato tinha capacidade de exercer. (Autônomo, 43 anos, Ens. Sup. Incompleto, José Pinheiro).

Entretanto, destacou-se nos discurso dos nossos entrevistados o fato de que o voto é o elemento primordial para que se faça a mudança, então não se deve anular o voto, esta é uma das respostas que ouvimos quando perguntamos se o entrevistado já havia votado em branco ou nulo:

Não. Por causa dessa idéia minha de que, se eu não... Eu tenho meu direito de expressão, o voto, se eu votar em branco eu estou deixando de exercer meu direito de cidadania, né, direito de opinar, direito de expressar minha vontade e a forma de mudar o rumo da política é você quebrando os paradigmas de quem está, de quem está quase certo de que vai vencer e não votando em branco. Votando em branco você não está influenciando muito não. (Técnico em eletrônica, 24 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Bodocongó).

Vejamos que a escolha do voto passa também pelos *princípios de pertença*, o bairro é mencionado diversas vezes situando o contexto da referida entrevistada.

Ele tem que ter atitude e tem que ter trabalho já prestado né? A comunidade. (Téc. Enf., 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Para conquistar o eleitor o político não pode dar as caras de quatro em quatro anos não, quer dizer ele só vai na comunidade quando ele precisa do voto? Ele só vai em determinado evento porque ele tem que tá na mídia? (Advogada, 54 anos, Ens. Med. Compl, Palmeira).

O conhecer o candidato é coletivo, os indivíduos isolados, tampouco em grupos fechados decidem seus votos. (MAGALHÃES, 1998). O voto assim é perpassado pelos atributos pessoais, variável encontrada em diversas entrevistas e que marca, em alguns caso, a contraposição entre candidato e partido:

São os pontos positivos do indivíduo, então eu prefiro crer que essa pessoa tenha pontos... mais pontos positivos, porque somará, do que tá acreditando só nos aspectos negativos porque será inútil, né, então o que me influencia é isso, é o estudo da pessoa, do caráter da pessoa (Estudante, 18 anos, Ens. Med. Comp, Palmeira).

Marcelo Baquero (2001) aponta os desafios da participação democrática na contemporaneidade. Uma das discussões presentes em sua análise sobre as democracias contemporâneas é o fortalecimento do personalismo e o descrédito das instituições políticas.

Ele afirma que tem-se percebido no Brasil um aumento da desconfiança nos partidos políticos, propiciando o surgimento de relações terciárias, isto é, “estabelecimento de uma relação direta entre Estado e indivíduo, em detrimento dos partidos políticos”.

Não, eu acho que p'ra mim o importante em si é o candidato, é a pessoa sabe, a vezes não é nem o candidato, mas a índole da pessoa que vai concorrer aquilo ali, a procedência, a visão daquela pessoa, se é uma pessoa informada, se é inteligente, se realmente se ele chegar ao ponto de administrar a cidade, se vai ter crescimento, mas esse negocio de legenda de partido, p'ra mim não é não, eu vejo mais pela pessoa, vamos dizer, nós tivemos vinte anos de, que o povo diz assim de é... marjor. (Músico, 45 anos, Ens. Fund. Completo, José Pinheiro).

Aqui entrelaça-se na escolha do eleitor a esfera valorativa e os *padrões racionais*, o eleitor comporta-se tendo a eficiência administrativa como norte do seu voto. Mesmo assinalando a identificação partidária não se credita a confiança nesta instituição.

Não, eu acho que p'ra mim o importante em si é o candidato, é a pessoa sabe, a vezes não é nem o candidato, mas a índole da pessoa que vai concorrer aquilo ali, a procedência, a visão daquela pessoa, se é uma pessoa informada, se é inteligente, se realmente se ele chegar ao ponto de administrar a cidade, se vai ter crescimento, mas esse negocio de legenda de partido, pra mim não é não, eu vejo mais pela pessoa, vamos dizer, nós tivemos vinte anos de, que o povo diz assim de é... marjor. (Músico, 45 anos, Ens. Fund. Completo, José Pinheiro).

Pensando ainda nos *códigos de conduta* que orientam a nossa sociedade destacamos a variável religião como norteadora do voto. Questionados se levavam em consideração à opção religiosa, encontramos as seguintes falas:

Amigos e eu escolhi um que era da religião, né, protestante. Por tudo, não é, por todos esses conjuntos de itens. (Técnico em eletrônica, 24 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Bodocongó).

Já escolhi no passado. Por muito tempo eu deixei a religião influenciar nas minhas decisões, principalmente nas questões políticas. Mas, hoje em dia não. Hoje em dia eu consigo distinguir a religião de situação política e um fato do outro fato. (Téc. Enf., 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

A religião assume um lugar particular na disputa política, na maneira de fazer política atualmente, podemos observar a utilização dos símbolos religiosos, nos discursos inflamados dos candidatos e eleitores também referenciam falas religiosas, há uma pluralidade religiosa que atravessa o mundo da política e traz esperanças: “a gente vê tanto candidato bacana, meu Deus do céu, que tem existe, é muito raro, é que nem esposa aí, bom marido (risos), é raro é muito raro mas existe, meu Deus do céu cadê a esperança? Existe pessoas humildes, sabe?”. (Estudante, 18 anos, Ens. Médio Completo, Palmeira).

A moral religiosa é algo valorizado na nossa cultura e torna-se um dos artifícios na conquista do voto. Não obstante, o candidato que se contradiz nos seus discursos, que não convence o eleitorado também pode perder o voto por causa do discurso religioso, como observamos:

Porque não adianta, por exemplo, a gente viu nas eleições passadas cara dizendo 'ah, eu sou cristão, sou cristão', mas não participa, você não vê nada dele enquanto cristão, quer dizer, você vê totalmente a incoerência na prática. Devia dizer que era mulçumano, judeu, qualquer outra coisa, menos cristão. É porque se você vê a pessoa sendo incoerente com ela própria, imagine no tratamento com a coisa pública, ela não vai ligar com nada. Porque se ela começa uma trajetória, que ela vai ter que ter uma postura p'ra tentar alcançar, galgar alguma coisa, e a pessoa começa a usar de um meio não lícito pra alcançar determinada coisa, você já vai percebendo que ela não é coerente, então, se ela naquele instante fez, uma hora ou outra ela vai usar do mesmo meio p'ra conseguir alguma coisa, e aí vê a corrupção entrando, mas é aquela história: quem rouba um botão, rouba um milhão. (Professor de História, 26 anos, Ens. Sup.Completo, José Pinheiro).

Mais do que dizer, "o comportamento do candidato, que se já aconteceu no passado, oferecerá uma segurança, uma garantia de que "este não é só de dizer, é de fazer". O candidato se dá a conhecer não só pelas palavras como pelos atos". (MAGALHÃES, 1998, p. 84).

Tanto nas disputas presidenciais, quanto ao cargo de Governo foram permeadas por valores morais, como referenciadas no segundo capítulo deste texto. O posicionamento sobre certos temas, como por exemplo, o aborto, foi algo questionado de maneira contundente nas campanhas presidenciais. O candidato Ricardo Coutinho foi acusado de 'consagrar João Pessoa a Satanás num terreiro de macumba', a moral religiosa atuou fortemente nos debates sobre a política. A religião aparece, pois, no discurso político de maneira explícita.

Variáveis como inteligência, analfabetismo, também são destacados na escolha do candidato:

E outra, eu não posso votar em analfabeto, porque vão ser pessoas que não tem idéias, a gente tem conhecimento aqui com um jovem, eu vou dizer agora porque já saiu do poder,

Negão do Café, foi eleito, mostre um projeto daquele homem, até o pessoal que ele escolheu pra ser assessor dele, acho que era pior do que, não tinha nível assim, quando o cara chega a entrar, o cara vender café, chegar no plenário oferecendo cafezinho pra todo mundo, até pro Prefeito, isso é uma vergonha. (Autônomo, 43 anos, Ens. Sup. Incompleto, José Pinheiro).

Mas porque que as pessoas votaram nele? Foi o que indagamos logo em seguida e obtivemos a seguinte resposta:

Eu acho que é mais protesto, pra entrar, já que os grandes, os sábios, os intelectuais, os inteligentes que se acham inteligente não tão fazendo nada, a comunidade 'vamo' votar naquele burro que não sabe fazer nada, pra vê se ele faz melhor, ou alguma coisa já que os que sabem não fazem', é por esse lado aí, aí vê que aquele que botou passa quatro anos e foi pior do que os outros, porque é o tipo da coisa, olhe, é como eu tô dizendo a você, olhe, esses candidatos hoje, esse políticos, eles estão fazendo a política um meio de vida. *A política não é meio de vida, a política é mandato, eles não já são formados, não tem os trabalhos deles?* Quando termina o mandato deles, joga pra outro, sai da política e já dá um espaço a outro, pra vê sangue novo. Talvez, se todos eles enxergassem assim, a cidade não era, não faltava tanta coisa, tanta inadimplência, tanto, vamos dizer, tanta imundície como a gente vê no plenário. (Autônomo, 43 anos, Ens. Sup. Incompleto, José Pinheiro).

A partir desta fala podemos afirmar que se para o referido entrevistado o ser ou não ser analfabeto é um elemento constituinte de seu voto, para outros não o é, como ele destaca mais adiante. A política como um lugar para os que têm vocação (WEBER, 2002) é mencionado, "viver para a política", demarca a fala do entrevistado de maneira bem elucidativa, demarcando a oposição dos que "vivem da política".

Opiniões são compartilhadas e construídas numa *rede*. As *redes sociais* nos ambienta na discussão do voto enquanto construído coletivamente e orienta os eleitores, seja nas escolhas, seja nas rodadas de conversas;

Todos os dias, todos os dias faz parte de rodada de conversa, de discussão e diálogo. Como a área de saúde é uma área predominantemente decisiva em qualquer campanha, é uma área que arrasta voto, então tem sempre pessoas dos dois grupos e todas dependente de favor, infelizmente é assim. Não é que o político vem de fora, as pessoas no local de trabalho

são atreladas a estes políticos, porque devem favor ou porque passou no concurso, ou porque o parente precisou de uma coisa, outro parente precisou de outra coisa. Mas, a maioria, noventa por cento das pessoas onde eu trabalho elas são dependente de candidato A e B. Como eu pessoalmente não dependo de candidato A e B eu fico livre para escolher o candidato que eu quero escolher. (Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

Vejamos que o eleitor contextualiza a sua realidade no trabalho. Descortina-se novamente o faccionalismo presente, o “*tempo da política*”, as relações clientelistas perpassando a composição dos votos citadinos. O acesso ao direito público da saúde é utilizado também como motivacional neste momento.

Mais adiante, o mesmo entrevistado deixa entrever a realidade de seus companheiros nos locais de trabalho:

Como eu convivo em dois ambientes diferentes, no meu ambiente onde eu estou como funcionário público federal não existe pressão, porque a maioria das pessoas são concursadas e elas não dependeram de candidato nenhum para estar ali, então a pressão é menos. A não ser que seja atrelada em outro local, em outro momento a determinado candidato, mas a pressão quase não existe. Agora no ambiente privado a pressão é maior porque como a gente é envolvido e se relaciona com médicos, com diretores, então geralmente as diretorias tem uma linha de comprometimento com o poder. Então direciona as pessoas a votar neles, não diretamente assim: Vote em fulano de tal! Mas, em assembleias e reuniões setoriais eles indicam, apontam o caminho para a pessoa seguir. (Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

O voto é direcionado no ambiente particular, pois os funcionários são em alguns casos indicados. O voto de cabresto aqui assume novas formulações, mas o componente que o alimenta permanece: pressão, medo, temor.

O contínuo entre as relações sociais e as motivações são experienciada pelos eleitores nas suas realidades. Perguntamos aos entrevistados como as pessoas que fazem parte de seu convívio lhe ajudam na hora de escolher em quem votar. Conjecturamos que o voto é mais do que uma escolha que o eleitor faz através de intermediações. É um aderir, estar do lado de alguém, assumir posições.

Nesse sentido, concordamos com Palmeira&Heredia (2006, p. 284) quando afirmam que:

Se o voto escolha é uma decisão – uma decisão individual, tomada com base em certos critérios, em determinado momento –, a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política.

Desse modo, a adesão compromete o indivíduo e sua família ao longo do tempo. Essa influência de amigos e familiares na escolha do voto ficou evidente em outras entrevistas quando perguntamos sobre as escolhas e motivações do candidato em quem votar:

Olhe, eu votei porque um vereador ele me ajudou, né, ajudou a minha família, na morte de minha avó e tal e me ajudou, foi o principal motivo de eu votar nele. Aí meu pai pediu, minha família me pediu, aí votei nele. Eu acho que foi a única vez que votei em alguém porque me pediram. (Operador, 23 anos, Ens. Médio Incompleto, Bodocongó).

As relações de compadrio, de amizade e entre familiares devem ser apresentadas na nossa análise sobre a política, visto que na sociedade em que estamos inseridos a pessoalização, a vinculação familiar é muito importante, entre outros atributos. Logo, antes de ser uma decisão individual o voto é “um processo envolvendo unidades sociais mais amplas que simples indivíduos ou redes de relações pessoais” (PALMEIRA, 1996, p. 53).

Os familiares e amigos pedem votos, situa-nos um eleitor em sua entrevista, quando pergunto se algum familiar seu já pediu, ele nos responde:

Já, já pediu, minha mãe, no candidato dela, eu fazia a vontade da minha mãe, porém sabendo que tava errado, não devia ter feito aquilo, mas, como quem diz, fazer a vontade dela. (Autônomo, 43 anos, Ens. Sup. Incompleto, José Pinheiro).

Já. Eu falei da minha avó né que minha avó faleceu e o candidato ajudou, ajudou a minha família, os procedimentos tudinho, aí votei nele. Aí me pai pediu, minha família me pediu, aí votei nele. Eu acho que foi a unica vez que votei em alguém

porque me pediram. (Operador, 23 anos, Ens. Méd, Incomp, Bodocongó).

Surge situações em que a pessoa entrevistada é quem pede voto:

Não. Ao contrário, eles votam porque eu pedi. Por conta do envolvimento político da questão da conjuntura, de trabalho social”. **Pergunto como é este trabalho:** “saio, converso, se reúne em grupos, pede voto, debate a questão e cada um com seu interesse, o próprio e o da comunidade, vê aquela oportunidade tanto de ter... (Técnico em enfermagem, 41 anos, Ens. Sup. Incomp, Cinza).

O voto é pedido contextualizando a mediação do interesse individual e o da comunidade, constrói-se nesta fala toda uma lógica operacional e racional deste tipo de voto.

Em outros casos isso nem é feito, parece estar implícito à lógica familiar votar em quem os familiares votam:

Naquele caso do meu pai, meu pai dizia vote em fulano que ele é muito bom pra seu pai e ajudou seu pai ... Aí, ele fazia uma reunião em casa e dizia, mas naquela época, hoje eu não digo mais isso. Hoje eu digo as minhas filhas: vote em fulano, aí eles dizem ‘eu não vou votar não, vou votar no que eu quero’, pronto. Nessa última eleição as meninas votaram nos candidatos que elas quiseram, não pediram nem permissão, não disseram nem a mim. Agora o pai delas, minha filha, quando a gente diz que vai votar num candidato que ele não gosta, ele só falta a casa cair e a gente sair correndo. Meu marido não é formado e nem foi político, mas a família dele é política, mais ele sabe dez vezes mais que o pai e os irmãos, ele sabe política e nunca estudou política, ele sabe das coisas, quem presta, quem não presta. (Advogada, 54 anos, Ens. Sup. Completo, Palmeira).

Contudo, faz-se necessário destacar que o fato de um familiar pedir o voto, não implica sempre a lealdade e que se dará o voto que foi pedido. A lealdade política tem a ver com um compromisso pessoal, e nem só familiar, portanto, permeia outras esferas de sociabilidade, já que “as pessoas relacionam-se no dia a dia, através de múltiplos fluxos de trocas, que as vão vinculando umas as outras, confirmando ou não relações preexistentes, cuja interrupção é capaz de gerar conflitos ou redefinir clivagens dentro de uma

comunidade”. (PALMEIRA, 1996, p. 47). O depoimento é elucidativo sobre o que estamos afirmando:

Eu não. De jeito nenhum. Quantas e quantas vezes mãe trabalhou pra os candidatos e eu arrumava um grupo diferente, Nega do mesmo jeito, e a gente votava em quem a gente quisesse e ainda comia o dinheiro do outro candidato. (risos). É minha amiga, mãe era pra um candidato, oxe, eu vou ganhar de mãe, ó Nega e vou ganhar do teu e se vier mais ainda ganho, mas o meu, eu sei em quem vou votar, e é isso aí. E a gente sempre fez na família da gente, não é, come de tudinho e vota no seu, pois é, é isso aí. (Doméstica, 41 anos, Ens. Méd. Comp/Téc, Pedregal).

O voto, como já afirmado, não é pensado individualmente, os eleitores entendem que não estão sozinhos definindo o caminho da política, o que corrobora com a nossa concepção de que “não são indivíduos isolados nem tampouco um grupo fechado em si a decidir seu voto. Existe uma referencia ao coletivo que ajuda e respalda o ato de conhecer os candidatos”. (MAGALHÃES, 1998, p. 84):

O meu voto sozinho não, porque sonho só não vira realidade. Sonhar junto é que vira realidade. O meu voto ele pode contribuir, porque cada um faz a sua parte, ele pode somar. Eu não quero divisão, eu quero somatório, eu quero que some com os outros que vão votar. Agora eu sozinha, eu não vou. Agora ajuda muito. (Advogada, 54 anos, Ens. Sup.Completo, Palmeira).

Entretanto, reconhece-se também as individualidades, e a existência de uma brecha para a criação entre as representações coletivas e individuais, e são estas que fazem com que as escolhas e motivos caminhem nesta ou naquela direção.

O que desejamos destacar com os depoimentos acima é que se vota assim por diversos fatores, tais como “por interesse, afinidade ideológica, adesão partidária, mas também por simpatia, identificação pessoal, torcida de futebol, autoridade materna etc. e mais uma infinidade de razões impossíveis de esgotar” (GOLDMAN & SANT’ANNA, 1996, p.25).

Todos os motivos mencionados são justos e coerentes para cada eleitor, é o cerne da racionalidade dos seus votos, no entanto, é necessário que se deixe em aberto um lugar para o conflito, para negociação e mudança de opinião, pois, “ao converter ações e símbolos muito concretos em “categorias”, “valores” e “padrões”, elimina-se todo esse campo de variação e transmuta-se a troca em uma espécie de razão transcendental do voto” (GOLDMAN, 2006, p. 214). Se assim o fizermos nós estaremos deixando de lado toda a dinâmica social que torna inteligível o voto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O exercício que objetiva analisar/explicar as motivações que levam um eleitor a escolher seu candidato, o seu comportamento eleitoral, não é inovador. Tampouco é um algo que se encerre. Entretanto, como vimos ao longo destes capítulos, a maneira pela qual se debruça sobre este eleitor pode suscitar as mais diversas explicações e cremos repousar neste elemento a contribuição deste texto.

Tratar das motivações sob o prisma do eleitor, sob o aspecto subjetivo permite que se retire das instituições, de toda lógica racional e psicológica todas as explicações acerca das variáveis que compõem o voto e este é nosso intento. A proposta de pensar a política e o voto de um aspecto subjetivo, nos desloca para análises distantes daquela que situam o eleitor como alienado, e que não escolhe de modo racional os seus candidatos.

O tratamento da pesquisa ressalta os métodos qualitativos e a proposta de pesquisa acerca da política de maneira etnográfica. Compreendemos que um estudo sobre a vida política da cidade nos traz uma proximidade, uma relação de valores que nos impulsiona a naturalizar alguns movimentos. Desse modo, situamos a cidade e a pesquisa realizada de maneira peculiar, não se tratou de um grupo específico, mas de um conjunto complexo de pessoas que transitam e ressignificam a todo instante suas dinâmicas de vida.

O voto enquanto representação sinaliza um contínuo entre a relação individual, dos desejos e a relação coletiva, do compartilhamento. Representar no universo da Política é também compartilhar contextualizadamente o conjunto de ações individuais e desejos. Como falar de *representação* do voto no modelo democrático?

A história política do nosso País é marcada por um processo de lutas por conquistas sociais, com o voto não foi diferente. Ele foi se metamorfoseando até a configuração e direitos que temos nos dias atuais. Entretanto, foi sinalizado num processo histórico marcado por perdas, ausências, irracionalidade.

Muito se tratou do voto num País que se desenvolve e industrializa sob o signo das relações familiares, do *jeitinho*, do familismo. O que ocasionou uma visão negativa Goldman & Santos (1996) apontam que estas análises levaram

as explicações acerca da política e do voto para o âmbito das ausências, das perdas, da irracionalidade.

É com este objetivo que propomos pensar a instauração da Democracia no País. Objetivamos sinalizar às contribuições que os autores que trataram acerca da formação nacional (HOLANDA, 1995), (FAORO, 1997), (CANIELLO, 2001) podem oferecer-nos ao nosso estudo, compreendendo que as relações sociais e a maneira que se constrói a identidade nacional perpassa à cultura política aqui vigente.

Trazer esta perspectiva sócio-antropológica neste exercício contribuiu para que o nosso campo pudesse se pensar em diálogos que não são excludentes. O aspecto institucional, as regras, os jogos políticos podem e devem ser tratados de maneira contextual compondo os elementos de análise do comportamento eleitoral.

De tal sorte que a política é tratada aqui a partir dos seus significados sociais, situando o espaço urbano como um lugar complexo que permite a construção de representações sociais. Estas, no entanto, não são estáticas, na medida em que os indivíduos interagem com outros as relações de trocas acontecem, as mais variadas trocas, assim como a criação e reorganização do espaço urbano. No mesmo movimento caminha as políticas, as escolhas e as motivações do voto, não são estáticas, pelo contrário, se permitem as transformações.

A cidade de Campina oferece-nos o cenário da pesquisa. Este cenário tem atores bem especiais, os eleitores que constroem conjuntamente os enredos e tramas da política local. É neste cenário que objetivamos delinear as práticas de conquista do eleitor. Realizamos este exercício destacando a disputa local, num tempo referencial que é o *“tempo da política”*. (PALMEIRA&HEREDIA, 2006).

Este tempo, dotado de uma ritualização figura real e simbolicamente como se realiza a disputa eleitoral. A disputa é composta por alguns elementos, mas, o seu ingrediente mais especial são as práticas cotidianas. A política é feita, a ampliação, das práticas vivenciadas no cotidiano de cada eleitor e que são reconstruídas neste momento.

A disputa política desvela um faccionalismo presente em todo o cenário Paraibano e especialmente em Campina Grande, este faccionalismo estará

presente no conjunto de variáveis que compõe o voto dos eleitores citadinos e que indicam as divisões presentes na cidade.

O rituais das campanhas assumem diversas funções, uma delas é reafirmar a identidade dos candidatos (KUSCHNIR, 2002), aproximá-los dos eleitores de uma forma positivada já que a representação fixada acerca da política é tão negativa. Os elementos de campanha, tais como: músicas, panfletos, santinhos, imagens, comícios, cartazes etc. assumem a função de aproximar eleitores e candidato, aproximando 'os daqui dos de lá'.

Essa aproximação deixa entrever a crença dos eleitores, ainda que não pareça. A promessa é um exemplo desta relação de confiança/desconfiança entre eleitor e candidato, como um ato de fala eficaz (CHAVES, 1996) deseja ser cumprida, o que nem sempre ocorre, como apontam os eleitores que entrevistamos.

Outros elementos ganham destaque na composição deste momento que ambienta a disputa política. Foi presente na nossa discussão o elemento midiático. Os *media*, como recurso especial de nosso momento histórico (GOMES, 2004) ajudam o político a captar o eleitor, ajuda especialmente o candidato na arte do 'sentir, ver e pensar'.

O HPEG é destacado, pois, embora afirmem não gostar de assisti-lo, os eleitores que entrevistamos sempre tinha algo a dizer sobre ele: se é cômico, se serve, se traz informações. O que destacamos como importante acerca do horário e dos meios de comunicação é que eles se apresentam como uma variável que podem influenciar a escolha do voto, mas não determina-lo.

A externalidade política, reforçada no imaginário social da política como a dimensão do outro (MAGALHÃES, 1998) é algo aparente (PALMEIRA, 2006). Como se consegue a adesão do eleitor se não é o candidato alguém que seja visto? O "*tempo da política*" permite que se transponha fronteiras e o candidato em sua figura, algumas vezes vocacionada (WEBER, 2002) busca adesões, busca ser crível.

Relações de dominação são compreendidas neste momento, pois há toda uma disputa de conquista e manutenção do poder por parte dos candidatos para firmarem sua representação política (BOURDIEU, 2010). Um poder que se sustenta na crença, mas que não é despercebido, pois, o eleitor

sabe desta relação e atua junto ao candidato em momentos propícios (como o da campanha) para tirar proveito.

As escolhas dos eleitores estão também permeadas a estas relações de dominação. Por essa razão, compreender o voto do eleitor cidadão na campanha de 2010, especialmente para os cargos de Presidente e Governo do Estado, perpassa o entendimento de como os eleitores constroem seu voto por ocasião desta campanha.

O voto disputado entre o permitido e o proibido passa a ser metamorfoseado, moeda de troca (HEREDIA, 1996). Não se pode negar ou abster-se desta afirmativa, o 'voto comprado', a instituição da compra de votos, para alguns entrevistados, justifica a vitória de alguns candidatos na eleição. O que nem sempre acontece, como discorreremos acerca da vitória de um candidato que era apontado em todas as pesquisas como derrotado. A compra de voto, por si só, não responde e se responde não amplia às possibilidades que têm os eleitores nas escolhas de quem votar.

A corrupção assume outras acepções quando experienciada sobre o prisma do eleitor, a perspectiva legal proposta no código eleitoral aparece, em alguns casos como oposta à experiência cotidiana dos eleitores, o imoral pode ser o não cumprimento da palavra, a não ajuda.

Mas, nem todas as trocas são econômicas, este é apenas um dos sentidos (MAUSS, 1974), trocam-se bens, presentes, títulos etc. Estas trocas não são realizadas entre iguais, uma dívida contraída pelo eleitor, parece ser, uma dívida divina (LANNA, 2000). As dívidas, as dádivas implicam uma relação de compromisso, algumas vezes compromissos permanentes e têm sido variáveis simbólicas no voto do eleitor campinense. O faccionalismo, as relações de patronagem, o coronelismo foi mencionado diversas vezes nos depoimentos dos entrevistados.

Entretanto, também não podemos circunscrever as motivações do voto ao dar, receber, retribuir. Objetiva-se ampliar o universo do eleitor quanto à escolha de seu voto, enfatizando que seu voto é antes de tudo, 'seu' e ainda assim é 'nosso'. O voto adesão implica compartilhar, ser entrecortados por *redes de sociabilidade*.

O eleitor tendo suas ações mediadas por componentes subjetivos, orientam-se na escolha de alguns vetores na composição de seus votos:

destacamos, a saber: *padrões racionais, códigos de conduta e princípios de pertença*. CANIELLO (2001). E assim, vai construindo suas representações e a racionalidade de seus votos, vota-se: porque é inteligente, porque fala bem, porque é boa pessoa, porque um amigo ou familiar pediu, por identidade cognitiva, por sentimento.

O que nos permite afirmar que as pessoas votam de acordo com um conjunto de crenças e motivações que significam as suas vidas, votam também num conjunto de atributos que configuram como importantes na escolha de um candidato e que estes atributos são reconhecidos de forma positiva pela sociedade. As identidades construídas também são coletivas.

Nem sempre o que parece ser o ideal para uns o é para outros. O estudo do comportamento eleitoral propõe neste texto à compreensão das práticas, das relações sociais, dos desejos, das trocas e significados que os eleitores alcançam cotidianamente, exercício de permitir que o outro se permita; que seja feito composto de crenças compartilhadas para que seja ele alguém singular.

## **REFERÊNCIAS**

- ALMEIDA, Carlos Alberto. **A cabeça do eleitor**. Estratégias de campanha, pesquisa e vitória eleitoral. – Rio de Janeiro: Record, 2008
- ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10 ed. – Rio de Janeiro: Forense universitária, 2009.
- BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconstrução democrática. Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo Perspec. ol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001. Sítio: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392001000400011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392001000400011&script=sci_arttext)
- BARREIRA, C. Fraudes e corrupções eleitorais: entre dádivas e contravenções. In: PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, César. (Org). **Política no Brasil: Visões de Antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- BARREIRA, Irllys. A política de perto Recortes etnográficos de campanhas eleitorais. NOVOS ESTUDOS CEBRAP, 74, pp. 177-194, 2006. Sítio: [http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a\\_politica\\_de\\_perto.pdf](http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a_politica_de_perto.pdf).
- BALANDIER, Georges, O Drama. In: **Poder em cena**. Coleção Pensamento Político, nº 46, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. p.30 a 46.
- BARTH, F. “A Análise da cultura em Sociedades complexas”. In: **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000 (1989).
- BAUDRILLARD, Jean. **À Sombra das Maiorias Silenciosas – o fim do social e o surgimento das massas**. 4ª ed., São Paulo,, Brasiliense, 1994.
- BEZERRA, M. O. Bases sociais da prática da corrupção no Brasil. In: Série Antropologia, Brasília, 1994.  
Sítio: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100/1239>
- \_\_\_\_\_. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: ANPOCS, 1995.
- BONELLI, M. A. O Retrato da Política: Cobertura Jornalística e Eleições. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1996
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia/ Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (1930).
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico/ Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 13ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.**
- CARNEIRO, Leandro. P. & KUSCHNIR, K. As dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. In: Revista Estudos Históricos. V.13, Nº 24, 1999. Sítio <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100/1239>
- CANCLINI, Nestor Garcia. *O consumo serve pra pensar*. In: **Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, p. 75 a 94. 1999.

- CANIELLO, M. de Matos. O ethos brasílico: Sociologia histórica da formação nacional, 1500-1654. Tese de doutorado apresentada em Recife, 2001.
- CASTRO, Mônica M. de. **Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral**. 1991. Sítio: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_20/rbcs20\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_01.htm)
- CHAVES, C.de.A. Eleições em Buritis: A Pessoa Política. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1996.
- COURTINE, Jean-Jacques. Os Deslizaamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos, Claraluz, 2003. p. 21 a 34.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- DAHL, R. A. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: J.Z.E. 1989.
- GEERTZ, Clifford. Do Ponto de Vista dos Nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: **O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa**. 4º edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- FAORO, R. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 11 ed. São Paulo/ Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 1997.
- GOLDENBERG, M. A Escola de Chicago e a Pesquisa Qualitativa. In: **A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GOLDMAN, Marcio. "Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil". 203-226. In: Moacir Palmeira & Cesar Barreira (Orgs.). **Política no Brasil: Visões de Antropólogos**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2006.
- GOLDMAN, Marcio & SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. Elementos para uma Análise Antropológica do voto. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1996.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era de comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.
- HEREDIA, B. M. A.; PALMEIRA, M. O voto como adesão. In: Miranda, Julia; Pordeus, Ismael; Laplantine, François. (Org.). **Imaginários Sociais em Movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais**. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- HOLANDA, S. B de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- KARINA, K. Cultura e Representação Política no Rio de Janeiro. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1996.
- \_\_\_\_\_. Política, cultura e espaço urbano. In: Gilberto Velho. (Org.). **Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. p. 88-97, 1999.
- \_\_\_\_\_. Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.
- \_\_\_\_\_. Rituais de comensalidade na política. In: **Como se fazem**

- Eleições no Brasil – estudos antropológicos.** Rio de Janeiro, Relumê Dumará, p. 243 a 270. 2002.
- \_\_\_\_\_ . Uma pesquisadora na metrópole: identidade e socialização no mundo da política. In: KUSCHNIR, Karina; VELHO, Gilberto. (Org.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico.** 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, p. 20-42. 2003.
  - \_\_\_\_\_ . **Antropologia da Política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Passo a passo 79. 2007.
  - HEREDIA, Beatriz M. A. de. Política, Família e Comunidade". In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política.** Rio de Janeiro, Contracapa, 1996.-
  - HANNERZ, U. "Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras – Chave da Antropologia Transnacional". In: **Mana**, 3 (1). 1997.
  - JOVCHELOVITCH, S. **Vozes da esfera pública: Representações sociais em diálogos grupais.** In: Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis – RJ, Vozes, 2000. p. 111 a 141.
  - \_\_\_\_\_ . **Estórias do espaço público: Representações sociais em narrativas.** In: Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis – RJ, Vozes, 2000. p. 143 a 173.
  - JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As Representações Sociais.** Tradução Lílian Ulup. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
  - LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e Ensaio sobre a dádiva. In: **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, 14: 174 – 194, jun., 2000.
  - LIMA, Elizabeth Christina de Andrade & PEREIRA, Isabelle Costa. Campanhas, candidatos e eleitores: as representações sociais sobre o voto. In: **Anais do VI Congresso de Iniciação Científica da UFCG. Ciência e Sociabilidade no Século 21: O papel da Iniciação Científica.** Formato digital. UFCG, 2009.
  - LIJPHART, A. Modelos de Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
  - LIMA, Elizabeth Christina de. **Ensaio de Antropologia da Política.** Campina Grande, EDUEPB, 2011.
  - MACEDO, Roberto Gondo & MANHANELLI, Carlos. **A História do Voto no Brasil: O profissional de Marketing Político nos Bastidores do Processo Eleitoral.** In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 29 de agosto a 02 de setembro de 2007.
  - MAGALHÃES Nara. **O Povo Sabe Votar, Uma Visão Antropológica.** Petrópolis: Vozes/Unijuí. 140 pp. 1998.
  - MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo, Abril Cultural. 1984. Coleção Os Pensadores.
  - MARTINS, José de Souza. Clientelismo e Corrupção no Brasil contemporâneo. In: **O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da história lenta.** São Paulo, Hucitec, 1994.
  - MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**

- com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Caude Lévi-Strauss;** tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo, EPU, 1974.
- MINAYO, M. C. S. (Org). DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. **“Pesquisa Social: teoria, método e criatividade”**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Págs 09-27.
  - MOORE, Barrington. Elementos Recorrentes em códigos morais. In: **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. SP: Brasiliense, 1987. (p.19 – 80).
  - MOTA, L. de A. e. Dádiva e sociabilidade no Brasil. In: **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. Ano 6, volume 13 (2): 107-123, 2002. O’DONNELL, G. Democracia Delegativa? **Revista Novos Estudos Cebrap**, n. 31. São Paulo. 1991.
  - MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e Representação ou como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
  - NICOLAU, J. História do Voto no Brasil. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2002.
  - OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP. Págs 17-35. 1998.
  - PARK, R. “A Sociedade Moderna”. In: PIERSON, D. (Org). **Estudos de Organização Social, Tomo II**. São Paulo, Martins, 1970 (1942).
  - PIERUCCI, Antônio Flávio. O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia/Ed. 34, 2003.
  - PRZEWORSKI, A. (1984). Ama a incerteza e serás democrático. **Revista Novos Estudos Cebrap**, n. 9. São Paulo.
  - RAMALHO, José R. & ESTERCI, Neide. A Resistência em Campo Minado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, N° 32, ano 11, outubro de 1996, (p 38 -88).
  - SAINT-PIERRE, Héctor L. **Max Weber: entre a paixão e a razão/ Héctor Saint-Pierre**. – 3ª Ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
  - SAISI, Kátia. *Estética e Política, mais um espetáculo de consumo na sociedade midiática*. In: COELHO, Cláudio Novaes Pinto & CASTRO, Valdir José de. **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo, Paulus, 2006. p.155 a 184.
  - SANTOS, B. V. S. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002.
  - SCOTTO, G. Campanhas de rua, candidatos e biografias. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1996.
  - VELHO, G. “Observando o Familiar”. In: **Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, p 121-132. 1987 (1978).
  - ZALUAR, Alba. Teoria e Prática do Trabalho de Campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
  - WEBER, M. Os tipos de dominação. In: **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UnB. Vol.1, Págs. 139-198. (1994).
  - \_\_\_\_\_ . Sobre o conceito de Sociologia e o “Sentido da Conduta Social”.

In: **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes. Págs 9-39. 1987.

- \_\_\_\_\_ Sociologia da dominação. In: **Economia e sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva** [1922]. Brasília: Editora UnB. Vol. 2. Págs. 187-233. (1999).
- \_\_\_\_\_. A política como vocação. In: **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, Editora S.A. Discurso pronunciado na universidade de Munique, 1918. 2002.
- WIRTH, L. "A Sociedade Urbana". In: PIERSON, D. (Org). **Estudos de Organização Social, Tomo II**. São Paulo, Martins, 1970 (1940).

# ANEXOS



## Quadro de entrevistas realizadas – Perfis.

<u>NÍVEL ESCOLAR</u>	<u>IDADE</u>	<u>PROFISSÃO</u>	<u>BAIRRO</u>	<u>SEXO</u>
ENSINO SUPERIOR	42 ANOS	PROFESSORA ENS. FUNDAMENTAL	MALVINAS	F
ENSINO SUPERIOR	54 ANOS	ADVOGADA E PROFESSORA	PALMEIRA	F
ENSINO SUPERIOR	26 ANOS	PROFESSOR DE HISTÓRIA	JOSÉ PINHEIRO	M
ENSINO SUPERIOR	24 ANOS	EDUCADOR FÍSICO	JARDIM PAULISTANO	M
ENSINO SUPERIOR	37 ANOS	PROFESSORA/FUNC. PÚBLICA	PEDREGAL	F
ENS. SUPERIOR INCOMPLETO	43 ANOS	AUTÔNOMO	JOSÉ PINHEIRO	M
ENS. SUPERIOR INCOMPLETO	41 ANOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CINZA	M
ENS. SUPERIOR INCOMPLETO	26 ANOS	ESTUDANTE DE ADMINISTRAÇÃO	BODOCONGÓ	F
ENS. SUPERIOR INCOMPLETO	25 ANOS	ESTUDANTE	CATINGUEIRA	F
ENSINO MÉDIO	65 ANOS	COSTUREIRA	PEDREGAL	F
ENSINO MÉDIO	55 ANOS	APOSENTADA	MALVINAS	F
ENSINO MÉDIO	19 ANOS	ESTUDANTE	MONTE CASTELO	M
ENSINO MÉDIO	18 ANOS	ESTUDANTE	PALMEIRA	F
ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	41 ANOS	DOMÉSTICA	PEDREGAL	F
ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	24 ANOS	TÉCNICO EM ELETRÔNICA	BODOCONGÓ	M
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	23 ANOS	OPERADOR DE MAQUINAS	BODOCONGÓ	M
ENSINO FUNDAMENTAL	45 ANOS	MÚSICO	JOSÉ PINHEIRO	M
ENSINO FUND. INCOMPLETO	28 ANOS	ARTESÃ	MALVINAS	F
ENSINO FUND. INCOMPLETO	44 ANOS	DOMÉSTICA	GLÓRIA	M

**Informante 1** - Casada, 42 anos, Professora, Ensino Superior Completo, reside nas Malvinas – tem familiares que já trabalha (ram) na política, não necessariamente na candidatura a cargos municipais.

**Informante 2** - Casada, 54 anos, Advogada, Ensino Superior Completo, reside na Palmeira - tem familiares que já se candidataram a cargos políticos (vereador), irmãos.

**Informante 3** - Solteiro, 26 anos, Professor, Ensino Superior Completo, reside no bairro de José Pinheiro.

**Informante 4** - Solteiro, 24 anos, Educador Físico, Ensino Superior Incompleto, reside no bairro do Jardim Paulistano – parentes distantes atuam diretamente na secretaria do município. Sua escolha entre partido e candidato se alternam, depende das situações políticas que se desenrolam no decorrer da vida política cidadina.

**Informante 5** - Solteira, 37 anos, Ensino Superior Completo, Professora, reside no bairro do Pedregal – parentes atuam no momento da campanha junto a candidatos, também já trabalhou.

**Informante 6** - Casado, 43 anos, Autônomo, Ensino Superior Incompleto, reside no bairro José Pinheiro. Nunca teve familiar que participasse ou se candidatou à cargos políticos. Gosta de acompanhar através de jornais, televisão e rádio os acontecimentos da política cidadina.

**Informante 7** - Casado, 41 anos, Técnico em Enfermagem, Ensino Superior Incompleto, reside no bairro Cinza.

**Informante 8** - Estudante, 26 anos, Estudante, Ensino Superior Incompleto, reside em Bodocongó.

**Informante 9** - Estudante, 25 anos, Estudante, Ensino Superior Incompleto, reside na Catingueira.

**Informante 10** - Viúva, 65 anos, Costureira, 2º Grau Completo, reside no Pedregal desde sua ocupação – atuante, trabalha na pastoral da criança. Já trabalhou com políticos. Sua família.

**Informante 11** - Casada, 55 anos, Aposentada, Ensino Médio Completo, reside no bairro das Malvinas. Fala de sua amizade e proximidade a candidato que se destacou nas eleições paraibanas, especificamente em Campina Grande.

**Informante 12** - Solteiro, 19 anos, Estudante/Trabalha, Ensino Médio Completo, reside em Monte Castelo, não tem familiares que trabalham na política.

**Informante 13** - Solteira, 18 anos, Trabalha/Estudante, 2º Grau Completo, reside no bairro da Palmeira – tem familiares que já se candidataram a cargos políticos (vereador). Não participa em nenhum grupo ou atividade política, mas, diz se interessar muito em participar no futuro. Sua escolha volta-se mais ao candidato, entretanto destaca sempre a importância do partido.

**Informante 14** - Casada, 41 anos, Doméstica, Ensino Médio Completo/Técnico, reside no bairro do Pedregal – tem parentes que trabalha para políticos, mas nunca teve parentes que tenha se candidatado.

**Informante 15** - Solteiro, 24 anos, Técnico em Eletrônica, Ensino Médio Completo/Técnico, reside em Bodocongó.

**Informante 16** - Solteiro, 23 anos, Operador, Ensino Médio Incompleto, reside em Bodocongó. Afirma enfaticamente não gostar de política.

**Informante 17** - Casado, 45 anos, Músico, Ensino Fundamental Completo, reside no bairro de José Pineiro.

**Informante 18** - Casada, 28 anos, Artesã, Ensino Fundamental Incompleto reside no bairro das Malvinas.

**Informante 19** - Casada, 44 anos, Diarista, Ensino Fundamental Incompleto, reside na antiga cachoeira.

## ROTEIRO NORTEADOR DAS ENTREVISTAS

Nome, idade, profissão, escolaridade, bairro onde reside, renda mensal, estado civil.

### **Escolha e significado do voto**

- 1 - O que é o voto para você?
- 2 - Qual a importância do voto?
- 3 - Que elementos você considera para a escolha de seu candidato?
- 4 - Qual o motivo principal na escolha do seu voto?
- 5 - O que o político tem que fazer para conquistar seu voto?
- 6 - Como você busca informações para fazer a escolha do seu candidato, como faz essa busca?
- 7 - Você procura pesquisar a vida profissional, a trajetória política do candidato? Você procura pesquisar a vida pessoal, familiar do candidato? Na hora da escolha, o que pesa mais?
- 8 - Você leva em consideração a opinião dos meios de comunicação e da opinião pública, quando toma decisões políticas?
- 9 - Você observa a opção religiosa na hora de escolher do candidato?
- 10 - Como você acha que as pessoas votam na Paraíba (o que elas levam em consideração na hora de escolher o candidato), como se constrói o voto localmente?

### **Corrupção e jeitinho no Brasil**

- 11 - O que para você é o espaço público?
- 12 - Como você acha que as pessoas pensam o espaço público na sua cidade?
- 13 - Você acha que durante a campanha as pessoas aproveitam para ter acesso a benefícios que não têm nos outros dias? Exemplificar.
- 14 - Como você observa durante uma campanha a reação dos eleitores a compra de voto e a troca de favores feitos pelos candidatos?
- 15 - Por que você acha que as pessoas vendem ou troca os seus votos?
- 16 - Você já teve ajuda de algum candidato para conseguir algum benefício que você considerava ser seu direito enquanto cidadão?
- 17 - Você já vendeu ou venderia seu voto? Conhece alguém que já vendeu? Sabe os motivos da venda?

### **Redes pessoais, familiares, patrimoniais**

- 18 - Como as pessoas que fazem parte de seu convívio lhe ajudam na hora de escolher em quem votar? (hipótese)
- 19 - O que você acha que o eleitor deve buscar na figura de um candidato (valor, ética)
- 20 - Que atitudes de conflitos da nossa prática no dia a dia se destacam no momento da campanha? (focos, rivalidades, alianças, promessas)
- 21 - Que atitudes os políticos realizam durante a campanha para conquistar os eleitores? (tendo em vista que os políticos buscam agir de maneira a contemplarem o que os eleitores valorizam no cotidiano)

### **Participação do eleitor/ Alienação/ Abstenção/ Consciência política**

- 22 - A escolha do voto é feita antes ou durante as eleições?
- 23 - Você já foi votar com dúvidas?
- 24 - Você já se arrependeu de algum voto?
- 25- Já votou nulo ou em branco?
- 26 - No dia da eleição você vai votar satisfeito?
- 27 - O que acha de o voto ser obrigatório no Brasil?
- 28 - Quando você vai votar sabe o partido do seu candidato?
- 29 - Como você acha que está a participação do eleitor nas últimas campanhas?
- 30 - Durante a campanha como fica a cidade? Os eleitores conversam muito sobre política?
- 31 - Depois do período eleitoral você e as pessoas em geral ainda se interessam em saber o que os políticos estão fazendo pela cidade?

### **Renovações de práticas**

- 32 - O voto antes e hoje. O que tem mudado na política?
- 33 - Quais os elementos que as pessoas acionavam para escolher os candidatos antes? São os mesmos que atualmente?
- 34 - Que atitudes políticas as pessoas desenvolvem durante o momento da campanha?
- 35. Você gostaria de ingressar na política? Ou gostaria de ter algum parente seu na política?
- 36. O que é a política pra você?